

**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Catarina Cardoso Monteiro**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Crise de Autoridade?**

**Estudo das ocorrências de resistência e coação  
sobre funcionário**

Orientador

**Professor Doutor Paulo Machado**

Lisboa, maio de 2020



**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Catarina Cardoso Monteiro**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Crise de Autoridade?**

**Estudo das ocorrências de resistência e coação  
sobre funcionário**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo Machado.



**Estabelecimento de Ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Curso:** XXXII CFOP

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Machado

**Título:** Crise de Autoridade? Estudo das ocorrências de resistência e coação sobre funcionário

**Autor:** Catarina Cardoso Monteiro

**Local de Edição:** Lisboa

**Data de Edição:** Maio de 2020

Para a Zulmi e para o Leo,  
Que agora brilham no céu!

## AGRADECIMENTOS

A presente dissertação representa o fim de um ciclo intenso e o início de algo muito maior. Trata-se do culminar de todo o esforço e dedicação empregues naquele que é um grande sonho: ser Oficial de Polícia. Nada disto seria possível sem a colaboração e apoio, nas mais diversas formas, de várias pessoas. Eis o momento de lhes agradecer.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Paulo Machado, que abraçou este projeto desde o primeiro momento. Agradeço toda a dedicação que demonstrou, revelando-se incansável nas sugestões, disponível a todas as horas e sereno nas ocasiões mais críticas. Tenho a certeza que não teria conseguido concretizar este projeto sem o seu infindável auxílio.

À Polícia de Segurança Pública, por me dar oportunidade de fazer parte desta grande família, e ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pela formação exímia e por todas as oportunidades que me proporcionou. Agradeço, igualmente, a todos os profissionais que mantêm a grande Casa a funcionar, sem os quais nada tinha sido possível.

À Professora Rute Roda, pelo apoio e disponibilidade que dedicou a este estudo, nomeadamente no que concerne à análise estatística dos dados.

Ao Comissário Nuno Ferreira, pela disponibilidade e pelas sugestões.

A todo o efetivo da 83.<sup>a</sup> Esquadra – Carnaxide e da 20.<sup>a</sup> Esquadra – Benfica, com especial relevo para os respetivos Comandantes, Subcomissários Paulo Rego e Carina Alves, por me proporcionarem um feliz primeiro impacto com a vida policial. Todos os vossos ensinamentos serão mais valias para o meu futuro.

Ao XXXII CFOP por todos os momentos que passamos.

Aos “Interrailianos”, Mendonça, Duarte, Pereira, Diana e Passos, porque me proporcionaram momentos únicos por essa Europa fora. Nunca esquecerei a noite fatídica de Bruges, as aventuras em Amesterdão, a ópera em Viena, o magnifico pôr do sol em Florença, o dia de descanso (finalmente) nas termas de Budapeste, a cidade de Zagreb (a não repetir), o dia em Hvar, a inesperada cidade de Turim, os pequenos-almoços a açambarcar, os serões de reflexão depois das jantaradas caseiras, enfim... Obrigada pela bagagem de cultura e vivências.

À minha família por ser como é... perfeita! Aos meus pais, Sílvia e Jorge, pela educação e carinho. Nada disto seria concretizável sem o vosso apoio e, por isso, estarei sempre grata. E ao meu irmão, Miguel, porque (apesar os arrufos) é espetacular e inigualável: o mais amável, humilde e aprazível ser humano na Terra.

Aos meus avós maternos, Maria e António, pela serenidade que me oferecem sempre que os visito. As paisagens alentejanas, as manhãs na venda e os fins de tarde na horta revitalizam as minhas energias e apaziguam a minha alma.

Aos meus avós paternos, Zulmira e Leopoldo, que, embora sempre tenham vivido longe, ensinaram-me que o amor, nas suas infinitas possibilidades e expressões, vence tudo. Olhem por mim.

A toda a minha família. Em especial aos meus tios, Graciete e Armando, que são os melhores segundos pais que a vida me podia ter dado. Uma menção, também, ao meu primo João pela paciência, apoio, disponibilidade e contributo.

Ao Luís, à Diana, à Carolina e à Miriam pela amizade. Vocês sabem... longe, mas sempre perto.

Ao Cinha por me chamar à razão sempre que preciso. As discussões e as efusivas trocas de ideias são apenas uma pequena parte daquilo que me faz gostar de ti.

À Dani, minha Dani, por todos os momentos e por se ter revelado tão importante nesta caminhada. Acredito que sem ti tudo seria mais difícil.

À Sofia e à Cláudia por tudo o que vivemos.

Ao “Senhor Afonso”, por me tratar como uma filha. Continuarei a ser a sua “Inês”.

À minha amiga Paula, que me acalmou sempre que as nuvens mais negras pairavam sobre mim.

Aos que passaram na minha vida e que, de alguma forma, influenciaram este percurso. Obrigada!

A todos, por tudo.

## EPÍGRAFE

*“Por os “ofendidos” serem agentes da autoridade e com “habilitações superiores”  
(possuem especiais qualidades e capacidades para suportar pressões do que o normal  
cidadão, isto na palavra do recorrente) podem ser objeto de atos de violência de terceiros  
sem qualquer consequência para o agressor e passar a ser considerados [...] “sacos de pancada” [...]?”*

- Acórdão do TRL, de 29-03-2019, proc. n.º 1154/16.0GCALM.L1-9

## RESUMO

Nas sociedades democráticas contemporâneas, a Polícia, enquanto representante do Estado, esforça-se por revestir o poder (que lhe é atribuído) de autoridade, assente nos princípios de legitimidade e legalidade. Porém, como resultado das transformações sociais ocorridas ao longo dos anos, é visível a desinstitucionalização galopante e a desregulação crescente da vida social, o que acarreta uma (aparente) crise de autoridade, que afeta não só a Polícia, como as restantes instituições de controlo social formal e informal.

Propusemo-nos estudar o crime de resistência e coação sobre funcionário (RCSF), encarado como um indicador, ainda que indireto, do esbatimento das regulações sociais e, particularmente, dos sistemas de controlo social formal. Neste contexto, o ilícito criminal é entendido enquanto conduta suscetível de evidenciar manifestações de desregulação social nas sociedades contemporâneas, pelo que procuramos perceber se é possível estabelecer um padrão nas ocorrências de RCSF que permita prevenir e atuar sobre este problema social, recorrendo a uma análise tripartida (macro, meso e microssistémica).

Com a pretensão de estudar o crime de RCSF, segundo estes três níveis de análise, para averiguar a existência ou não de regularidades sociais, optamos por uma abordagem mista, onde concorrem, simultaneamente, duas dimensões: uma quantitativa (que se evidencia) e uma qualitativa. Deste modo, do ponto de vista metodológico, recorreremos a um método misto através da combinação de tendências estatísticas com análise documental, proporcionando, assim, um melhor entendimento do problema de investigação.

Os resultados alcançados permitem observar a existência de diversidades, nomeadamente nos âmbitos geográfico, comportamental e situacional. Contudo, essa diversidade revelou um conjunto de padrões transgressores associados a perfis sociais, contribuindo, efetivamente, para clarificar a ilicitude como expressão de uma regularidade social, i.e., como uma soma de acontecimentos. De destacar que, com os dados obtidos no decorrer da presente investigação, refutamos a ideia de que a ocorrência do crime de RCSF (e dos crimes contra a autoridades pública) está indelével e quase exclusivamente associada às grandes cidades e aos espaços urbanos.

**Palavras-chave:** Controlo social, Polícia, autoridade, desregulações sociais, crime de RCSF



## **ABSTRACT**

In contemporary democratic societies, the Police, as a representative of the State, endeavors to put the power (assigned to it) of authority, based on the principles of legitimacy and legality. However, as a result of the social transformations that have occurred over the years, is visible the rampant deinstitutionalization and the growing deregulation of social life, which leads to an (apparent) crisis of authority, which affects not only the Police, but the other formal and informal social control institutions.

We proposed to study the crime of resistance and coercion against employees (RCSF), seen as an indicator, even if an indirect one, of the fading of social regulations and, particularly, of formal social control systems. In this context, the criminal offense is understood as a conduct capable of showing manifestations of social deregulation in contemporary societies, so we tried to understand if it is possible to establish a pattern in the occurrences of RCSF that allows to prevent and act on this social problem, using a tripartite analysis (macro, meso and microsystemic).

With the intention of studying the crime of RCSF, according to these three levels of analysis, to ascertain whether or not social regularities exist, we opted for a mixed approach, where two dimensions simultaneously exist: a quantitative one (which is evident) and a qualitative. Thus, from a methodological point of view, we used a mixed method by combining statistical trends with documentary analysis, thus providing a better understanding of the research problem.

The results achieved allow us to observe the existence of diversities, namely in the geographical, behavioral and situational spheres. However, this diversity revealed a set of transgressive patterns associated with social profiles, effectively contributing to clarify illegality as an expression of social regularity, i.e., as a sum of events. It should be noted that, with the data obtained in the course of this investigation, we refute the idea that the occurrence of the crime of RCSF (and crimes against public authorities) is indelible and almost exclusively associated with large cities and urban spaces.

**Keywords:** Social control, Police, authority, social deregulation, RCSF crime

## ÍNDICE GERAL

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>i</b>
<b>Epígrafe .....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>v</b>
<b>Índice geral.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice de figuras .....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de tabelas .....</b>	<b>xii</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Parte I – Teoria .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo I – A vida em sociedade.....</b>	<b>4</b>
1.1. Homem, Sociedade e Cultura.....	4
1.1.1. Processo de socialização (e de individuação) .....	5
1.1.2. Ordem social .....	7
1.2. Sistemas de regras sociais .....	8
1.2.1. Conformidade .....	9
1.2.2. Desvio .....	10
1.3. Regulação social .....	11
1.3.1. Tipos de controlo social .....	12
1.3.2. Polícia enquanto instituição de controlo social.....	14
<b>Capítulo II – O panorama social contemporâneo .....</b>	<b>16</b>
2.1. Transformações sociais .....	16
2.1.1. Mudança social .....	17

2.2.	Dos anos dourados à decadência social .....	18
2.2.1.	Desregulação das relações sociais na pós-modernidade .....	21
2.2.2.	Fragilização da autoridade (policial) .....	25
<b>Capítulo III – A violência contra polícias.....</b>		<b>28</b>
3.1.	Violência e violência contra polícias .....	28
3.1.1.	O crime de RCSF .....	29
3.2.	Fenómeno em Portugal e no mundo .....	31
<b>Parte II – Empiria .....</b>		<b>34</b>
<b>Capítulo IV – Método.....</b>		<b>34</b>
4.1.	Hipóteses de Investigação .....	35
4.2.	Método quantitativo .....	36
4.2.1.	Abordagem macroscópica.....	36
4.2.2.	Abordagem mesoscópica .....	37
4.3.	Método qualitativo .....	39
4.3.1.	Abordagem microscópica .....	39
<b>Capítulo V – Análise e discussão dos resultados.....</b>		<b>41</b>
5.1.	Abordagem macroscópica.....	41
5.1.1.	Tendências criminais .....	41
5.1.2.	Distribuição das ocorrências de RCSF pelas autoridades policiais que reportaram o ilícito .....	43
5.1.3.	Distribuição geográfica das ocorrências de RCSF.....	44
5.1.4.	Esboço de uma caracterização estatística bivariada envolvendo os crimes contra a autoridade pública .....	48
5.1.5.	Caracterização dos suspeitos e das vítimas quanto ao género e à idade .....	50
5.2.	Abordagem mesoscópica .....	53
5.2.1.	Caracterização sociodemográfica dos suspeitos .....	54

5.2.1.1. Análise estatística descritiva e inferencial bivariada .....	57
5.2.2. Caracterização das ocorrências .....	58
5.2.2.1. Diversidades relevantes na prática do crime de RCSF .....	60
5.2.3. Síntese da abordagem mesoscópica .....	62
5.3. Abordagem microscópica .....	62
<b>Capítulo VI – Considerações finais .....</b>	<b>67</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>71</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>88</b>
Apêndice A – Distribuição das ocorrências de RCSF pelas autoridades policiais que reportaram o ilícito.....	89
Apêndice B – Distribuição geográfica das ocorrências de RCSF.....	90
Apêndice C - Livro de Códigos .....	93
Apêndice D – Esboço de uma caracterização estatística bivariada envolvendo os crimes contra a autoridade pública .....	100
Apêndice E – Caracterização dos suspeitos quanto ao gênero e à idade .....	103
Apêndice F – Caracterização das vítimas quanto ao gênero e à idade .....	104
Apêndice G – Caracterização sociodemográfica dos suspeitos .....	105
Apêndice H – Caracterização das ocorrências .....	118
Apêndice I – Análise qualitativa dos Acórdãos .....	128
Apêndice J – Quadro sinóptico para apoio à atuação policial .....	147
<b>Anexos.....</b>	<b>150</b>
Anexo A – Modelo ecológico concêntrico de Urie Bronfenbrenner .....	151
Anexo B – Autorização para acesso a dados .....	152

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Análise retrospectiva alargada (1998-2018) da criminalidade total reportada e dos crimes de RCSF reportados .....	42
Figura 2. Análise retrospectiva alargada (1998-2018) dos crimes contra a autoridade pública, em termos absolutos, e dos crimes de RCSF e de desobediência, em termos percentuais..	43
Figura 3. Distribuição geográfica do crime de RCSF, por 100 mil habitantes (prevalência), no território nacional, em 1998 e 2018.....	45
Figura 4. Representação percentual dos crimes de RCSF registados (1998-2018), por autoridade policial .....	89
Figura 5. Distribuição dos crimes de RCSF registados (1998-2018), por Distritos continentais e Regiões Autónomas.....	90
Figura 6. Distribuição geográfica do crime de RCSF, por 100 mil habitantes (prevalência), nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em 1998 e 2018.....	92
Figura 7. Distribuição geográfica dos crimes contra a autoridade pública, por 100 mil habitantes (prevalência), no território nacional, em 2017 .....	102
Figura 8. Representação percentual dos suspeitos do crime de RCSF, por género.....	103
Figura 9. Representação percentual dos suspeitos do crime de RCSF, por escalão etário	103
Figura 10. Representação percentual das vítimas do crime de RCSF, por escalão etário.	104
Figura 11. Representação percentual das vítimas do crime de RCSF, por género.....	104
Figura 12. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por género .....	105
Figura 13. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por escalão etário .....	105

Figura 14. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por habilitações literárias.....	106
Figura 15. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por situação profissional.....	106
Figura 16. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por nacionalidade.....	110
Figura 17. Representação percentual dos MO por escalão etário dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019).....	111
Figura 18. Representação percentual dos MO por profissão dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019) .....	112
Figura 19. Representação percentual dos locais de ocorrência por situação profissional dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019).....	113
Figura 20. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por mês da ocorrência .....	118
Figura 21. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por dia da semana da ocorrência .....	118
Figura 22. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por hora da ocorrência.....	119
Figura 23. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por turno de serviço.....	119
Figura 24. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial.....	120
Figura 25. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Município de ocorrência .....	120
Figura 26. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por local de ocorrência .....	121

Figura 27. Distribuição dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por MO .....	121
Figura 28. Representação percentual dos MO dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial .....	123
Figura 29. Representação percentual dos locais de ocorrência dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial .....	125
Figura 30. Representação percentual dos MO dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por local de ocorrência .....	126
Figura 31. Representação percentual dos turnos de serviço dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial .....	127
Figura 32. Modelo ecológico concêntrico de Urie Bronfenbrenner .....	151

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Dimensões de análise (demográfica, criminal e económico-social).....	100
Tabela 2. Matriz de correlações parciais .....	101
Tabela 3. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por grupo profissional.....	107
Tabela 4. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Distrito e Município de residência .....	108
Tabela 5. Associação entre MO e escalão etário dos suspeitos.....	111
Tabela 6. Associação entre local da ocorrência e situação profissional dos suspeitos.....	113
Tabela 7. Distribuição dos Municípios de residência dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial Integrada .....	114
Tabela 8. Distribuição dos Municípios de residência dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial Destacada....	115
Tabela 9. Distribuição dos Municípios de residência dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial de competência específica .....	117
Tabela 10. Testagem do qui-quadrado – crimes.....	122
Tabela 11. Associação entre MO e Divisão Policial .....	122
Tabela 12. Associação entre local de ocorrência e Divisão Policial .....	124
Tabela 13. Associação entre MO e local da ocorrência .....	126
Tabela 14. Associação entre Turno de serviço e Divisão Policial.....	127
Tabela 15. Análise qualitativa de Acórdãos .....	128
Tabela 16. Descrição dos factos provados e respetiva condenação .....	130



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AM</b>	Área Metropolitana
<b>CE</b>	Código da Estrada
<b>Cfr.</b>	Conforme
<b>CMICP</b>	Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
<b>COMETLIS</b>	Comando Metropolitano de Lisboa
<b>CP</b>	Código Penal Português
<b>CPCJ</b>	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
<b>CPP</b>	Código de Processo Penal Português
<b>DGPJ/MJ</b>	Direção-Geral da Política de Justiça/Ministério da Justiça
<b>DP</b>	Divisão Policial
<b>FSS</b>	Forças e Serviços de Segurança
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>i.e.</b>	isto é
<b>IGFEJ</b>	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>ISCPSI</b>	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
<b>MO</b>	<i>Modus Operandi</i>
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OCS</b>	Órgãos de Comunicação Social
<b>OIF</b>	Ofensas à Integridade Física
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>QGIS</b>	<i>Quantum Geographic Information System</i>
<b>RASI</b>	Relatório Anual de Segurança Interna
<b>RCSF</b>	Resistência e Coação Sobre Funcionário
<b>Res.Ajust.</b>	Residual Ajustado
<b>SEI</b>	Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional
<b>SIEJ</b>	Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

<b>SPSS</b>	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
<b>TRC</b>	Tribunal da Relação de Coimbra
<b>TRE</b>	Tribunal da Relação de Évora
<b>TRG</b>	Tribunal da Relação de Guimarães
<b>TRL</b>	Tribunal da Relação de Lisboa
<b>TRP</b>	Tribunal da Relação do Porto

## INTRODUÇÃO

Ao longo da História da humanidade, as sociedades conseguiram garantir a sua própria sobrevivência porque criaram normas e princípios com base na sua cultura, cuja finalidade assentava (e ainda assenta) na orientação das relações entre indivíduos e grupos sociais. A vida social dos indivíduos tende, assim, para o equilíbrio que é conservado, em grande medida, pela estabilização, previsão, regulação e uniformização que os quadros valorativos e normativos presentes impõem aos membros da sociedade durante as suas interações sociais (Felgueiras, 2017; Giddens, 2004), proporcionando a emergência da ordem social.

A padronização das condutas existente numa pluralidade de indivíduos apoia-se em sanções repressivas e gratificadoras e, por consequência, “é produto de um constrangimento” (Rocher, 1977a, p. 101). Contudo, o constrangimento representa, mormente, uma obrigação moral pessoal (autocontrolo) a que cada indivíduo obedece do que uma pressão exterior exercida sobre os indivíduos (Elias, 1993). Com isto, reforça-se a ideia de que o controlo social é, sem dúvida, representado e exercido por certas instituições como a Polícia ou os Tribunais, mas é igualmente difuso e generalizado porque cada indivíduo exerce-o sobre si e sobre os outros, sendo agente, objeto e sujeito do constrangimento (Rocher, 1977a).

Ainda assim, o desvio social é inevitável e, por isso, as instituições de controlo social, com especial destaque para as formais, são imprescindíveis para a manutenção saudável das sociedades. Neste sentido, cabe ao Estado, através da Polícia, garantir a segurança e ordem públicas através da prevenção e repressão da criminalidade e das condutas violadoras de normativos legais (ou sociais). A par de outras funções sociais, “a função policial contribui decisivamente para o controlo, integração e coesão sociais no seio da sociedade hodierna” (Clemente, 2000, p. 133).

Os valores e as normas vigentes nas sociedades têm a capacidade para manter a estabilidade das interações sociais, no entanto, esta premissa torna-se paradoxal se pensarmos que os sistemas de regras de uma sociedade organizam e regulam as interações entre os membros, mas, simultaneamente, são essas mesmas interações sociais que possibilitam a manutenção, desenvolvimento ou transformação dos sistemas de valores e normas (Burns & Flam, 2000). É com base neste raciocínio que temos observado inúmeras mudanças profundas e permanentes nas sociedades, que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, à socialização das

novas gerações e ao universo de valores e critérios que orientam as condutas contemporâneas (Petrini, 2005).

Nas sociedades democráticas contemporâneas, a Polícia, enquanto representante do Estado, esforça-se por revestir o seu poder de autoridade, assente nos princípios de aceitabilidade social (legitimidade) e legalidade. Porém, como resultado das transformações sociais ocorridas ao longo dos anos e com maior impacto no último século, é visível a desinstitucionalização galopante e a desregulação crescente da vida social (Fernandes, 2006), com uma consequente crise de autoridade profunda (Adorno, 1998; Arendt, 1992; Branco, 2016; Carvalho, 2013; D’Allonnes, 2008; Monet, 2006), que afeta não só a Polícia, como as restantes instituições de controlo social formal e informal.

Ao ter em consideração o carácter inovador, atual e pertinente que deve revestir a presente investigação, decidimos abordar a temática da ordem social e das desregulações sociais contemporâneas. Esta opção deve-se ao interesse em explorar o crime de RCSF, inserido da subdivisão de crimes contra a autoridade pública, que coloca em causa a própria legitimidade do Estado. O ilícito criminal referido é, neste contexto de investigação, assumido como um indicador, ainda que indireto (um *proxy*), do esbatimento das regulações sociais e, particularmente, dos sistemas de controlo social formal. Relativamente à temática escolhida, esta ilicitude é entendida como instrumental (i.e., como o campo empírico do qual se extraem os elementos para a discussão a fazer sobre o controlo social).

O título da presente dissertação (*“Crise de Autoridade? Estudo das ocorrências de resistência e coação sobre funcionário”*) procura transmitir, de forma concisa e sucinta, o trabalho desenvolvido. A interrogação presente no título (*Crise de autoridade?*) pretende ser uma aproximação (quase provocatória) a uma ideia de senso comum que tende a encontrar em qualquer mudança social um sinal de crise, neste caso da autoridade do Estado.

Deste modo, e porque a enunciação do trabalho de investigação sob a forma de uma pergunta de partida é uma boa forma de começar, uma vez que a mesma tem como objetivo exprimir o mais exatamente possível aquilo que se procura saber e compreender melhor (Quivy & Campenhoudt, 2008), desenvolvemos a seguinte pergunta de partida: **“Existirão regularidades sociais captáveis pela investigação empírica nas ocorrências de resistência e coação sobre funcionário?”**.

Propomo-nos estudar o crime de RCSF enquanto conduta suscetível de evidenciar manifestações de desregulação social nas sociedades contemporâneas, cingindo-nos a Portugal, procurando encontrar padrões transgressores associados a perfis sociais, a fim de contribuir para a clarificação desta ilicitude como expressão de uma regularidade social ou,

inversamente, como evidência de singularidades individuais. Neste sentido, o objetivo primordial da investigação passa por perceber se é possível estabelecer um padrão nas ocorrências do ilícito, que permita prevenir e atuar sobre este problema social. Para isso, torna-se necessário recorrer a um conjunto de objetivos operacionais, nomeadamente identificar as tendências do crime de RCSF a nível nacional e regional (abordagem macro), caracterizar os suspeitos e os contextos em que as ocorrências de RCSF se desenrolam (abordagem meso) e identificar os contextos sociais relacionáveis com este ilícito, bem como captar as condições provadas em que o crime de RCSF ocorreu e a eventual criminalidade conexa (abordagem micro). Surge, ainda, um objetivo estratégico associado decorrente da concretização do objetivo primordial e dos objetivos operacionais definidos, que consiste no desenvolvimento de um quadro sinóptico com informações úteis relativas ao crime de RCSF de modo a melhor preparar os polícias para estas situações.

Para cumprir com os objetivos propostos e a fim de dar resposta ao problema central da investigação, estruturamos a dissertação em seis capítulos. Os três primeiros capítulos dizem respeito à parte teórica, onde se tratam questões como: a formação e a manutenção da vida dos indivíduos em sociedade, discorrendo, nomeadamente, sobre os mecanismos que permitem o equilíbrio da ordem social; o papel da Polícia na construção de uma realidade social segura; as transformações que conduzem à desregulação social, fazendo referência à fragilização que se observa ao nível das relações com a autoridade pública, onde se inclui a Polícia; por fim, o tema da violência contra polícias, com especial enfoque no crime de RCSF, explorando a literatura que reflete sobre o fenómeno e compilando as principais ideias dos autores estudados.

Nos demais capítulos explora-se, de forma sequencial, a parte empírica desta investigação, explicitando o método utilizado, com a clarificação dos instrumentos, técnicas e procedimentos utilizados, nomeadamente, ao nível das três abordagens consideradas (macro, meso e micro). Posteriormente, procede-se à análise e discussão dos resultados obtidos. As conclusões e considerações finais encerram a presente investigação, a qual contém ainda um acervo da bibliografia consultada, Apêndices e Anexos.

## PARTE I – TEORIA

### CAPÍTULO I – A VIDA EM SOCIEDADE

#### 1.1. Homem, Sociedade e Cultura

A concepção de que o Homem tem uma dimensão social básica começou a ser tema de reflexão há cerca de vinte e quatro séculos, momento em que os filósofos gregos, de um modo geral, partilhavam a ideia de que o Homem tem uma “necessidade essencial de viver em comunidade” (Trujillo, 2015, p. 98). Esta realidade está associada a um instinto primário que fez com que Aristóteles identificasse o Homem como sendo um “animal social”<sup>1</sup>, na tentativa de expressar que o indivíduo só seria capaz de desenvolver uma vida plenamente humana se estivesse inserido numa sociedade.

As sociedades sempre procuraram garantir a sua constituição e existência duradoura através de um conjunto de ideias, valores, normas e comportamentos comuns a que se dá o nome de cultura, a qual, “aprendida, partilhada e transmitida, torna possível a vida em sociedade” (Alves, 2006, p. 155). Deste modo, a formação de uma sociedade ocorre quando vários indivíduos se organizam em relações sociais estruturadas segundo uma única cultura, ou seja, é por intermédio da cultura que a sociedade se constitui, vive e perdura pelas sucessivas gerações (Giddens, 2004).

A cultura é entendida como o conjunto de aspetos das sociedades humanas que são aprendidos e não inatos (ou herdados) e que se referem aos modos de vida e comportamentos dos membros de uma sociedade ou de grupos pertencentes a uma sociedade (Demartis, 2006; Lakatos & Marconi, 1999; Machado, 2007). Os elementos da cultura são partilhados pelos integrantes da sociedade e organizam, objetiva ou simbolicamente, o contexto comum onde estes vivem as suas vidas, tornando possível a cooperação e comunicação entre eles (Giddens, 2004; Rocher, 1977a). A cultura de uma sociedade engloba os aspetos intangíveis, mas também os tangíveis, pelo que é possível analisá-la sob diferentes focos, como as crenças, os valores, as normas, as atitudes, os padrões de conduta, as abstrações do comportamento, as instituições, as técnicas e os artefactos (Lakatos & Marconi, 1999).

---

<sup>1</sup> Tradução frequente da expressão original “o homem é um animal político” (*zoon politikon*, em grego), que surge na sua obra intitulada *Política* (Trujillo, 2015).

Por definirem aquilo que é considerado importante ou desejável, os valores são fundamentais em qualquer cultura, uma vez que atribuem significado e orientam os seres humanos na sua interação com o mundo social. Para Giddens (2004), as normas são “as regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura” (p. 22), ou seja, constituem-se como um dos mais importantes elementos de coesão e de reprodução cultural. As normas e os valores, que, em conjunto, determinam a forma como os membros de cada sociedade se comportam, variam entre as diferentes culturas e mesmo dentro de uma sociedade os valores que orientam a conduta dos indivíduos podem ser contraditórios.

### **1.1.1. Processo de socialização (e de individuação)**

Inerente à condição humana, a socialização é entendida como o processo vitalício no qual o comportamento humano é, continuamente, configurado para se tornar adequado ao meio social onde o indivíduo desenvolve a sua vida (Bahia, 2018; Giddens, 2004; Rocher, 1977a). Através do processo de socialização, o Homem “deixa de depender exclusivamente do seu património genético no relacionamento com o meio envolvente” (Clemente, 2000, p. 45), permitindo a integração numa comunidade de semelhantes com a partilha de um património cultural. Apesar disso, a socialização não é uma espécie de programação cultural, na medida em que os indivíduos não absorvem de forma passiva as influências socioculturais a que estão sujeitos e têm, pelo contrário, uma participação ativa ao longo de todo o seu desenvolvimento social (Alves, 2006; Damon, 1983; Martins, 2019).

O processo de socialização envolve um conjunto diversificado de agências de socialização e “constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações” (Giddens, 2004, p. 27). A formalização de modelos operada pela relação com os outros diz respeito “quer à primeira socialização, que o indivíduo empreende na infância e através da qual se torna um membro da sociedade” (Demartis, 2006, p. 45), quer a “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade” (Berger & Luckmann, 2004, p. 175), distinguindo-se dois modos de socialização principais: a socialização primária e a socialização secundária.

O indivíduo não nasce membro de uma sociedade, nasce com a predisposição para a sociabilidade (Berger & Luckmann, 2004) e a socialização primária adquire um papel de extrema importância por ser o período mais intenso de aprendizagem cultural. É definida como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger & Luckmann, 2004, p. 175), sendo a primeira

socialização que o indivíduo experimenta, na infância, e em virtude da qual se torna membro de uma sociedade. A sociologia clássica encara a família como o principal agente de socialização num momento em que a criança aprende a comunicar e adquire os mais básicos padrões comportamentais (Berger & Luckmann, 2004). Todavia, nas sociedades ocidentais contemporâneas, as crianças são expostas aos efeitos socializadores da sociedade em rede cada vez mais precocemente (Castells, 2012), pelo que “a família se transformou num agente de socialização primária em concorrência com outros agentes” (Martins, 2019, p. 66).

A formação primária, adquirida na infância, sofre alterações, dando lugar ao processo de socialização secundário que faz referência às “dimensões de assimilação e adaptação permanentes dos membros da sociedade ao longo da sua vida” (Alves, 2006, p. 160). A socialização secundária indica um conjunto de socializações particulares (profissional, religiosa, política, etc.) que contribuem para a formação complexa da personalidade social do indivíduo, podendo, ainda, compreender “o processo mediante o qual um indivíduo estranho à cultura de uma determinada sociedade apreende as suas características fundamentais ao nível dos valores e das normas, da linguagem, dos estilos de vida, das habilidades e das competências exigidas” (Demartis, 2006, p. 47).

De uma maneira geral, a socialização consiste no processo através do qual se dão as aprendizagens e interiorizações dos elementos socioculturais, i.e., das normas e valores que regem a vida do grupo social (Lakatos & Marconi, 1999). Ao avaliar os processos de socialização, admite-se que a socialização primária assume, habitualmente, um papel mais importante, em virtude de constituir a estrutura fundamental para toda a ulterior socialização, tendo em consideração que a estrutura da socialização secundária deve assemelhar-se à da primária (Berger & Luckmann, 2004; Demartis, 2006; Ramírez *et al.*, 2018).

Para além do processo de socialização, Damon (1983) defende que o desenvolvimento social de um indivíduo implica a análise do mesmo na qualidade de Ser isoladamente considerado, uma vez que à medida que crescemos e nos tornamos sociais, tornamo-nos também mais autónomos e únicos. Assim, simultaneamente aos modos de socialização primária e secundária, tidos como a função integradora do desenvolvimento social em razão de assegurem a devida inserção e adaptação do indivíduo na sociedade, dá-se um processo de individuação, que assume uma função diferenciadora do desenvolvimento social porque garante a formação da identidade pessoal do indivíduo (Alves, 2006; Damon, 1983).

Os contextos socioculturais influenciam o comportamento humano. No entanto, isso não significa que os membros de uma sociedade sejam desprovidos de individualidade ou livre arbítrio. Embora as interações que os indivíduos estabelecem entre si condicionem, de



certo modo, as suas personalidades, valores e comportamentos, “a socialização está também na origem da própria liberdade e individualidade” (Giddens, 2004, p. 29), pelo que, ao longo do desenvolvimento social, os indivíduos fortalecem o sentido de identidade e a capacidade de pensar e agir de forma independente (Alves, 2006; Martins, 2019).

### **1.1.2. Ordem social**

Os seres humanos, em sociedade, produzem um ambiente social humano, com o desenvolvimento “das suas formações socioculturais e psicológicas” (Berger & Luckmann, 2004, p. 75), sendo que nenhuma dessas formações é entendida como um produto da constituição biológica do Homem. Em termos biológicos, o organismo humano não tem capacidade para dar estabilidade à conduta humana: contudo, é empiricamente observável que a existência do Homem em sociedade se desenvolve num contexto de ordem, direção e estabilidade (Berger & Luckmann, 2004).

No decorrer da vida humana, as ações e os impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas cruzam-se constantemente de modo amistoso ou hostil e essa interdependência entre as pessoas dá origem a uma ordem *sui generis* – a ordem social –, produto da atividade humana e fruto da sua contínua exteriorização. Uma vez que o organismo humano tem uma inerência instável, o Homem vê-se obrigado a proporcionar a si mesmo um ambiente estável para a sua conduta. Assim, embora “nenhuma ordem social existente possa ser derivada de dados biológicos, a necessidade da ordem social enquanto tal provém do equipamento biológico do Homem” (Berger & Luckmann, 2004, p. 77).

A ordem social surge como resultado de um sistema de convenções com normas e regras socialmente aceites, que encontra a sua origem no contrato e no consenso sociais (Goffman, 1983). O sistema de convenções sociais é, desta forma, tacitamente aceite pelos indivíduos integrantes da sociedade e conduz a uma ordem que é encarada como sendo a normalidade e que, por conseguinte, gera uma sensação de confiança no sistema social (Misztal, 2001; Rocher, 1977a). A relação estreita entre as noções de normalidade e confiança “pressupõe que as pessoas e a comunidade nutram sentimentos de segurança, certeza e familiaridade” (Felgueiras, 2017, p. 5), no decorrer das interações sociais. Como iremos explorar adiante, este foi, precisamente, um dos problemas identificados por Bauman (2006) na sua formulação do conceito de modernidade líquida, na qual o autor identifica uma quebra generalizada de confiança individual e nas instituições, circunstância que se opõe ao que se vivia anteriormente.

A vida humana em sociedade desenrola-se num cenário de relativa ordem porque obedece a uma certa regulação (Rocher, 1977a) e, segundo Felgueiras (2017), essa ordem tem como objetivo suprir ou minimizar acontecimentos inesperados, estando alicerçada na capacidade que cada indivíduo tem para prever e confiar nas interações estabelecidas durante a sua vida. A confiança, enquanto mecanismo de proteção, possibilita a prevenção da tensão, da desordem e do conflito sociais (Goffman, 1983). Deste modo, o estado de “normalidade, como a ordem social, é uma conquista coletiva para a qual todos nós contribuímos através do cumprimento das regras da vida quotidiana” (Misztal, 2000, p. 8).

Ao ser entendida como uma “pré-condição universal da vida social” (Goffman, 1983, p. 3), a ordem social tem como propósito nortear as condutas humanas e exprime-se por meio de normas e regras que regulam a vida social. Segundo Manning (1992), a ordem social está em reconfiguração permanente, sendo dinâmica em função do tempo e do lugar e resultando da negociação das interações que os atores sociais estabelecem, e isso acontece porque também os valores e as normas não possuem um caráter universal, variando no tempo e no espaço (Giddens, 2004). Para além disso, é uma ordem de liberdade no sentido em que os indivíduos têm o livre arbítrio de a seguir, violar ou até mesmo alterar, pelo que se trata de uma ordem não habitual ou automática porque “há a necessidade de ser estabelecida e mantida numa dada sociedade” (Lakatos & Marconi, 1999, p. 153).

## **1.2. Sistemas de regras sociais**

Inevitavelmente vinculadas aos sistemas de valores de uma sociedade, “as normas decorrem de práticas e decisões tomadas no seio de um grupo e apontam para a aceitação e partilha desses valores” (Carvalho, 2010, p. 18), permitindo a manutenção e continuidade da ordem social. Os valores, as normas e as regras existentes numa sociedade orientam os indivíduos na sua interação com o mundo social e, quando interiorizados de forma eficaz, tendem a concretizar-se nos comportamentos dos indivíduos, através de maneiras de agir regulares e, portanto, previsíveis. Assim, a previsão dos comportamentos depende de um sistema de normas para o qual se supõe que os integrantes da sociedade ou do grupo estejam orientados (Felgueiras, 2017; Lakatos & Marconi, 1999; Rocher, 1977a).

Para Ribeiro (2019), a vivência em sociedade é possível graças a regras e sistemas de regras socialmente produzidos que conseguem disciplinar e garantir o seu funcionamento, “assumindo, ainda, um papel determinante na estrutura, nas práticas, linguagem, costumes ou nas normas e leis dessas comunidades” (p. 6). Nesta linha de raciocínio, os sistemas de

regras sociais “são meios socialmente produzidos e reproduzidos para estruturar e regular efetivamente a ação coletiva intencional, incluindo a dominação social e o estabelecimento da ordem social” (Burns & Flam, 2000, p. 20).

A criação e transformação de regras sociais é um processo de caráter exclusivamente humano, no sentido em que são os indivíduos de uma sociedade que criam, mantêm, alteram ou extinguem os sistemas de regras sociais. Os sistemas de regras sociais têm um caráter onnipresente e são fortemente condicionantes da ação e interação sociais (Burns & Flam, 2000; Demartis, 2006). Apesar disso, Giddens (2003) defende que os sistemas de regras não deveriam ser encarados como meros constrangimentos ou limitações das possibilidades de ação social, uma vez que se constituem como orientações estratégicas que possibilitam o enquadramento adequado dos indivíduos nos diferentes contextos sociais.

### **1.2.1. Conformidade**

Os membros de uma sociedade ou grupo seguem regras e aplicam, em maior ou menor grau, sistemas de regras sociais, sendo legítimo questionar quais as razões que os levam a adotar comportamentos em consonância com os sistemas de regras estabelecidos. Sendo algumas regras mais efêmeras e representativas, a sua adesão por parte dos integrantes de uma sociedade ou de um grupo assenta, entre outros fatores, no seu conhecimento, no significado que lhes é atribuído e nas sanções impostas quando as regras são violadas (coerção) (Ribeiro, 2019). Desta forma, para que os atores humanos ajam em conformidade com as regras sociais estabelecidas, distinguem-se duas classes de motivações: os incentivos de base social dos incentivos intrínsecos e auto motivados (Burns & Flam, 2000).

Johnson (1960) enuncia como principais causas de conformidade para com as regras vigentes: (1) a socialização, enquanto processo que permite a interiorização, por parte do indivíduo, dos modos de vida aceites na sociedade onde está inserido; (2) a hierarquia, onde, com base numa ordem de precedência, se permite que o indivíduo escolha a norma mais adequada, em ocasiões onde mais do que uma norma pode ser aplicada (no mesmo momento e no mesmo lugar); (3) o controlo social, que funciona pela antecipação, ou seja, o membro da sociedade consegue prever e avaliar as consequências que advém de uma ação não conforme; (4) a ideologia, que reforça a conformidade dos membros da sociedade ou grupo ao apoiar intelectualmente a norma; e, por fim, (5) os interesses adquiridos, encarados como vantagens legitimadas que originam convicção no apoio dado às normas, na perspetiva de que as mesmas definem obrigações, mas também direitos.

Dos mais básicos aos mais complexos níveis de interação estabelecidos socialmente é fundamental a existência de regras, normas, leis implícitas e explícitas que regulam a vida dos indivíduos. Os sistemas de regras sociais surgem, assim, como condicionantes do comportamento dos indivíduos no decorrer das suas interações sociais, mas não são determinantes absolutos do mesmo (Burns & Flam, 2000; Clemente, 2012; Giddens, 2003; Ribeiro, 2019). Isto quer dizer que, apesar da maior parte das pessoas tender a conformar-se com os sistemas de regras sociais, no sentido em que adaptam o seu comportamento àquilo que é a expectativa dos restantes membros da sociedade, a ocorrência de desvio é, também ela, inevitável.

### **1.2.2. Desvio**

As regras que as normas sociais expressam são essenciais para o desenvolvimento da vida social pois a sua inexistência não permitiria a partilha de um padrão de comportamentos e práticas, não existindo expectativa nem previsão do comportamento de terceiros (Clemente, 2012; Felgueiras, 2017). Num cenário hipotético, onde as regras que regulam as condutas humanas não existissem, a ação social teria de ser constantemente negociada para conseguir alcançar um entendimento comum, não havendo garantia de sucesso na obtenção de um acordo. As normas sociais são, deste modo, essenciais para nortear a interação dos indivíduos no ambiente social e a sua aceitação é facilitada pelo facto de as mesmas refletirem os valores partilhados numa determinada sociedade. No entanto, em todos os contextos sociais existem comportamentos que se afastam das normas sociais previamente estabelecidas, surgindo o conceito de desvio social que reporta para comportamentos contrários aos estabelecidos pelas normas sociais, quebrando as expectativas e valores que os restantes membros tomam como corretos (Cusson, 1995).

Ao considerar que os valores e as normas não são universais, só é plausível determinar que um comportamento é desviante relativamente a uma dada sociedade, i.e., à sociedade onde esse comportamento emerge (Ávila, 2007; Felgueiras, 2017; Ferreira, 1999; Giddens, 2004). Isto acontece porque cada sociedade define os comportamentos socialmente aceitáveis e os comportamentos desviantes, fazendo com que uma conduta considerada desviante numa sociedade possa ser, noutro meio social, conforme com as normas sociais.

Quanto aos fatores que facilitam ou contribuem para o desvio, Johnson (1960) elenca: (1) as carências de socialização, que indicam o âmbito onde as agências de socialização falham; (2) as sanções fracas, no sentido em que as recompensas positivas e punições

negativas perdem o seu poder orientador ou determinante da conduta se forem débeis; (3) o cumprimento medíocre, no caso das sanções serem fortes, mas a sua aplicação não ser frequente; (4) o alcance indefinido da norma, quando o alcance e os limites da norma não estão manifestamente definidos; (5) o sigilo das infrações, evidente quando o indivíduo comete práticas não conformes com as normas sociais, mas a sua não exposição faz com que o controlo social não tenha efeitos imediatos; (6) a execução injusta ou corrupta da lei, que ocorre quando as pessoas encarregues da manutenção da ordem e aplicação da lei não o fazem de forma justa e equitativa ou quando se mostram tolerantes com o desvio comportamental; e (7) a legitimação subcultural do desvio, a qual se dá através da aprovação do desvio por parte de terceiros, encorajando o indivíduo a prosseguir com o mesmo.

É relevante ter em conta que o desvio social é uma realidade muito mais ampla que a atividade criminal, pois o crime refere-se apenas à conduta inconformista que viola a lei (Ferreira, 1999; Giddens, 2004). Depreende-se que as normas sociais não têm um valor uniforme, sendo que a inconformidade para com algumas normas apresenta um caráter mais gravoso do que com outras. Assim, a criminalidade diz respeito a atividades que infringem leis sujeitas a punições aplicadas pelos magistrados, na qualidade de representantes do Estado, enquanto os restantes desvios comportamentais estão sujeitos a outro tipo de punições aplicadas pelo grupo onde o indivíduo se insere, como a reprovação moral, a ostracização ou a exclusão social (Demartis, 2006; Giddens, 2004).

### **1.3. Regulação social**

A atividade humana está sujeita ao hábito, no sentido em que “qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada num padrão, que pode ser reproduzido em economia de esforço” (Berger & Luckmann, 2004, p. 77). As ações habituais arrogam-se como um importante ganho psicológico, uma vez que permitem que o indivíduo estreite as suas opções de ação para cenários específicos. O hábito fornece direção e especialização à ação, permitindo um fundamento estável no qual a atividade humana pode prosseguir com o mínimo de tomadas de decisão durante a maior parte do tempo, possibilitando a plena liberdade energética para a deliberação e a inovação (Berger & Luckmann, 2004).

Os sucessivos avanços tecnológicos e científicos, entre outros fatores que se abordarão no seguinte capítulo, alteraram e continuam a alterar, inevitavelmente, situações da vida humana, tornando-a, gradualmente, mais complexa. Para as sociedades que se encontram nestas circunstâncias, a regulação, considerada um redutor de complexidade, é entendida

como “a constante ação histórica de institucionalização” (Fernandes, 2006, p. 13). Nesta linha de pensamento, Berger & Luckmann (2004) consideram que “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais” (p. 79), sendo cada tipificação uma instituição, um produto da História.

As instituições sociais são instrumentos reguladores e normativos das ações humanas que se definem como sendo estruturas “relativamente permanentes de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas” (Fichter, 1973, p. 297). Segundo Durkheim (1998), as instituições sociais são estruturas que determinam as regras e os procedimentos sociais ao assumir o papel pedagógico de socializar o indivíduo, não sendo, necessariamente, entidades físicas. Assim, o principal objetivo das instituições sociais prende-se com a correta inserção do indivíduo na sociedade, através da transmissão dos valores, normas e regras de conduta em vigor no meio social.

Para além de participarem na organização da sociedade e no processo de socialização dos indivíduos, as instituições sociais são formas de controlo social. Nesta perspetiva, é possível analisar as instituições sociais como um padrão de controlo social, i.e., como “uma programação da conduta individual imposta pela sociedade” (Berger & Berger, 1977, p. 193), consistindo na “tradução dos elementos culturais (valores, ideias, símbolos), que por natureza têm um carácter geral, em normas de ação, em papéis, dos grupos que exercem um controlo direto e imediato sobre a ação social” (Rocher, 1977b, p. 21).

### **1.3.1. Tipos de controlo social**

As instituições sociais, por si só, controlam a conduta humana ao estabelecerem padrões de comportamentos, uma vez que canalizam a ação humana numa direção em detrimento de outras. Para Berger & Luckmann (2004), o “carácter controlador é inerente à institucionalização” (p. 80), ou seja, é independente de quaisquer mecanismos de sanções especificamente estabelecidos para apoiar uma instituição. Isto quer dizer que, só pela sua existência, as instituições submetem a atividade humana a controlo social (primário) e que outros mecanismos de controlo social (secundários) só serão necessários no caso de os processos de socialização não serem totalmente bem sucedidos.

O controlo social pode assumir dois tipos de natureza - interna ou externa. Neste raciocínio, o controlo social interno é aquele que deriva da personalidade do indivíduo, formada durante os processos de socialização e de individuação, permitindo que ele

interiorize as normas e valores, convencendo-se da sua validade. O controlo interno “é o autocontrolo exercido pela vontade consciente do indivíduo” (Lakatos & Marconi, 1999, p. 240) que, baseado nos princípios, valores, crenças e normas, age em conformidade com as regras sociais.

Pelo contrário, o controlo social externo, como o nome indica, tem uma origem exterior ao indivíduo, sendo composto pelos mecanismos de controlo social criados para apoiar as instituições sociais. Estes mecanismos são necessários porque, como vimos, embora a maioria dos membros de uma sociedade se conforme com os padrões de conduta estabelecidos, o desvio social, enquanto algo inerente à existência social humana, provoca uma quebra no padrão de comportamentos que se enquadra na expectativa dos demais membros da sociedade ou grupo (Clemente, 2000; Demartis, 2006; Giddens, 2004). Assim, o desvio social evidencia que a existência das instituições (só por si) não é suficiente para efetivar o controlo social adequado, provocando uma ameaça à integração do grupo ou sociedade, que reage através de mecanismos de controlo social secundários.

É neste momento que se iniciam processos de sanções que têm por objetivo punir os desvios sociais, impedir futuros comportamentos desviantes e/ou modificar as condições que originam o desvio (Lakatos & Marconi, 1999). Nestas circunstâncias, o controlo social não é mais do que “o conjunto de sanções positivas e negativas” (Rocher, 1977a, p. 96), a que a sociedade recorre, por intermédio das instituições sociais, para promover a conformidade das condutas aos modelos estabelecidos, por meio de um conjunto de mecanismos de controlo social secundários compostos por punições e recompensas.

Fichter (1973) apresenta duas classes de controlo social: (1) o controlo positivo ou negativo, onde o primeiro orienta os indivíduos para a adoção de comportamentos conformes com as normas e valores em vigor na sociedade e o segundo é aplicado com o objetivo de evitar que os indivíduos adotem determinadas condutas consideradas desviantes; e (2) o controlo formal ou informal, sendo que o formal emerge com a finalidade de produzir conformidade social, protegendo normas de carácter obrigatório a todos os indivíduos, ao contrário do controlo informal, concretizado por atitudes espontâneas que aprovam ou desaprovam os comportamentos consoante estes são conformes ou não com as normas e valores da sociedade.

O conceito de controlo social, como vimos, pode assumir alcances divergentes. Por um lado, é entendido no sentido de vigiar e punir comportamentos não conformes com as normas sociais. A criação de recompensas e punições tem, nesta interpretação, a capacidade de orientar a reação consoante o comportamento seja positivo ou negativo. Por outro lado,

mas considerando o sentido anterior, o controlo social assume uma dimensão interna e antecipadora, i.e., os processos sociais como a socialização e a respetiva interiorização de determinadas normas e valores da sociedade constituem-se como formas de controlo da sociedade (Ávila, 2007; Berger & Luckmann, 2004; Clemente, 2000; Elias, 1993).

### **1.3.2. Polícia enquanto instituição de controlo social**

Na idade contemporânea, das diversas instituições presentes na sociedade, o Estado emerge com especial relevo por se tratar da principal pessoa coletiva, a instituição das instituições, cuja génese se alicerça na necessidade “que cada grupo humano sente de preservar os seus membros e a sua coletividade na globalidade” (Clemente, 2000, p. 59), podendo ser considerada a entidade politicamente organizada com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada.

Na qualidade de instituição suprema de carácter público, cabe ao Estado um leque de finalidades, nomeadamente (1) a garantia da soberania, (2) a manutenção da ordem e (3) a promoção do bem-estar social (Lakatos & Marconi, 1999). Para prosseguir a sua demanda coletiva, o Estado é detentor de um monopólio centralizado e legítimo do uso da força, o que quer dizer que (idealmente) detém o controlo da violência.

Torna-se possível o desempenho do seu papel fundamental no funcionamento e organização da sociedade, decorrente dos poderes normativo e coercivo que procuram proporcionar “um ambiente de ordem, preservando os direitos individuais e coletivos” (Lakatos & Marconi, 1999, p. 191). Apesar da possibilidade de recurso à força ser um elemento diferenciador, o Estado não pode cingir a sua essência a essa premissa pois ela constitui uma “condição necessária, mas insuficiente da existência institucional do poder político” (Clemente, 2000, p. 205). Assim, o monopólio estável do uso da força pressupõe inevitavelmente a condução a automatismos e autolimitações individuais (autocontrolo), que vão afastando o Homem do estado mais animal, no sentido infundável de controlar os impulsos, que Elias (1993) denomina como segunda natureza do Homem.

As funções policiais de vigilância, prevenção e repressão são essenciais à harmonia e coesão internas da coletividade humana e só o Estado tem a capacidade de cumprir cabalmente com os desígnios sociais inerentes àquela função. Para Clemente (2010), a conformidade social para com as regras estabelecidas assenta fortemente na vigilância, que marca diversos contextos e ambientes da vida social. Assim, pertencente ao aparelho coativo do Estado, a Polícia opera no interior da sociedade como “instituição formal de pressão e



controle social” (Clemente, 2000, p. 124), detendo a responsabilidade primária de aplicar a força, atribuída de forma objetiva pelo Estado, com o desígnio de assegurar a segurança e a ordem nas sociedades (Morgan, 2000; Newburn & Reiner, 2007; Soares, 2013).

A Polícia é a instituição de controle social coativo mais visível e escrutinada nas sociedades contemporâneas (Clemente, 2010; Cunha, 2004; Jorge, 2018; Lourenço, 2012; Valente, 2015), desempenhando atividades proibitivas ou construtivas consoante o caráter repressivo ou ampliativo dos direitos dos indivíduos. Ao materializar o monopólio da violência do Estado, a Polícia exerce pressão e controle sociais, que assumem mormente um teor formal, sobre os membros da sociedade. No entanto, os cidadãos encaram a Polícia como a guardiã simbólica da ordem e da estabilidade social, uma vez que protegem os valores sociais e os mecanismos de controle social (Jackson & Bradford, 2009).

Nas sociedades democráticas, entende-se que a “administração da justiça está alicerçada no apoio das respetivas comunidades, tendo em conta a perceção da legitimidade por parte dos cidadãos e do seu consentimento” (Felgueiras, 2017, p. 1). Assim, a perceção favorável da comunidade é imprescindível para que a Polícia obtenha a confiança e apoio dos cidadãos, bem como para que a sua atividade seja considerada legítima. Para Jackson & Bradford (2009), a manutenção da ordem e a eficácia dos mecanismos de controle social são fatores determinantes para o reforço da confiança pública na Polícia, o que quer dizer que os cidadãos têm, imperativamente, de reconhecer a Polícia como representante legítima do Estado Democrático para que acatem as suas ordens de forma pacífica.

Os indivíduos consentem a delegação da função policial num organismo público especializado e dotado de capacidade coativa – a Polícia – por considerarem que esta é a melhor via para assegurar a satisfação de algumas necessidades coletivas (Clemente, 2000; Felgueiras, 2017; Panichi, 2015). O caráter unilateral do recurso à coação física por parte do poder público é revestido pela condição legal e legítima que deve estar presente na ação e, neste contexto, torna-se essencial distinguir dois conceitos – poder e autoridade. O poder é encarado como a capacidade que alguns indivíduos detêm para fazer valer os seus interesses, mesmo quando os outros se opõem, surgindo como uma estrutura composta por indivíduos que “decidem e usam a força como argumento final para serem obedecidos” (Clemente, 2000, p. 206). Já a autoridade é o uso legítimo do poder, ou seja, emerge quando um grupo obedece de forma consentida porque reconhece a legitimidade de quem emana as ordens (Clemente, 2000; Dahrendorf, 1992; Giddens, 2004). Idealmente, a Polícia, enquanto face visível do Estado e subordinada aos princípios orientadores da sua atividade (Valente, 2015), apesar de ser dotada de poder, tem, necessariamente, de estar revestida de autoridade.

## **CAPÍTULO II – O PANORAMA SOCIAL CONTEMPORÂNEO**

### **2.1. Transformações sociais**

A vida social dos indivíduos tende para o equilíbrio, conservado, em grande medida, pela estabilização, previsão, regulação e uniformização que os quadros normativos presentes impõem aos membros da sociedade durante as suas interações sociais (Felgueiras, 2017; Giddens, 2003). Os valores e normas interiorizados ao longo dos processos de socialização, para além de permitirem a construção da ordem social, operam como um inibidor face às exigências das transformações sociais (Rocher, 1977b).

Todavia, vimos que os valores e as normas não têm um carácter universal, uma vez que variam no tempo e no espaço, de forma natural ou deliberada, o que corrobora a ideia de que as sociedades (e, por conseguinte, as relações sociais humanas) estão num processo de mutação constante. Não existem sociedades estáticas, nem equilíbrios eternos (Silva, 1994) e assume-se que o equilíbrio social é, normalmente, rompido, dando lugar a transformações mais ou menos evidentes numa sociedade. A existência (ou não) de equilíbrio, tendo em conta um determinado momento, pode ser analisada segundo duas perspetivas, a saber: o equilíbrio dependente da sucessão histórica das interações (historicidade) ou o equilíbrio dependente da interdependência das relações sociais contemporâneas (Machado, 2007).

Para Rocher (1977b) é possível distinguir dois tipos de transformações sociais: (1) a evolução social, enquanto “conjunto de transformações sofridas por uma sociedade durante um período que excede a vida de uma geração ou mesmo de várias gerações” (p. 84), e (2) a mudança social, como o conjunto de “transformações observáveis e verificáveis em períodos de tempo mais curtos” (p. 84), sendo possível observá-la em áreas geográficas e contextos socioculturais mais limitados. Os primeiros estudos na área da sociologia interessaram-se pela evolução social na tentativa de descrever tendências seculares das sociedades humanas ou mesmo da humanidade; contudo, a sociologia contemporânea tem como preferência o estudo dos fenómenos de mudança social, i.e., de transformações sociais de menor amplitude espacial e temporal. A presente dissertação tem uma maior aderência a esta última perspetiva.

Ainda que a distinção entre evolução e mudança sociais seja relevante, é pertinente ressaltar a inexistência de uma descontinuidade absoluta entre ambas. Em termos concretos, as grandes transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, nomeadamente ao

nível dos valores e dos estilos de vida, constituíram-se como resultado de um efeito agregado de múltiplas mudanças, algumas quase impercetíveis (Silva, 1994).

### **2.1.1. Mudança social**

Baseados na visão determinista, os avanços preliminares relativos à mudança social (Marx (1818-1883), Durkheim (1858-1917) e Mumford (1895-1990)) defendiam que a sua origem se alicerçava em fatores demográficos, técnicos e económicos, considerando-os dominantes e determinantes (Valade, 1995). A inevitabilidade das mudanças sociais, considerando um leque de fatores, explica-se no sentido em que os mesmos, devido à forte influência que exercem nas condições de vida de uma sociedade, conduzem quer a desajustamentos e desequilíbrios, quer a novas perspetivas, ideologias e pensamentos responsáveis por alterações na estrutura da economia e do trabalho, na distribuição do poder e, conseqüentemente, no modo como os indivíduos estabelecem as suas relações sociais.

Nesta linha de pensamento, os fatores mais propensos para desencadear mudanças sociais são: (1) os geográficos/físicos; (2) os biológicos/demográficos; (3) os sociais; e (4) os culturais (Demartis, 2006; Lakatos & Marconi, 1999). Não obstante estes fatores (ainda) serem considerados importantes enquanto influenciadores de mudanças sociais, a História das sociedades contemporâneas fragilizou a convicção que defendia o seu caráter dominante e determinante (Rocher, 1977b; Valade, 1995). Reduzir as mudanças sociais a um conjunto de fatores ou leis condicionais e probabilísticas não consegue abarcar a multiplicidade e complexidade das situações e processos verificáveis na vida social do Homem, sendo que se exige uma explicação empírica local, uma vez que se trata de um conjunto singular e virtualmente irrepetível de condições e interações sociais (Silva, 1994).

Hoje, assume-se que toda a interação social humana é passível de fomentar mudança e, por isso, “a mudança social deve ser analisada como resultante de um conjunto de ações individuais” (Valade, 1995, p. 352) dentro de um sistema de interdependências formado pelas relações que os agentes sociais mantêm entre si. A identificação dos elementos instáveis de um dado contexto social, com base numa escala microscópica, é suscetível de constituir um bom indício de prova para compreender o significado, sentido e alcance da mudança que se processa nas sociedades (Machado, 2007; Silva, 1994).

Para Valade (1995), as interações sociais constituem um somatório de desequilíbrios microsociais geradores de mudanças macrosociais. Deste modo, torna-se teoricamente verossímil a conceção de que as transformações operadas a uma escala macrosocial e

cronológica, refletidas no que comumente se designa por mudança social, ou seja, toda a “transformação observável no tempo, que afeta, de uma maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de uma dada coletividade e modifique o curso da sua História” (Rocher, 1977b, p. 92), se refletem em níveis sistêmicos inferiores, nomeadamente o exo, o meso e o microssistemas.

Para explicar a relação sistêmica descrita recorremos a Bronfenbrenner (1979), que entende a envolvente ecológica do indivíduo social como um conjunto de estruturas concêntricas, interrelacionadas, cujo epicentro é representado pelo sujeito social (cfr. Anexo A). Os diferentes subsistemas considerados (micro, meso, exo e macro) estão dispostos numa escala de proximidade em relação ao indivíduo, sendo que as mais diretas interações se realizam no nível microssistêmico, mas não descartando o envolvimento permanente dos restantes níveis mais complexos (Bronfenbrenner, 1979; Machado, 2007).

É perceptível que “o estudo sociológico da mudança social não pode, com efeito, circunscrever-se à visão macroscópica, descontextualizada e despersonalizada, que se confunde com a variação dos indicadores de síntese das transformações sociais que marcam cada período histórico” (Machado, 2007, p. 109). Contudo, a transição de uma perspetiva baseada na investigação das causas fundamentais para uma abordagem interacionista não significa que se dispensa a utilização de instrumentos de análise gerais, cujo nível de abstração e formalidade permitem aplicações equivalentes a casos diferenciados.

Sendo a adoção de uma visão exclusivamente macroscópica insuficiente para compreender “os pequenos jogos sociais que constituem a trama social” (Pais, 1986, p. 11), devem os planos micro e macro ser conjugados através da aplicação produtiva de proposições explicativas gerais a casos empíricos, seguida de uma avaliação das proposições gerais através do confronto crítico dessas múltiplas análises (Silva, 1994; Valade, 1995). Isto quer dizer que, ao revelar-se no espaço social dos indivíduos, a mudança das sociedades resulta da conjugação de forças macrosociais com a agregação de efeitos resultantes de ações individuais (Machado, 2007).

## **2.2. Dos anos dourados à decadência social**

Todas as sociedades, incluindo as mais isoladas, estão sujeitas ao fenómeno da rápida mudança social. Identificar e refletir sobre as mudanças recentes que se observa(ra)m nas sociedades é importante para compreender o modo como estas se organizam, bem como para contextualizar a forma como os seus membros se relacionam. A compreensão das sociedades

contemporâneas (que no presente trabalho se cinge mormente às sociedades ocidentais) exige que se recue na linha do tempo com o objetivo de identificar e descrever quais os principais acontecimentos que conduziram a mudanças sociais consideráveis e que alteraram, inevitavelmente, as formas de interação social.

Embora alguns autores considerem que a Revolução Industrial desencadeou mudanças drásticas nas sociedades (Demartis, 2006; Dias, 2000; Eisenstadt, 1993; Giddens, 2004; Valade, 1995), iremos partir de um marco que é encarado como o mote para as mais profundas e aceleradas mudanças observadas nas sociedades ocidentais contemporâneas, concretamente, o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (Adelman, 2016; Hall, 1997; Hirsch, 1998; Hobsbawm, 1995; Pastana, 2013; Petrini, 2005; Veloso & Fonseca, 2017).

A Segunda Guerra Mundial acarretou profundas alterações nos modos de vida da população mundial. Países foram dizimados, outros surgiram, a economia internacional sofreu uma reorganização e deslocaram-se os centros de poder político, formando divisões políticas internacionais que deram início à Guerra Fria (Adelman, 2016; Lakatos & Marconi, 1999). Apesar do cenário nefasto, o mundo mostrava sinais de sucesso e os anos que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial, conhecidos como os anos dourados (Hobsbawm, 1995), ficaram marcados pela inclusão, afluência e conformidade (Young, 1999), onde o período de (aparente) paz e prosperidade seria o contexto no qual emergiriam novos grupos de atores sociais, bem como novas tendências políticas e culturais.

As sociedades atingiam níveis plenos de emprego, com a incorporação gradual da classe trabalhadora, integravam as mulheres nos assuntos da vida pública e no mercado de trabalho e almejavam a igualdade entre etnias (Veloso & Fonseca, 2017). Num “palco social onde os participantes eram grupos sociais cada vez mais diversos, que interagiam e reivindicavam serem ouvidos” (Adelman, 2016, p. 24), surgiam trocas internacionais complexas e com profundos efeitos sociais e políticos. Contudo, a grande novidade residia no facto do surto económico ser movido pela revolução tecnológica, uma vez que não surgiam apenas produtos melhorados de um tipo preexistente, mas outros inteiramente revolucionários e quase inimagináveis antes da guerra (Hobsbawm, 1995).

Durante este período, prevalecia o paradigma modernista, que, segundo Young (1999), era caracterizado por três premissas: (1) a cidadania resolvida ou a caminhar para a sua resolução, onde sobressai a tentativa de incorporar mulheres e negros nas sociedades; (2) o intervencionismo estatal, que procura proporcionar um ambiente de justiça social; e, por fim, (3) a ordem social absolutista, no sentido em que era aceite pela maioria dos indivíduos da sociedade. Neste contexto social incluyente, o desvio racional e a criminalidade não existiam

em grande escala e o indivíduo desviante, atomisticamente considerado, era visto como ausente dos atributos existentes no cidadão racional, pelo que o Estado de Bem-Estar Social agia no sentido de o reintegrar na sociedade (Veloso & Fonseca, 2017).

Concomitantemente, assistia-se ao crescente fenómeno da globalização, que, enquanto referência aos processos intensificadores das relações e da interdependência sociais globais, não deve ser visto como o desenvolvimento de redes mundiais distantes das preocupações individuais. Para Giddens (2004), entre os fatores que contribuem para a globalização está a explosão nas comunicações mundiais, facilitada por importantes avanços na tecnologia e na infraestrutura das telecomunicações do mundo. Contudo, o aparecimento de outros modos de interligação globais, como a *Internet*, também modificou, profundamente, as relações na sociedade e produziu um amplo acesso à informação.

No pós-guerra, muitas pessoas abandonaram as atividades agrícolas para se dedicarem a atividades industriais (Hobsbawm, 1995), o que implicou grandes movimentações dos ambientes rurais para os centros urbanos. Para além disso, registaram-se fenómenos migratórios internacionais de indivíduos que procuravam melhores condições de vida em países que não o de origem (Giddens, 2004). Assim, à medida que o campo ficava vazio, as cidades ficavam sobrelotadas e o mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora, onde o acesso à escolarização, à informação e aos meios de comunicação era cada vez mais difundido.

Nos anos 60, o cenário mundial de sucesso entra numa espiral de dissolução (Adelman, 2016; Jameson, 1985; Veloso & Fonseca, 2017; Vieira & Stengel, 2012), sendo que é nas cidades que sobressaem as mais significativas mudanças sociais. O urbanismo exacerbado conduziu à proliferação dos subúrbios, num processo denominado de suburbanização, e à decadência do centro das cidades, maioritariamente ocupados por minorias raciais e étnicas (Giddens, 2004; Lara, 2012). Como iremos verificar, na era da globalização e da rápida mudança, as “alterações estruturais decorrentes da segregação sócio-espacial, mais salientes nos meios urbanos, suscitam novas sociabilidades” (Machado, 2007, p. 117).

Com a diminuição do analfabetismo e a crescente exigência de escolaridade para a entrada no mercado de trabalho, os jovens tornaram-se “a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos” (Hobsbawm, 1995, p. 330). A revolução cultural dos anos 60 propagou a ascensão de sentimentos de imediatismo, hedonismo e autorrealização, conduzindo a zonas

de exclusividade pessoal e ao desgaste de instituições tradicionais. O consumo programado dá lugar à diversidade de escolhas de produtos a consumir e de estilos de vida a seguir.

Ao nível laboral, com a transição do modo de produção fordista para o pós-fordista, é visível o declínio do trabalho na indústria e o crescimento dos serviços e outros tipos de ocupação, que exige uma reestruturação dos mercados de trabalho, surgindo a precarização do emprego, a degradação das condições de trabalho e a escassez das vagas disponíveis (Hall, 1997). O aumento dos níveis de desemprego fez crescer o sentimento de precariedade relativa e disparar a criminalidade, mas, para além disso, aqueles que ainda tinham trabalho sentiam uma ansiedade constante (Veloso & Fonseca, 2017). Por outro lado, também as dinâmicas familiares sofrem alterações, principalmente na sua estrutura, isto porque, enquanto as mulheres integram o mercado de trabalho, alguns homens perdem a sua posição de trabalhador, o que leva à ameaça da hegemonia patriarcal na família e, por conseguinte, ao aumento da tensão e violência no seio familiar (Dias, 2000).

As transformações descritas, provocadas, maioritariamente, pelo desenvolvimento capitalista, afetaram o perfil da economia mundial, acarretando também mudanças na configuração política dos Estados e nas formas de sociabilidade contemporâneas (Pastana, 2013), estando associadas a um novo momento histórico. A reaparição do liberalismo económico e político e as suas consequências imediatas apontam para um momento que Giddens (2008) caracteriza de “modernidade radicalizada ou tardia”, Bauman (2006) de “modernidade líquida”, Beck (2008) de “modernidade reflexiva” e Habermas (2002), Harvey (1992), Jameson (1985) e Lyotard (1988) de “pós-modernidade”.

### **2.2.1. Desregulação das relações sociais na pós-modernidade**

O neoliberalismo característico das sociedades pós-modernas<sup>2</sup> torna-se evidente com a reestruturação dos setores produtivos, a liberalização dos mercados, a privatização das indústrias e serviços, a desregulamentação das relações de trabalho, a flexibilização salarial, o desemprego estrutural e a redução das políticas públicas de inclusão social. As “novas” sociedades vivem na “era da televisão de massa, do protagonismo do desejo e, principalmente, da crescente estimulação do consumo” (Pastana, 2013, p. 158), o que revela um mundo cada vez mais preocupado com a economia em detrimento do social.

---

<sup>2</sup> Principalmente a partir da década de 80 do século XX, com a emergência do Reaganismo (nos Estados Unidos da América), do Thatcherismo (no Reino Unido) e de outras tendências neoliberais, contrárias à tradição social-democrata que nasceu e vivificou no pós-guerra.

Se é certo que “a emergência da pós-modernidade está estritamente relacionada à emergência desta nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo” (Jameson, 1985, p. 26), não é menos real que há uma preocupação generalizada em relação à fragilização dos laços sociais. Aos impulsos tecnológicos e às transformações da organização do trabalho estão associadas outras mudanças, como a alteração dos estilos de vida, das características sociais e biográficas anteriormente conhecidas, das formas de amar, das estruturas de influência e de poder, das formas políticas de opressão e de participação e das concepções da realidade (Beck, 2013).

Neste contexto, o pós-modernismo reflete a aceitação do efêmero, do caótico e da esquizofrenia, culminando na perda de profundidade. Sendo as grandes cidades um foco intensificador dos problemas sociais que atingem a sociedade no geral, o pós-modernismo compreende o espaço urbano como algo fragmentado, marcado por uma pobreza simbólica (Adelman, 2009; Harvey, 1992). Os traços fundamentais do pós-modernismo, enquanto realidade cultural e ideológica, materializam-se na efemeridade que reduz todas as dimensões da vida pós-moderna à traumática flexibilidade (Pastana, 2013), resultando na “atomização do social em redes flexíveis” (Harvey, 1992, p. 46).

As tecnologias de informação têm um papel crucial nas transformações sociais contemporâneas, constituindo-se como ferramentas que alteram os padrões de sociabilidade daqueles que estão familiarizados com as mesmas (Castells, 2012). O desenvolvimento tecnológico mudou radicalmente inúmeras formas de sociabilidade, proporcionando a comunicação em massa; contudo, no mesmo impulso, aniquilou outras tantas. Na conjuntura atual, a revolução eletrônica e o poder dos meios de comunicação social na formação da cultura e da subjetividade (Adelman, 2016) são os principais responsáveis pela abundância de novas formas de comunicação, que tornou inúmeras relações sociais fluídas e efêmeras, prevalecendo “ligações frouxas e compromissos revogáveis” (Bauman, 2007, p. 11).

Elias (2013) defende que vivemos hoje num contexto de crescente complexidade do conceito de segurança, na denominada sociedade de risco (Beck, 2013). Problemas de degradação ambiental, fundamentalismos religiosos, crime organizado ou terrorismo são perigos experimentados de forma crescentemente individual e a globalização revela-se difícil de controlar pela sua imprevisibilidade, geradora de riscos nunca antes postos em causa, uma vez que o mundo está mais unificado e interdependente, criando laços relacionais que aumentam descontroladamente (em quantidade e não em qualidade).

As drásticas mudanças, em profundidade e velocidade, culminam num sistema social contemporâneo que começa, gradualmente, a perder a capacidade de preservar o próprio



passado e a viver numa mudança perpétua que erradica as tradições anteriormente preservadas, sendo os meios de comunicação que mais evidentemente propiciam essa “amnésia histórica” (Jameson, 1985, p. 26). Embora as sociedades sejam indissociáveis da tradição, não é possível “remeter exclusivamente para a tradição ao procurar conhecer as comunidades do presente” (Machado, 2007, p. 117).

As ruturas nas categorias valorativas, racionais e institucionais construídas ao longo da modernidade clássica (Beck & Beck-Gernsheim, 2002) levaram ao desaparecimento de elementos tradicionais, de aspetos estruturais da população e da sociedade e de características de comportamentos e mentalidades. Barreto (2005) considera que, apesar das ruturas, contradições e diferenças e graças à nacionalidade e identidade cultural, os indivíduos mantêm sentimentos de pertença em relação à sociedade. Contudo, é inegável que as sociedades pós-modernas estão submersas num cenário de crise de identidades aos mais variados níveis (Dubar, 2006), provocado pelo corte radical com a tradição, levando a que os indivíduos percam as suas referências e, por conseguinte, a que as sociedades resvalam para a instabilidade e para a crise (Hobsbawm, 1995).

As sociedades contemporâneas apresentam uma desinstitucionalização generalizada, onde é visível uma desregulação vasta da vida social (Fernandes, 2006). Não obstante a carência de suportes institucionais tradicionais, os indivíduos são incitados a assumir total responsabilidade pela sua vida e confrontados com a exigência constante de capacidade de adaptação, o que dificulta a construção de uma identidade sólida. Tal circunstância leva, entre outros problemas, a uma falta de equilíbrio entre as sociedades, que vivem carregadas de apreensões, intimamente ligadas ao imprevisto e ao insólito (Fernandes, 2006), num mundo onde a monotonia dá lugar à incerteza e insegurança (Vieira & Stengel, 2012).

A situação mundial atual é paradoxal pois se é evidente um fenómeno de globalização é, igualmente, visível a emergência de um fenómeno de fragmentação, causado, em grande parte, pela sobreposição do capitalismo face à regulação do Estado e do bem comum (Hirsch, 1998). As sociedades contemporâneas foram inundadas pelo racionalismo e individualismo, no sentido trágico dos conceitos (Bahia, 2018; Beck & Beck-Gernsheim, 2002; Dubar, 2006; Fernandes, 2006; Giddens, 2004; Junior, 2010; Vandenberghe, 2014), que estão na base da “experiência de desenraizamento e de errância, vinculados à perda de referências simbólicas” (Garcia & Coutinho, 2004, p. 131).

O individualismo caracteriza-se pela primazia do Eu sobre o Nós (Elias, 2004), mas não é sinónimo de triunfo do indivíduo em relação ao coletivo. Os indivíduos estão sujeitos a “liberdades precárias” (Beck & Beck-Gernsheim, 2002, p. 2), no sentido em que possuem

o livre arbítrio para tomar as suas próprias decisões, mas têm de lidar com a indeterminação das suas escolhas. O processo de constituição do individualismo no Ocidente parece provocar o excesso de estimulação individual, o que, simultaneamente à fragilização dos suportes simbólicos identitários, resulta numa experiência de intensa incerteza e imprevisibilidade, associada a situações de fracasso, frustração e desamparo, que levam o indivíduo ao colapso (Adelman, 2009; Garcia & Coutinho, 2004).

Da análise das sociedades pós-modernas, principalmente no que respeita aos centros urbanos, caracterizados pela expansão desorganizada e pela ampla heterogeneidade étnica, racial, cultural e religiosa, constatamos que as mudanças observadas têm como consequência a crescente diferenciação social, resultando na acentuação das diversas desigualdades, numa globalização que avança rumo à corrosão das estruturas de coesão interna das sociedades, ao aumento do risco de marginalização e exclusão de certas camadas e à gradual destruição das solidariedades sociais (Hespanha, 2002; Vieira, 2016). Em tempos de desregulação, descentralização e individualização, a perda dos valores tradicionais da sociedade, a busca incansável pela autorrealização e pela conquista de objetivos individuais em detrimento dos coletivos, as novas formas de organização das relações sociais e a forte influência da economia na vida dos indivíduos são fatores que contribuem para a emergência da anomia nas sociedades contemporâneas (Castilho, 2019; Costa, 2005).

Num ambiente social onde se estabelecem objetivos ilimitados, como a ascensão social e económica, estrangulam-se, paralelamente, os meios legais para os alcançar. Os escassos mecanismos institucionalmente prescritos refletem-se na impossibilidade de satisfazer todas as aspirações individuais, muitas vezes impostas pela sociedade, o que conduz à frustração, tendo como resultado a perda da relevância da (i)licitude dos meios utilizados para atingir os fins pretendidos (Pinto, 2017). Este cenário faz crescer uma preocupação generalizada, uma vez que se torna fácil e até tentador cair num estado de anomia, onde não existe consideração pelas normas sociais e éticas através das quais a sociedade se rege.

O conceito de anomia refere-se à ausência ou desagregação dos valores e das normas sociais, por força da existência de patologias sociais. Para além de todas as motivações já descritas, considera-se que o estado anómico é um dos efeitos da contemporaneidade na ausência do Estado Democrático de Direito, que deixou de ser universal e passou a ser, paulatinamente, substituído pela lógica do capital, em detrimento da representação democrática do bem comum como ordem social (Castilho, 2019; Ramírez *et al.*, 2018).

Encarada como um problema de regulação e de controlo social (Ferreira, 2017), a anomia materializa-se em quatro dimensões intrinsecamente relacionadas, a saber: exclusão,

incerteza, degradação e estranheza (Aceituno *et al.*, 2009). A disseminação avassaladora da anomia é perceptível nos diversos níveis sistêmicos: ao nível macro, o totalitarismo do mercado e a tirania da globalização refletem-se em abismos sociais sucessivamente mais evidentes; ao nível meso, é observável, por exemplo, a alteração da configuração clássica da estrutura familiar com a crescente aparição de famílias monoparentais; e, por fim, ao nível micro, assiste-se a uma despreocupação com o bem-estar alheio e coletivo em prol da realização pessoal (Ramírez *et al.*, 2018).

### **2.2.2. Fragilização da autoridade (policial)**

Os valores e as normas que regulam o comportamento social são incontestavelmente necessários, uma vez que tornam possível e contribuem para a reprodução da ordem social. Contudo, o que parece ganhar força é a fustigação incessante das condições de integração e legitimação da ordem e a erosão das bases da convivência, da moralidade e do consenso. O individualismo, a efemeridade, o privatismo, o consumismo, o racionalismo, a desigualdade e a ansiedade são realidades presentes no tecido da sociabilidade e permeiam as relações sociais contemporâneas (Adelman, 2016; Garcia & Coutinho, 2004; Harvey, 1992; Hespanha, 2002; Junior, 2010).

A defesa generalizada de que a pós-modernidade é marcada por um fenómeno de profunda crise de autoridade (Adorno, 1998; Arendt, 1992; Branco, 2016; Carvalho, 2013; D’Allonnes, 2008; Monet, 2006) leva ao entendimento (também difundido) de que muitos dos conflitos contemporâneos orbitam em torno da legalidade, do poder e da autoridade (Dahrendorf, 1992). O caminho inexorável rumo à anomia, entendido como a condição social em que as normas e os valores orientadores do comportamento dos indivíduos perdem a sua validade, traduz-se na deterioração da ordem, lei e da autoridade (Adorno, 1998).

A reconfiguração das relações interpessoais traz como resultado o enfraquecimento da autoridade, que é visível em diversos contextos sociais, como o familiar, onde os adultos assumem papéis menos austeros e as crianças se tornam mais desafiadoras (Storino, 2016), ou o escolar, que se traduz na crescente indisciplina estudantil e no questionamento constante da competência dos docentes (Aquino, 1999). Relacionada com a anomia, a perda de eficácia de certos tipos de controlo social por parte das instituições tradicionais, como a família, a escola, a religião e, até mesmo, a Polícia, pode ser explicada por Storino (2016), que refere a existência de uma estreita associação “entre a desestabilização dos valores culturais de uma determinada sociedade e a irregularidade da conduta dos seus membros” (p. 23).

Como referido, a Polícia necessita “do apoio e da cooperação voluntária dos cidadãos para assegurar a ordem e a segurança públicas” (Lourenço, 2012, p. 182), pelo que a sua ação tem de ser reconhecida como legítima por parte dos cidadãos, ou seja, tem de assentar na perceção que os cidadãos têm sobre o modo como os polícias exercem o poder que lhes está atribuído e na confiança que neles depositam (Lourenço, 2012; Monet, 2006). Não é viável assegurar o cumprimento da lei através do exercício contínuo e regular do poder sem retirar o seu fundamento da legitimidade, i.e., do reconhecimento dos que consentem perante a atuação dos que detêm o poder (Branco, 2016; Cunha, 2004; Jackson & Bradford, 2010a; Lourenço, 2012; Tyler, 2004; Zanetic, Manso, Natal, & Oliveira, 2016). Deste modo, a atuação da Polícia não pode ter por base o uso exclusivo da força, necessitando, pelo menos parcialmente, de assentar na legitimidade e na confiança dos cidadãos.

Assim, a questão central não gravita em torno dos meios de aquisição e instituição do poder (neste caso do Estado e da Polícia), mas sim na crença e reconhecimento por parte dos que consentem, os cidadãos. Para as Polícias que atuam de forma eficaz e de acordo com os valores democráticos, a questão da legitimidade, com o consequente apoio e colaboração externos, é vital para que mantenham a sua capacidade de atuação, uma vez que se trata da instituição que representa, de modo mais expressivo, o poder do Estado e que tem um contacto mais direto e intrusivo no quotidiano dos cidadãos (Clemente, 2012; Herbert, 2006).

A expectativa que os indivíduos têm relativamente a uma Polícia justa, eficiente e que desempenha a sua atividade com base nos valores que norteiam a sociedade está diretamente relacionada com a confiança que nela depositam (Lourenço, 2012). Deste modo, a perceção de um tratamento justo e eticamente correto, ao aumentar a confiança, reflete-se na cooperação ativa em relação à participação de crimes, no consentimento voluntário de obediência para com a lei e as instruções/ordens dadas pelos polícias e, por último, na maior facilidade de intervenção policial direta em situações de pequena delinquência e incivilidade (Jackson & Bradford, 2010a, 2010b; Tyler, 2011).

A disposição dos membros da sociedade para acatar as ordens emanadas pela Polícia decorre da perceção que têm em relação à sua legitimidade. Porventura, parece que na contemporaneidade assistimos a uma quebra da confiança dos indivíduos na Polícia, que Jackson & Bradford (2010b) defendem estar relacionado com o vasto conjunto de mudanças sociais (sobre as quais temos vindo a discorrer no presente capítulo), que são favoráveis a sentimentos de exclusão e à marginalização social, às quais se acrescentam as mudanças ocorridas no seio das instituições policiais, que se transformaram em organizações mais complexas, originando, muitas vezes, a perda de proximidade com as populações.

Como vimos, as pessoas encaram a Polícia como a guardiã simbólica da estabilidade e da ordem sociais, que protege os valores da sociedade e os mecanismos de controlo social, mormente os informais (Jackson & Bradford, 2009). Nesta perspetiva, os mecanismos de controlo social informal regulam e contém a maior parte dos desvios sociais, pelo que, segundo Felgueiras (2017) e Jackson & Bradford (2009), quando estes mecanismos têm a capacidade de conter a maioria dos desvios sociais, esse sucesso fica associado à Polícia, mas se, ao invés, os mecanismos informais forem débeis, a Polícia pode perder a confiança que as comunidades depositam em si. Contudo, estas premissas tornam-se mais complexas no contexto individualista que caracteriza as sociedades pós-modernas, onde o controlo social informal vem perdendo, paulatinamente, a sua eficácia reguladora.

À medida que os sistemas de controlo social informal se tornam menos eficazes, os indivíduos tornam-se mais exigentes para com a Polícia (Felgueiras, 2017). Porém, nestas circunstâncias, também o controlo social formal fica fragilizado, uma vez que a confiança e legitimidade que eram atribuídas à Polícia são postas em causa (Monet, 2006). Este cenário não se cinge às instituições policiais, sendo notório que todas as instituições sociais “vivem um processo de crise e desinstitucionalização” (Santos, 2004, p. 3), já referido, ondem se inclui a família, a escola, a religião, o sistema de justiça criminal, entre outras instituições.

Na contemporaneidade, “os membros da sociedade estão muito menos propensos a aceitar imposições de autoridades, tradições ou comunidades, o que, por conseguinte, enfraquece o controlo social formal” (Velooso & Fonseca, 2017, p. 220). Destacam-se, principalmente, as conflitualidades que acompanham o processo de urbanização e o surgimento das grandes cidades, produtoras de subculturas diversificadas e menos deferentes para com a aceitação voluntária do poder atribuído às Polícias (Costa, 2005; Jackson & Bradford, 2010b; Lourenço, 2012; Velooso & Fonseca, 2017; Vieira, 2016; Zanetic *et al.*, 2016), podendo observar-se a falência do controlo social formal (Burns & Flam, 2000).

Em suma, é possível verificar o colapso dos sistemas de controlo social, onde, nos informais, os laços de socialização tradicionais são substituídos pelos meios de comunicação a larga escala, incapazes de desempenhar a mesma função de dar coesão às sociedades e, nos formais, a sua rutura é retratada, especialmente, pela crise mundial das Polícias (Garland, 2005; Velooso & Fonseca, 2017). Retidos nas consequências da anomia, Adorno (1998) e Dahrendorf (1992) vislumbraram uma contemporaneidade marcada pela crise de legitimidade (em relação às normas sociais) entrelaçada com uma crise de autoridade (em relação ao poder para impor essas mesmas normas), que conduzem à desregulação social.

## **CAPÍTULO III – A VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS**

### **3.1. Violência e violência contra polícias**

Muitos autores defendem que, no século XXI, as sociedades contemporâneas têm como questões societais centrais o aumento da violência e do sentimento de insegurança, onde se assiste ao crescimento de fenómenos de violência difusa (Panichi, 2015; Santos, 2004; Veloso & Fonseca, 2017; Young, 1999), sobretudo nas grandes cidades e nos centros urbanos (Carvalho, 2013; Costa, 2005; Lara, 2012; Lourenço, 2012; Mollenkopf & Castells, 1991; Rodrigues, 2006; Santos, 2004; Velho, 2004; Veloso & Fonseca, 2017; Vieira, 2016), mas não descartando o rumo exponencial que a violência segue nas zonas rurais e nas pequenas cidades (Endlich & Fernandes, 2014). Não obstante, consideramos particularmente interessante a perspetiva baseada na ideia de que o mundo nunca foi tão pouco violento como na contemporaneidade, ao encarar que a violência, crueldade e brutalidade das relações sociais assumem uma trajetória decrescente (Alves, 2016; Cunha, 2020; Damon, 2017; Mendonça, 2015; Muchembled, 2014; Pinker, 2011).

A visão de que os laços de interação social contemporâneos se estabelecem de modo violento (Harvey, 1992; Santos, 2004; Veloso & Fonseca, 2017) é contrária à que arroga Pinker (2011), ao considerar que a humanidade atravessou um processo de pacificação de maneiras e de comportamentos, pelo que vive hoje um tempo menos violento e cruel do que qualquer outro da sua História. Muitos refutam esta ideia de declínio histórico da violência, sendo que a razão desse ceticismo assenta em quatro explicações: (1) a possível confusão entre volumes e proporções; (2) as sociedades serem menos confrontadas com a violência, mas as mentes dos indivíduos estarem mais expostas a ela, no sentido em que as imagens têm maior disseminação, mantendo o indivíduo em permanente contacto com a violência e a brutalidade; (3) o fenómeno da violência diminuir, mas a sensibilidade a ele aumentar, ou seja, à medida que o nível de violência diminui, cada manifestação de violência se torna mais intolerável; e (4) o facto de comportamentos que antes eram considerados inócuos, serem, hoje, considerados agressivos e violentos, devido à alteração das representações sociais e da própria lei (Damon, 2017; Mucchielli, 2008; Pinker, 2011).

No que concerne, concretamente, ao fenómeno da violência contra polícias, uma clara evidência de desregulação social, este não pode ser encarado somente como uma agressão dirigida a uma pessoa, mas sim como uma ofensa perpetrada contra uma autoridade

representante do Estado (Brito, 2017; Ribeiro, 2019), pelo que pode ser considerado um problema social<sup>3</sup>. Importa clarificar que este tipo de violência pode assumir diversas formas, desde injúrias e ameaças ou, nos casos mais graves, agressões físicas e, até, homicídio (Ellrich & Baier, 2016).

Em Portugal, a criminalização da violência contra polícias é vasta e podemos observar que determinados crimes, quando cometidos contra elementos das FSS, sofrem uma agravção penal, o que enfatiza o caráter sancionatório da ação. Na medida em que o Direito tem capacidade para influenciar o contexto social, o qual, por sua vez, detém o poder necessário para determinar a ordem social (Storino, 2016), destacamos os crimes elencados no ordenamento jurídico português que penalizam e/ou agravam atos que são praticados contra polícias: homicídio qualificado (artigo 132.º, n.º 2, al. l) do CP), ofensa à integridade física qualificada (artigo 145.º do CP), que pode ser simples ou grave, mas em ambos os casos não depende de apresentação de queixa por parte do polícia visado, ameaça (artigo 153.º do CP) e coação (artigo 154.º do CP), que sofrem uma agravção quando praticadas contra polícias (artigo 155.º, n.º 1, al. c) do CP), sequestro agravado (artigo 158.º, n.º 2, al. f) do CP), rapto agravado (artigo 161.º, n.º 2, al. a) do CP), difamação, injúria, publicidade e calúnia que, quando praticadas contra membros das FSS, também sofrem agravção penal (artigo 184.º do CP) e, por fim, os crimes de RCSF (artigo 347.º do CP) e de desobediência (artigo 348.º do CP). De referir que os crimes elencados não são dirigidos, unicamente, contra polícias, como irá ser esclarecido adiante, concretamente para os crimes de RCSF e de desobediência.

### **3.1.1. O crime de RCSF**

Apesar do extenso leque criminal, o presente trabalho cinge-se ao estudo do crime de RCSF e, neste sentido, importa ter em consideração que este ilícito criminal ocorre quando há uma reação ativa por parte do cidadão face à intervenção policial (controlo formal). Ao praticar comportamentos passíveis de serem tipificados como crime de RCSF, o cidadão evidencia uma discrepância significativa entre a expectativa do papel do cidadão e o seu comportamento, (alegadamente) contribuindo para afetar a instituição policial, na qualidade de representante digna e legítima do Estado.

---

<sup>3</sup> No sentido que lhe é dado por Blumer (1971) e Silva (1967), ao compreenderem os problemas sociais como o conjunto das disfunções que ocorrem no seio das sociedades, identificadas, reconhecidas e sentidas como tal, atingindo pessoas ou instituições.

Face ao seu enquadramento penal e aos pressupostos definidos adiante, quando um cidadão adota uma conduta de RCSF, reage ilicitamente contra a ação policial e coloca em causa a autonomia do Estado, pelo que a sua “incriminação pretende proteger o valor da autoridade pública” (Ribeiro, 2019, p. 12). Com uma tipificação penal relativamente estável, o crime de RCSF, previsto e punido no artigo 347.º do CP<sup>4</sup>, é um crime público apresentado na parte especial do CP – Secção I do Capítulo II do Título V. Segundo Henriques & Santos (2000), “tutela-se o interesse do Estado no desempenho livre das funções dos servidores públicos, visando o respeito pelas suas atribuições e atos legítimos” (p. 1494), o que quer dizer que o bem jurídico protegido não tem uma natureza eminentemente pessoal e, pelo contrário, assenta o seu escopo na autonomia intencional do Estado (Gonçalves, 2002).

O crime em apreço está direcionado para vítimas específicas, a saber: funcionários<sup>5</sup> ou os membros das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança. Apesar disso, é inegável que a esmagadora maioria das vítimas são membros das FSS e, em concreto, da PSP e da GNR. Pelo contrário, ao sujeito ativo da ação típica não lhe é exigida nenhuma qualidade especial, pelo que o ilícito toma a classificação de crime comum, i.e., pode ser cometido por qualquer pessoa. Quanto ao resultado, trata-se de um crime de perigo no sentido em que não é necessário que o bem jurídico protegido seja lesado, ou seja, o crime é consumando com a simples criação de uma situação de perigo para o bem jurídico protegido, podendo ou não produzir-se um dano efetivo ao mesmo (Eiras & Fortes, 2010).

É um crime de execução vinculada, pelo que é imperativo o preenchimento dos elementos constitutivos (do tipo objetivo (1) e subjetivo (2)), nomeadamente: (1) a oposição à autoridade pública no exercício de ato relativo às suas funções, quando perpetrada através do emprego de violência, concretamente ameaça grave ou OIF (Ribeiro, 2019); e (2) que a conduta referida seja dolosa, no sentido em que o agente tem conhecimento e vontade de praticar o facto. Depreende-se que o meio de execução (violência), imperativamente revestido de idoneidade, pode ser físico (uso da força física) ou psíquico (ameaça e ato

---

<sup>4</sup> Artigo 347.º - Crime de Resistência e Coação Sobre Funcionário

1 - Quem empregar violência, incluindo ameaça grave ou ofensa à integridade física, contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, para se opor a que ele pratique ato relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique ato relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 - A mesma pena é aplicável a quem desobedecer ao sinal de paragem e dirigir contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, veículo, com ou sem motor, que conduza em via pública ou equiparada, ou embarcação, que pilote em águas interiores fluviais ou marítimas, para se opor a que ele pratique ato relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique ato relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

<sup>5</sup> O artigo 386.º do CP dispõe relativamente ao conceito de funcionário.



material violento com o fim de impedir que o agente da autoridade exerça as suas funções), sendo que “a gravidade moral afere-se pela seriedade com que é feita e pela potencialidade de produzir o efeito querido” (Gonçalves, 2002, p. 958). Com isto, ficam excluídas as situações em que os indivíduos se limitam à inação, à fuga ou à oposição branda, não empregando violência capaz de incutir medo ao Homem “médio” (Eiras & Fortes, 2010).

O artigo 347.º do CP vai além do crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do CP, porque não se limita a sancionar o não cumprimento de uma ordem ou mandado legítimos, comunicados e emitidos por autoridade competente. Pelo contrário, o crime em estudo procura incriminar “uma atividade dirigida ao agente da autoridade” (Henriques & Santos, 2000, p. 1496), onde se exige que a ação esteja revestida de dolo, traduzido na vontade livre e consciente de empregar violência contra a autoridade pública (Gonçalves, 2002), adotando condutas perturbadoras da segurança e tranquilidade públicas.

### **3.2. Fenómeno em Portugal e no mundo**

Grande parte dos estudos referentes à temática da violência contra polícias não está, exclusivamente, direcionado para o crime que pretendemos estudar (crime de RCSF), uma vez que refletem, com maior incidência, sobre a violência contra polícias ou, em concreto, sobre as agressões contra os mesmos. Ainda assim, a análise de bibliografia, nacional e internacional, existente relativamente à matéria permite identificar algumas características dos envolvidos, nomeadamente os suspeitos dos crimes e os polícias visados, bem como as circunstâncias em que o fenómeno tem lugar.

Relativamente às vítimas, concretamente os polícias, observa-se que a maioria dos autores considera o género masculino como o mais predominante (Carneiro, 2012; Covington, 2010; Dias, 2017; Domingues, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997). Contudo, Rossler (2015) defende que os polícias do género feminino são mais propensos a sofrerem situações de violência, entre as quais, agressões e resistência física.

Quanto aos suspeitos de práticas de violência contra polícias, Bierie (2015), Carneiro (2012), Covington (2010), Dias (2017), Domingues (2010), Ellrich & Baier (2016), Galego (2013), Kaminski & Sorensen (1995), Pinizzotto *et al.* (1997) e Rodrigues (2006) referem que a esmagadora maioria são do género masculino, o que não quer dizer que as mulheres sejam menos propensas à prática de atos violentos contra os polícias (Covington, 2010; Kaminski & Sorensen, 1995; Rossler, 2015). Para Engel (2003), quando se tratam de

situações de resistência e desrespeito para com os policiais, as mulheres não são mais contidas, mas adotam comportamentos menos ameaçadores como o sarcasmo, as reclamações, a ironia e a linguagem corporal ofensiva, o que faz com que, muitas vezes, os policiais desvalorizem e não reportem as ocorrências.

Bierie (2015), Carneiro (2012), Covington (2010), Galego (2013), Kaminski & Sorensen (1995), Pinizzotto *et al.* (1997) e Vieira (2000) consideram que a idade dos suspeitos se situa entre os 18 e os 34 anos, sendo que os jovens não demonstram maior propensão para adotar comportamentos desafiadores perante a polícia (Engel, 2003). Pelo contrário, Ellrich & Baier (2016) e Rodrigues (2006) concluíram que a maioria dos suspeitos tinham menos de 25 anos. Para outras características dos suspeitos, Carneiro (2012), Dias (2017), Domingues (2010) e Galego (2013) referem que a maioria eram de nacionalidade portuguesa e em situação profissional ativa.

Segundo Brito (2017), Carneiro (2012), Domingues (2010), Ellrich & Baier (2016), Kaminski & Sorensen (1995), Monteiro (2002), Rodrigues (2006), Vieira (2000) e Vieira (2016), o MO mais recorrente é o recurso à força física, ao contrário de outros estudos (maioritariamente norte-americanos, onde o regime de uso e porte de armas é mais liberal) que defendem que a forma mais comum de violência é através de armas brancas e armas de fogo (Crifasi, Pollack, & Webster, 2016; Pinizzotto *et al.*, 1997; Rossler, 2015; Swedler, Simmons, Dominici, & Hemenway, 2015) e de atropelamentos intencionais (Monteiro, 2002). Carneiro (2012) e Galego (2013) fazem referência ao número considerável de ocorrências onde os MO predominantes são, simultaneamente, de índole física e verbal.

As ocorrências que oferecem maior grau de risco e, por isso, são mais propícias a episódios de violência contra polícias, são as situações de violência doméstica e de fiscalizações rodoviárias (Brito, 2017; Domingues, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Sousa, 2013). Para além dessas, Sousa (2013) refere, ainda, as rixas em bares, os desacatos entre vizinhos e as situações de pedido de identificação. No entanto, Bierie (2015), Kaminski & Sorensen (1995), Pinizzotto *et al.* (1997) e Vieira (2000) discordam e consideram as situações em que os suspeitos são intercetados pela prática de crimes em flagrante delito, tentam a fuga, vão ser detidos, quando se encontram em confrontos/agressões com terceiros ou noutras ocorrências de desordem/distúrbios.

No que concerne ao horário das ocorrências, as conclusões dos estudos divergem, embora se mantenham, hegemonicamente, no período noturno. Se para Covington (2010) e Rossler (2015) o período temporal entre as 19h00 e as 03h00 foi o mais frequente, Ellrich & Baier (2016) defendem que o maior número de ocorrências de violência se deu entre as

20h00 e as 04h00, Carneiro (2012), Galego (2013) e Pinizzotto *et al.* (1997) concluem que foi no horário das 18h00 às 06h00 que houve mais situações e Brito (2017) aponta o período temporal entre as 16h00 e as 00h00. No entanto, para Monteiro (2002) o período entre as 13h00 e as 19h00 foi mais expressivo que os restantes.

Os meses de março e maio são os mais representativos para Carneiro (2012) e Domingues (2010), sendo que Rodrigues (2006) considera os meses de verão mais propícios a este fenómeno e Brito (2017) e Dias (2017) concluem que o mês de agosto é o mais expressivo. Quanto aos dias da semana, Covington (2010) destaca as quartas-feiras, as sextas-feiras, os sábados e os domingos, Domingues (2010) refere que as quintas-feiras e os domingos são os dias que mais se evidenciam, enquanto Carneiro (2012) e Brito (2017) concluem que é no fim de semana que ocorrem mais atos de violência contra polícias. A análise dos locais onde se desenrolam os episódios de violência permite concluir que a grande maioria ocorreu na via pública (Brito, 2017; Domingues, 2010; Galego, 2013; Monteiro, 2002; Vieira, 2000), seguindo-se as situações ocorridas nas instalações policiais (Vieira, 2000). Nos seus estudos, Carneiro (2012), Domingues (2010) e Vieira (2016) fazem, ainda, menção que a maioria dos suspeitos atuaram na sua área de residência.

Um dos fatores sociais que pode estar na origem deste tipo de ocorrências prende-se com o grande sentimento de impunidade dos autores de crimes contra os polícias, que emerge mesmo quando os indivíduos são condenados, uma vez que as penas aplicadas não são suficientemente dissuasoras e não assumem um carácter preventivo geral, potenciando o reforço da não conformidade para com as normas e a lei (Adorno, 1998; Domingues, 2010; Ribeiro, 2019). Para além disso, os suspeitos são, maioritariamente, de estratos sociais baixos e com antecedentes criminais (Domingues, 2010; Rodrigues, 2006), levando Covington (2010) e Willits (2014) a considerar que os polícias que desenvolvem a sua atividade em contextos de elevada criminalidade e desvantagens estruturais (desigualdade social acentuada) estão mais propensos a ser vítimas de violência.

A explicação apresentada para esta evidência assenta no facto de estes contextos, pelas características que apresentam, exigirem maior presença dos polícias, que estabelecem mais contacto com cidadãos desviantes e hostis para com a presença policial. Para além disso, e como referido no capítulo anterior, a fragilização dos mecanismos de controlo social informal torna os cidadãos mais exigentes para com a Polícia, pelo que esta última se revela mais repressiva e mais efetiva no controlo das tensões sociais (Garland, 2005; Santos, 2004; Veloso & Fonseca, 2017), o que, por sua vez, desencadeia mais situações de confronto e de desrespeito (Ribeiro, 2019).

## PARTE II – EMPÍRIA

### CAPÍTULO IV – MÉTODO

Em rigor, quando Fernandes (2006) se refere às transformações sociais desregulatórias ou quando mencionamos os sistemas de regras sociais formais e a sua fragilização (Burns & Flam, 2000) nas sociedades contemporâneas, estamos a aludir a transformações de nível macrossistêmico, mas que têm repercussão concreta, empiricamente captável, em níveis sistêmicos inferiores, particularmente os níveis meso e micro, onde a ação conflituosa e ilícita do crime de RCSF tem lugar e pode ser captada. Neste sentido, o estudo do crime em questão, assumido por Jorge (2018) e Ribeiro (2019) como um fenómeno de desregulação social e, efetivamente, como um problema social, exige uma abordagem transversal a todos os níveis sistêmicos referidos.

Tendo como mote para a investigação a pergunta de partida “**Existirão regularidades sociais captáveis pela investigação empírica nas ocorrências de resistência e coação sobre funcionário?**”, cujo objetivo primordial passa por perceber se é possível estabelecer um padrão nas ocorrências deste ilícito, pretendemos dar resposta à mesma através de uma análise empírica tripartida, nomeadamente com recurso às abordagens de âmbito macro, meso e microscópico. Para isso, como referido anteriormente, torna-se necessário recorrer a um conjunto de objetivos operacionais:

1. A nível MACRO, construção de uma série histórica do crime de RCSF, inserido na categoria de crimes contra o Estado, na subdivisão dos crimes contra a autoridade pública, que permita identificar diversas tendências a nível nacional e regional.
2. A nível MESO, realização de uma análise da informação existente sobre o crime que viabilize a caracterização dos suspeitos e dos contextos em que as ocorrências de RCSF se desenrolam.
3. A nível MICRO, realização de uma análise em profundidade de ocorrências julgadas e transitadas, procurando identificar os contextos sociais relacionáveis com este ilícito, bem como captar as condições provadas em que o crime de RCSF ocorreu e a eventual criminalidade conexa.

Posteriormente, constitui-se como objetivo estratégico, decorrente da concretização do objetivo primordial e dos objetivos operacionais definidos, o desenvolvimento de um quadro sinóptico para apoio à atuação policial com informações úteis relativas ao crime de RCSF de modo a melhor preparar os polícias para estas situações. O racional subjacente a este objetivo estratégico corresponde à aceitação de que a informação é o alimento básico do conhecimento e de que este é decisivo para a promoção da qualidade da ação policial.

Definidos e especificados os objetivos que nos propomos atingir, exige-se que seja traçado um caminho para alcançar os mesmos (Quivy & Campenhoudt, 2008), i.e., que se decidam quais os métodos que melhor servem os fins que pretendemos atingir com a investigação (Bell, 2010). Com a pretensão de estudar o crime de RCSF, segundo as três perspetivas mencionadas, para averiguar a existência ou não de regularidades sociais que permitam prevenir e atuar sobre este fenómeno de desregulação social, optamos por uma abordagem mista, onde concorrem, simultaneamente, duas dimensões: uma quantitativa (que se evidencia) e uma qualitativa. Deste modo, do ponto de vista metodológico, recorreremos a um método misto<sup>6</sup> através da combinação de tendências estatísticas (dados quantitativos relativos a estatísticas criminais) com análise documental (dados qualitativos provenientes da leitura das decisões judiciais), proporcionando, assim, um melhor entendimento do problema de investigação (Creswell, 2015).

Trata-se de um estudo de carácter sobremaneira exploratório e descritivo, no sentido em que ensaia procedimentos novos, recorre a algumas fontes não exploradas anteriormente e descreve o fenómeno mediante um estudo delimitado no espaço e no tempo (Lakatos & Marconi, 2002). Reveste-se de uma vertente empírica, porquanto avança com hipóteses e testa resultados, recorrendo a fontes estatísticas e documentais (Albarello *et al.*, 2011).

#### **4.1. Hipóteses de Investigação**

As hipóteses são suposições que resultam das relações existentes entre determinadas variáveis e que se constituem como linhas orientadoras da investigação, sendo colocadas como respostas possíveis e provisórias, apresentando um carácter explicativo e preditivo compatível com o conhecimento científico (Bell, 2010; Sarmiento, 2013). Enunciadas com base no problema de investigação, as hipóteses são passíveis de ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da investigação. Nos estudos exploratórios as hipóteses iniciais são

---

<sup>6</sup> Tradução livre de “mixed methods”.

parcialmente dispensáveis, porquanto a ideia não é testar ou confirmar essas proposições, mas sim explorar informação ainda pouco conhecida. No entanto, podem formular-se hipóteses-guia para conduzir o trabalho para os objetivos operacionais propostos. Assim:

- H1:** A evolução do crime de RCSF em Portugal acompanha a evolução da criminalidade geral e apresenta alguma diversidade regional, correspondendo a uma evolução autónoma que não pode ser confundida com a da criminalidade geral.
- H2:** A diversidade regional do crime de RCSF é acompanhada de uma associação com outras variáveis de natureza criminal, demográfica e económico-social, a que poderão corresponder padrões de comportamento social igualmente distintos.
- H3:** O crime de RCSF raramente ocorre isolado de outras tipificações penais. Os casos de RCSF são, assim, elucidativos de condutas antissociais multifacetadas.

## **4.2. Método quantitativo**

As abordagens macroscópica e mesoscópica têm por base um método de investigação quantitativo, que consiste num processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis (Fortin, 1999). Com a intenção de alcançar resultados precisos, rigorosos e claros, realizamos uma análise estatística através da recolha de dados secundários preexistentes, que são adequados à “análise de fenómenos macrossociais, demográficos e socioeconómicos [...], das mudanças sociais e do desenvolvimento histórico dos fenómenos sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 203).

### **4.2.1. Abordagem macroscópica**

Na abordagem à escala macroscópica, de âmbito nacional, pretendemos extrair um conjunto de dados que permite descrever a evolução do crime de RCSF (numa banda temporalmente dilatada, entre 1998 e 2018), bem como a sua distribuição geográfica e pelas autoridades policiais que reportam o ilícito. Torna-se ainda possível a caracterização dos suspeitos e das vítimas do crime de RCSF, segundo os atributos sociodemográficos género e idade. Numa lógica já não diacrónica, mas sincrónica, e ainda num plano macroscópico, suportado numa agregação de dados à escala municipal, esboça-se uma análise estatística bivariada, com recurso ao estabelecimento de relações de associação (não causal) entre os crimes contra a autoridade pública e outras variáveis sociais, agrupadas pelas dimensões criminal, demográfica e económico-social.

No fundo, o que procuramos com esta abordagem macroscópica é compreender as tendências gerais, quer a nível nacional, quer a nível regional, que o crime de RCSF apresentou ao longo de duas décadas. Pretendemos, apoiados pela nossa revisão teórica, encontrar respostas (ainda que exploratórias) que nos permitam equacionar a possibilidade da evolução dos crimes contra a autoridade pública, e em particular de RCSF, ser entendida como um *proxy* da desregulação social que se sinalizou anteriormente.

Para tal, procedemos à recolha de dados secundários preexistentes (Quivy & Campenhoudt, 2008) disponíveis no SIEJ da DGPJ/MJ através da sua plataforma *online* (Estatísticas da Justiça<sup>7</sup>), pelo qual se acede a dados oficiais relativos à criminalidade participada, entre outras áreas temáticas. Com base neste dispositivo eletrónico de dados, torna-se viável a construção de séries temporais alargadas (1998-2018), independentemente das múltiplas alterações na tipificação penal que ocorreram ao longo do período temporal considerado. Uma vez que se tratam de dados disponíveis num arquivo público (*online*) (Albarello *et al.*, 2011), não se revelou necessário a realização de pedidos de autorização para aceder aos mesmos.

Relativamente aos instrumentos de análise e tratamento de dados, recorremos ao *Microsoft Excel* (como suporte da recolha efetuada no SIEJ), e posteriormente ao *software* estatístico IBM® SPSS® V.25, com vista a concretizar análises de estatística descritiva e bivariada. Utilizamos, ainda, o *software* QGIS<sup>8</sup> que permite a elaboração de mapas temáticos, facilitando a leitura e a interpretação dos resultados.

#### **4.2.2. Abordagem mesoscópica**

A presente investigação desenvolve-se à imagem das necessidades da PSP e, por isso, o nível mesoscópico tem correspondência com o âmbito de responsabilidade territorial da PSP. Procuramos analisar a informação existente sobre o crime de RCSF que viabilize a caracterização dos suspeitos e das ocorrências de RCSF, segundo os critérios estabelecidos. No fundo, trata-se de um procedimento analítico corolário do nível de análise anterior, onde nos afastamos da análise nacional, que engloba as ocorrências reportadas por todas as FSS, concentrando-nos nas áreas territoriais de responsabilidade da PSP.

Apesar da atuação da PSP decorrer, predominantemente, em áreas urbanas, a verificação da existência de desigualdades na distribuição geográfica do crime de RCSF,

---

<sup>7</sup> Acessível em <https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/>

<sup>8</sup> Acessível em <https://qgis.org/en/site/>

resultante de contextos demográficos, sociais, culturais e económicos também eles muito específicos à escala regional, levou-nos a optar por prosseguir a presente investigação, concretamente no que concerne à caracterização dos suspeitos e das ocorrências de RCSF, recorrendo apenas aos dados referentes ao COMETLIS, entre 2009 e 2019. Esta opção advém do facto do COMETLIS ser o maior Comando Territorial da PSP, i.e., no qual estão integrados mais polícias e onde, porventura, existem mais ocorrências de RCSF (em termos absolutos) registadas nesse mesmo período.

De referir que a caracterização da vítima, embora de extrema importância, e como tal contemplada no nosso modelo de análise inicial, não será possível realizar na presente investigação, uma vez que os dados sobre as mesmas não nos foram disponibilizados pela PSP. Apesar disso, e não olvidando que os dados facultados dizem respeito (apenas) às ocorrências de RCSF reportadas pela PSP, podemos afirmar que a esmagadora maioria dos ilícitos registados dizem respeito a episódios que tiveram como vítimas os próprios polícias desta instituição.

Sendo a fonte para a concretização da análise as Estatísticas Policiais (SEI/PSP), procedemos à recolha dos dados secundários preexistentes (Quivy & Campenhoudt, 2008) relevantes para a realização da presente investigação. Relativamente ao tratamento, organização e análise dos dados, os mesmos foram elaborados com recurso ao *software* estatístico IBM® SPSS® V.25, através de análises ao nível da estatística descritiva, ou seja, análises de frequências absolutas e relativas, e da estatística inferencial, concretizada na realização de testes de hipótese não paramétricos, nomeadamente o teste de ajustamento do qui-quadrado (para uma variável, onde se deteta a desigualdade de distribuição entre categorias) e o teste de independência do qui-quadrado (para testar a existência de associação entre duas variáveis de tipo qualitativo, recorrendo-se ao critério de Residuais Ajustados com valores absolutos superiores a 1,96 para a identificação das categorias associadas). Foi considerado com significância estatística a observação de um p-valor inferior a 0,05 (Pestana & Gageiro, 2014).

Decorrente da presente investigação, a recolha dos dados exigiu que se seguissem os trâmites legais e institucionais existentes (Anexo B). De forma simplificada, foi enviado Ofício dirigido ao Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos da PSP a solicitar o acesso aos dados. Após deferimento do solicitado, entrámos em contacto com o Departamento de Informações Policiais da Direção Nacional da PSP, que nos facultou os dados pedidos.



### **4.3. Método qualitativo**

A necessidade de obter conhecimentos aprofundados sobre o crime de RCSF, possível através do recurso a uma escala mais fina de observação e interpretação, alicerça a opção pelo método qualitativo. Segundo Fortin (1999), este método possibilita “uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo” (p. 22), sendo que iremos recorrer a fontes documentais inadvertidas (Bell, 2010), com vista a realizar a análise de conteúdo de dados documentais preexistentes, que anui “a análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações e das aspirações, bem como da sua transformação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 230).

#### **4.3.1. Abordagem microscópica**

A concretização do 3.º objetivo específico do presente trabalho de investigação tem por base a análise de dados documentais (Bell, 2010; Quivy & Campenhoudt, 2008), mais especificamente de Acórdãos Judiciais que têm como decisão final a condenação dos arguidos acusados da prática do crime de RCSF. Sabendo, a montante, que o objetivo se prende com a identificação dos contextos sociais relacionáveis com o ilícito, com a captação das condições provadas em que o mesmo ocorreu, bem como com a revelação da eventual criminalidade conexa, não faria sentido analisar decisões judiciais cujo resultado culmina na absolvição do arguido.

A convicção inicial tinha como fonte para a concretização da abordagem microscópica os Acórdãos Judiciais relativos a ocorrências de RCSF que tivessem tido lugar nas áreas de responsabilidade escolhidas no 2.º objetivo, neste caso as DP do COMETLIS. Contudo, tal não foi possível por limitações externas ao investigador. A existência de um racional na escolha dos Acórdãos Judiciais era suportada por uma base regional/local e exigia uma intervenção por parte dos serviços informáticos da DGSJ (programação de apuramentos não disponíveis), que não se logrou concretizar, ficando a presente abordagem microscópica prejudicada.

Assim sendo, o *corpus* que permite concretizar o objetivo microscópico, encarado como “o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1979, p. 96), é constituído por 25 Acórdãos Judiciais dos 5 Tribunais da Relação portugueses, concretamente de Lisboa, Porto, Guimarães, Coimbra e Évora, cuja decisão judicial resultou na condenação do arguido e não admite recurso da decisão

proferida<sup>9</sup>, por nenhuma das partes envolvidas no processo. Relativamente às vítimas, consideramos os profissionais das forças de segurança, em específico da PSP e da GNR, e tivemos ainda em consideração as alterações na tipificação penal, pelo que apenas analisamos decisões em que a data da prática do ilícito foi posterior a 15 de setembro de 2007, data de entrada em vigor do diploma<sup>10</sup> que procede à penúltima alteração do artigo 347.º do CP (RCSF). Quanto à última alteração, como apenas introduz o limite mínimo da pena, não foi tida como relevante para efeitos de seleção do *corpus*.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos os Acórdãos Judiciais disponíveis na plataforma *online* da DGSI<sup>11</sup> (Bases Jurídico-Documentais), gerida pelo IGFEJ. Por se tratarem de dados secundários preexistentes, não foi desenvolvido nenhum instrumento de recolha de dados (Quivy & Campenhoudt, 2008). Quanto à técnica de análise e tratamento dos dados, recorreremos à análise de conteúdo (Vala, 2014) que, segundo Bardin (1979) corresponde a um processo analítico dividido em três fases: (1) a pré-análise, onde é realizada uma análise flutuante, com a posterior escolha dos documentos que constituem o *corpus*; (2) a exploração do material, que corresponde ao momento em que se definem as categorias e os dados brutos são organizados de forma agregada; e, por fim, (3) o tratamento e interpretação dos resultados.

Devido ao facto de os dados documentais se encontrarem em arquivo *online* público (Albarello *et al.*, 2011; Quivy & Campenhoudt, 2008), não foi necessário solicitar autorização para aceder aos mesmos. Posto isto, após a seleção dos Acórdãos Judiciais relevantes para o presente estudo, procedeu-se à elaboração de um esboço de análise de conteúdo (com a criação de categorias de análise retiradas das propostas metodológicas previamente desenhadas). A sistematização dos dados fez-se através de uma matriz elaborada no *Microsoft Excel* e os restantes dados tidos como relevantes foram retidos numa tabela elaborada no *Microsoft Word*.

---

<sup>9</sup> De acordo com os pressupostos definidos no artigo 400.º do CPP.

<sup>10</sup> Lei n.º 59/2007, de 04 de setembro

<sup>11</sup> Acessível em <http://www.dgsi.pt>

## **CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

No capítulo que agora se inicia apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos, quer através da revisão da literatura realizada ao longo da parte teórica, quer através da análise dos dados e documentos anteriormente referidos.

### **5.1. Abordagem macroscópica**

No nível de análise macroscópico privilegia-se a caracterização do fenómeno social criminal (RCSF) a uma escala agregada, na qual os atores sociais, tomados individualmente, estão ausentes, e onde se relevam as tendências estatísticas criminais e a relação entre variáveis económico-sociais, criminais e demográficas. Os dois principais eixos de caracterização descritiva são o tempo e o espaço. Este nível é, habitualmente, o privilegiado na estatística oficial e em vários trabalhos de Ciências Sociais. Sendo, igualmente, importante para as Ciências Policiais e para os profissionais de Polícia, nomeadamente como patamar de análise mais generalista, mas que, no entanto, não dispensa nem se sobrepõe aos níveis meso e micro que também nesta investigação são considerados.

#### **5.1.1. Tendências criminais**

No intervalo temporal de 1998 a 2018 (que corresponde ao intervalo máximo imediatamente disponível no SIEJ<sup>12</sup>), a variável “criminalidade total reportada” (linha azul da Figura 1) assume um comportamento pouco regular, mas suscetível de ser explicado em dois grandes ciclos (cfr. linha picotada azul): um primeiro, até 2008, onde o conjunto total dos ilícitos criminais reportados regista uma propensão tendencialmente crescente, embora irregular; e, posteriormente, num ciclo que se estende de 2009 a 2018, uma tendência predominantemente decrescente, mas igualmente irregular. O coeficiente de determinação<sup>13</sup> desta linha ajustada é bastante elevado ( $R^2=0,8647$ ).

---

<sup>12</sup> O acervo de dados estatísticos criminais no SIEJ remonta a 1993, mas nem todas as variáveis podem ser consultadas com esse recuo temporal, sobretudo para níveis de desagregação mais finos.

<sup>13</sup> Consiste num indicador que reflete a qualidade do ajustamento de uma linha de regressão, neste caso polinomial. Quanto mais elevado o valor de  $R^2$  (varia entre 0 e 1) melhor se conseguem explicar os valores observados.

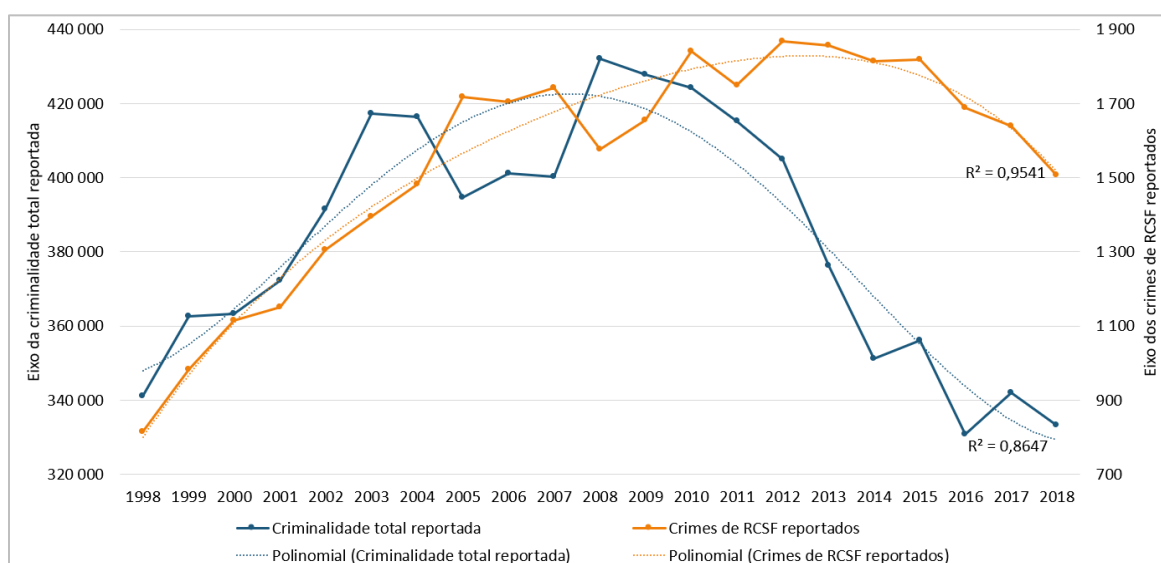


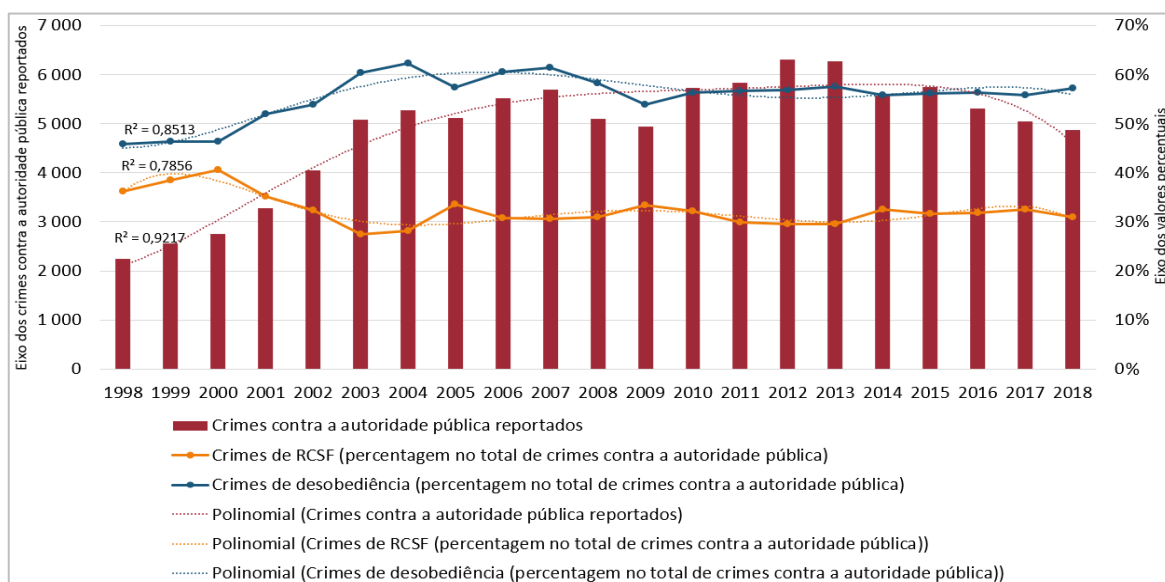
Figura 1. Análise retrospectiva alargada (1998-2018) da criminalidade total reportada e dos crimes de RCSF reportados. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

A Figura 1 expressa, ainda, a evolução do crime de RCSF (linha laranja), em período temporal homólogo, verificando-se que a variável assume um comportamento idêntico à anterior, com uma linha de tendência curvilínea (linha picotada laranja) que reflete, também, a existência de dois ciclos opostos. Apesar de tendencialmente idênticas, as variáveis em análise apresentam ciclos predominantemente decrescentes em momentos distintos. Para o crime de RCSF, o primeiro ciclo prolonga o seu comportamento crescente (embora irregular) até 2012, sendo que só a partir de 2013 é que o volume total de participações do ilícito criminal assume uma tendência decrescente.

Mudando a perspectiva da análise, a Figura 2 permite compreender o comportamento da variável “crimes contra a autoridade pública”, no intervalo temporal de 1998 a 2018. Ao analisar a expressão quantitativa absoluta deste leque de crimes, denotamos semelhanças com a tendência evolutiva do crime de RCSF (vertida na Figura 1), importando relembrar que o crime de RCSF está contido na variável “crimes contra a autoridade pública”. Tal como no caso anterior, é em 2012 que se dá o maior número absoluto de crimes reportados, sendo também a partir desse ano que se assiste a um contraciclo, iniciando-se uma tendência decrescente até à atualidade. Todavia, a linha de tendência referente aos crimes contra a autoridade pública (linha picotada vermelha) apresenta um ajustamento menor ( $R^2=0,9217$ ).

Para além disso, podemos comparar a percentagem de crimes de RCSF (linha laranja) e de crimes de desobediência (linha azul) reportados às autoridades policiais, em relação ao total de crimes contra a autoridade pública. Esta representação destaca o facto do crime de

desobediência<sup>14</sup> ser o mais reportado dos crimes contra a autoridade pública<sup>15</sup>, sendo que apenas entre 1998 e 2000 é que não regista mais de 50% das ocorrências totais reportadas na subdivisão de crimes contra a autoridade pública. Quanto ao crime de RCSF, o segundo mais reportado no leque de crimes considerado, evidencia-se um ciclo crescente entre 1998 e 2000, com o pico nos 40,5% de crimes reportados, seguido de um ciclo mais longo, onde a percentagem de crimes de RCSF reportados se situa entre os 27,4% e os 35,1%, assumindo um valor percentual (i.e., percentagem do total de crimes contra a autoridade pública) quase constante ao longo do período em análise. Ribeiro (2019) reflete sobre as variações observadas quanto à proporção do crime de RCSF e aponta que as mesmas têm a sua origem nas alterações verificadas ao nível da tipificação penal (em 2007 e em 2013), concretamente “no que respeita à interpretação dos pressupostos para a sua aplicação” (p. 13), resultantes do surgimento de novas e mais complexas realidades sociais, justificando a visível estabilização atual com a consolidação da resposta policial à ilicitude que lhe é dirigida.



### 5.1.2. Distribuição das ocorrências de RCSF pelas autoridades policiais que reportaram o ilícito

De modo a compreender a distribuição dos crimes de RCSF, reportados entre 1998 e 2018, pelas autoridades policiais que deram notícia da ocorrência, recorreremos à Figura 4 do Apêndice A. Importa reforçar que a representação não se refere às vítimas do crime de

<sup>14</sup> Entendido como um crime conexo com o de RCSF (Jorge, 2018; Ribeiro, 2019).

<sup>15</sup> Facto que se tem verificado ao longo dos últimos anos, de forma sistemática, através dos RASI (Ribeiro, 2019).

RCSF, mas sim às autoridades que registaram o mesmo, uma vez que, como vimos na parte teórica, apesar de ser um crime com vítimas específicas, estas não se restringem ao leque representado.

Deste modo, verificamos que a PSP regista cerca de 59% do total de crimes de RCSF, seguida da GNR, com pouco mais de 40%. As restantes autoridades policiais têm uma representação pouco significativa (0,54%), que se pode justificar pelo facto de não terem uma presença tão vasta como as duas primeiras no território nacional. Apesar de nos vermos tentados a acreditar que as discrepâncias entre os valores apresentados pelas duas forças de segurança mais representativas se esclarecem-se com o facto da PSP ter responsabilidades territoriais, maioritariamente, em áreas urbanas, que, como defende a maioria dos autores na literatura analisada, são catalisadoras de fenómenos de desvio e de desregulação social, onde existe maior propensão para fenómenos de RCSF; a verdade é que, os resultados analisados adiante permitem concluir que o crime de RCSF não é um fenómeno urbano por excelência, alargando-se a contextos com características populacionais e territoriais não urbanas. Esse facto é, ainda que subtilmente, notado pela elevada representação que a GNR revela. Não se excluíram, por conseguinte, duas hipóteses: a primeira, que corresponde ao controlo viário nacional, da responsabilidade da GNR, que suscita muitas situações que podem resultar em ocorrências de RCSF (bem como em desobediência); a segunda, que mesmo em territórios não tão urbanos, a propensão para a desregulação social ser também elevada.

Mesmo não sendo possível caracterizar as vítimas do crime quanto à sua profissão, sabe-se que a esmagadora maioria pertence às FSS, mais concretamente à PSP e à GNR. Os dados obtidos, ainda que não sejam referentes às vítimas, permitem o fortalecimento dessa conceção, que se explica pelo carácter eminentemente fiscalizador e repressor da atividade policial, com capacidade para potencializar condutas contestatárias associadas a situações de RCSF.

### **5.1.3. Distribuição geográfica das ocorrências de RCSF**

Para realizar a análise da distribuição geográfica do crime de RCSF reportado às autoridades policiais optamos por agregar os dados por Distritos continentais<sup>16</sup> e por Regiões Autónomas<sup>17</sup>. Para ambas as Figuras que de seguida se analisam (Figura 3 e Figura 6) foi

---

<sup>16</sup> Nomeadamente: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

<sup>17</sup> Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

utilizada uma escala de cores baseada em quintis<sup>18</sup>, favorável à análise criminal em toda a extensão dos territórios considerados (nacional e áreas metropolitanas), embora se verifique que, em determinados intervalos, o total de crimes de RCSF reportados numa região apresenta uma discrepância considerável em relação ao de outras regiões pertencentes ao mesmo quintil (i.e., à mesma escala de cor).

Por considerarmos relevante o estudo dos dados criminais de acordo com as especificidades de cada região administrativa ou estatística (NUTS), inserimos tal incursão no escopo da presente investigação. Deste modo, baseamos a análise na distribuição dos valores do crime de RCSF por 100 mil habitantes (prevalência), o que permite a realização de comparações entre locais com diferentes volumes populacionais.

Apesar disso, tivemos oportunidade de verificar a distribuição dos valores absolutos totais pelas regiões definidas (*stock* criminal), durante o intervalo de 1998 a 2018, sem ter em consideração fatores como o número de habitantes ou a área da região (por exemplo, criminalidade por x número de habitantes ou por y Km<sup>2</sup> de área) (cfr. Figura 5 do Apêndice B), o que permite evidenciar a importância das abordagens cruzadas (*stock* e prevalência criminais). Através da análise referida foi possível verificar que, por exemplo, o Distrito de Lisboa, por ser o de maior volume populacional, assume o maior *stock* de crimes de CRSF (de 1998 a 2018); contudo, ao recorrer à análise criminal por 100 mil habitantes (Figura 3), verificamos que não é a região que apresenta a maior prevalência a nível nacional (no ano de 2018).

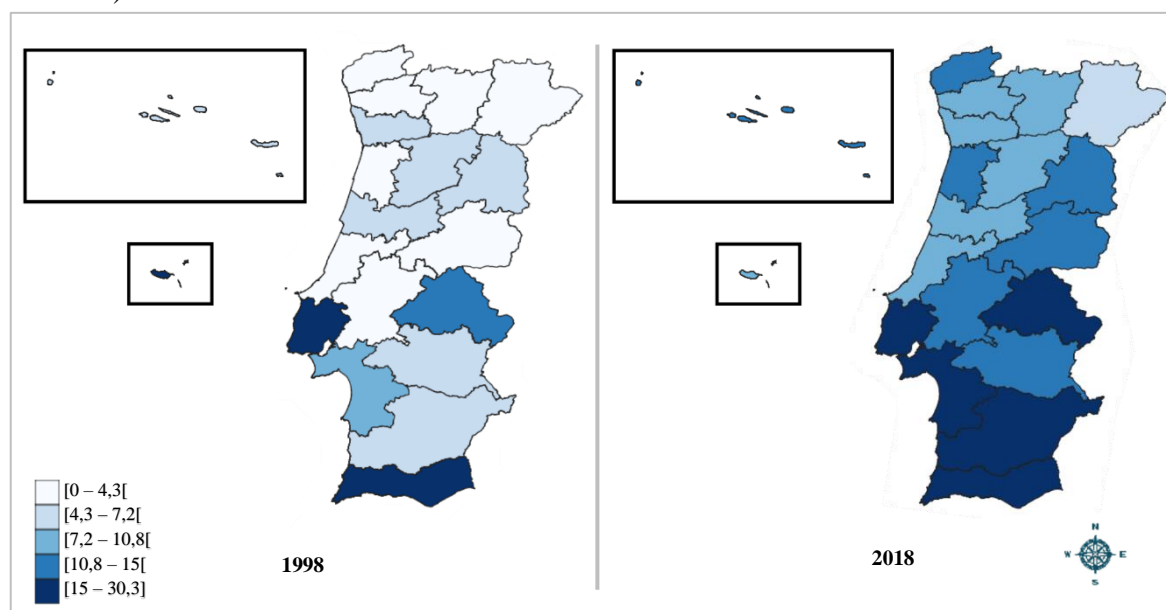


Figura 3. Distribuição geográfica do crime de RCSF, por 100 mil habitantes (prevalência), no território nacional, em 1998 e 2018. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

<sup>18</sup> A cada cor que compõe a escala das Figuras corresponde uma quantidade uniforme de regiões consideradas (20%), não se apresentando, desta forma, uma escala com intervalos regulares.

Por intermédio da Figura 3 podemos observar a distribuição dos crimes de RCSF reportados às autoridades, por 100 mil habitantes, nos anos de 1998 e 2018. A leitura dos dados possibilita uma dupla análise: primeiramente, a observação das variações criminais no território nacional, ao considerar cada ano de forma isolada; e, noutra perspetiva, a comparação do ilícito criminal pelas regiões definidas, nos anos tidos em consideração, o que permite observar as diferenças entre os dois momentos. De referir, ainda, que as duas representações do território nacional partilham a mesma legenda por forma a ser mais perceptível a interpretação dos dados e a comparação entre as regiões.

Deste modo, constatamos que para o ano de 1998 a maior prevalência de crimes de RCSF ocorreu na Região Autónoma da Madeira e nos Distritos de Lisboa e Faro, com uma taxa de  $19,0/100000$ ,  $16,7/100000$  e  $15,4/100000$  crimes de RCSF, respetivamente. Pelo contrário as regiões que apresentaram valores mais residuais foram o Distrito de Bragança com zero registos do crime e RCSF, seguido pelos Distritos de Vila Real ( $1,8/100000$ ), Braga ( $2,1/100000$ ), Viana do Castelo ( $2,4/100000$ ), Leiria ( $2,7/100000$ ), Santarém ( $3,6/100000$ ), Castelo Branco ( $3,8/100000$ ) e Aveiro ( $4,2/100000$ ).

Quanto ao ano de 2018, as regiões com mais crimes de RCSF reportados às autoridades policias foram os Distritos de Faro, Beja, Setúbal, Portalegre e Lisboa, com uma taxa de  $30,3/100000$ ,  $23,3/100000$ ,  $21,8/100000$ ,  $21,6/100000$  e  $18,8/100000$  crimes de RCSF, respetivamente, sendo valores bastante mais elevados do que os registados em 1998 (nessas mesmas regiões). Relativamente às regiões que apresentaram as taxas de crime de RCSF por 100 mil habitantes mais baixas, temos o Distrito de Bragança ( $6,4/100000$ ) e a Região Autónoma da Madeira ( $7,5/100000$ ).

Analizadas as variações observadas no território nacional para cada um destes anos (correspondentes às balizas temporais selecionadas a partir da disponibilização de dados no SIEJ), passamos à comparação dos registos do ilícito criminal pelas regiões definidas, tendo em consideração os dois anos em estudo. De um modo geral, destaca-se que o ano de 2018 apresenta taxas de criminalidade (RCSF) muito superiores às de 1998, sendo que apenas na Região Autónoma da Madeira é que diminuiu, passando da região com a taxa mais elevada (em 1998) para uma das que apresenta menor registo deste ilícito por 100 mil habitantes (em 2018).

Ao comparar as regiões consideradas, nos dois anos em análise, salientamos os Distritos de Vila Real e Beja, que revelam, em 2018, um aumento de, aproximadamente, 5,5 vezes mais face a 1998, seguidos dos Distritos de Braga e Viana do Castelo, com um aumento de cerca de 5 vezes mais. As regiões de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria,



Santarém, Setúbal e Açores revelam que a taxa de prevalência em 2018 é entre três e quatro vezes superior à de 1998. Por fim, mencionar o Distrito de Portalegre que, apesar de já em 1998 ser uma das regiões que apresentava maior prevalência do crime de RCSF, em 2018 aumenta essa mesma taxa para mais do dobro. A distribuição da prevalência do crime de RCSF, pelo território nacional, para o ano de 2018 (Figura 3), revela regiões que se destacam por apresentarem taxas de criminalidade elevadas, como é o caso de Beja e Portalegre.

Impõe-se conhecer até que ponto o país se tornou mais homogêneo ou heterogêneo em termos do crime de RCSF, recorrendo, ainda, à taxa de prevalência por regiões, e neste mesmo período (1998 e 2018). Com efeito, o cálculo do coeficiente de variação<sup>19</sup> aponta inequivocamente para uma menor heterogeneidade em 2018 (CV=43%), comparativamente com a observada em 1998 (CV=80%). Este decréscimo de heterogeneidade de Portugal, tomando a escala distrital e insular, foi acompanhado do aumento (mais do dobro) do valor obtido para a taxa de prevalência.

A consideração da unidade territorial administrativa “Distrito” é justificável por corresponder à atual divisão das áreas territoriais da PSP (Comandos Distritais e Metropolitanos), mas ainda assim menos relevante para compreender o país. Porém, uma das unidades político-administrativas territoriais que mantém toda a sua atualidade, e que tem correspondência (parcial) com a divisão territorial policial, é a Área Metropolitana. Decidimos, consequentemente, prosseguir com a análise detalhada das AM nacionais de Lisboa e do Porto, de modo a testar a ideia de senso comum de que os crimes contra a autoridade pública, em geral, e o crime de RCSF, em específico, estão indelevelmente associados à massificação gerada pela urbanização exacerbada, produtora de fenómenos de anomia, como podemos observar na revisão da literatura ao longo da parte teórica da presente investigação. Esta análise considerou como unidades territoriais os Municípios.

Neste sentido, a Figura 6 do Apêndice B ilustra a distribuição do crime de RCSF, por cada 100 mil habitantes, nas AM de Lisboa<sup>20</sup> e do Porto<sup>21</sup>, nos anos de 1998 e de 2018. À imagem do procedimento tido para a comparação anterior (Figura 3), optamos por partilhar a mesma legenda para as duas AM e, como mencionado, a escala de cores é baseada em quintis para melhor transmitir as diferenças entre regiões.

---

<sup>19</sup> O cálculo do coeficiente de variação (CV) corresponde à divisão do desvio-padrão pela média e é apresentado em percentagem. Quanto maior o valor, maior a heterogeneidade observada.

<sup>20</sup> Composta por 18 Municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

<sup>21</sup> Composta por 17 Municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

É possível captar que os Municípios que compõem a AM de Lisboa apresentam, de forma geral, taxas criminais (RCSF) mais elevadas, quando comparadas com a AM do Porto, para ambos os anos em análise. Relativamente à AM de Lisboa (com um valor médio de 14,6/100000), no ano de 1998, os Municípios que apresentam maior prevalência de crimes de RCSF são: Lisboa (36,8/100000), Loures (27,6/100000) e Amadora (24,0/100000). Igualmente para 1998, na AM do Porto (com um valor médio de 11,4/100000), os Municípios que apresentam maior prevalência criminal são o Porto e São João da Madeira, com 27,4/100000 e 24,3/100000, respetivamente.

Ao analisar com maior detalhe a prevalência do crime de RCSF em 2018, verifica-se que na AM de Lisboa (com um valor médio de 18,8 /100000) os Municípios mais expressivos são Lisboa (37,1/100000), Barreiro (30,4/100000), Setúbal (30,2/100000), Sesimbra (25,3/100000), Amadora (24,3/100000) e Alcochete (20,6/100000). Quanto à AM do Porto (com um valor médio de 11,7/100000), o Município da Trofa evidencia-se, tendo registado uma taxa de, aproximadamente, 26/100000 crimes de RCSF, no ano de 2018. Seguem-se os Municípios de Oliveira de Azeméis (16,6/100000), Santo Tirso (16,1/100000) e Porto (15,8/100000), embora com valores mais moderados.

De novo, a análise da heterogeneidade da distribuição, recorrendo ao coeficiente de variação, põe em evidência que a AM de Lisboa tinha, em 2018, uma heterogeneidade menor (CV=42,0%) que a da AM do Porto (CV=48,2%). Recuando duas décadas (1998), podemos constatar que os coeficientes de variação tinham sido de 71,8% e 89,9%, respetivamente para a AM de Lisboa e AM do Porto. Estes dados (quer para 1998 quer para 2018) foram obtidos com base nos dados por Município (tendo sido excluídos aqueles que não registaram ocorrências de RCSF). Não é possível, com base nestes resultados, proceder a qualquer generalização sobre o comportamento do crime de RCSF no espaço urbano português, confinando-o a um perfil único.

#### **5.1.4. Esboço de uma caracterização estatística bivariada envolvendo os crimes contra a autoridade pública**

A diversidade observada nos resultados anteriores, de algum modo surpreendente, em termos da evolução temporal que viu aumentar os valores de prevalência do crime de RCSF, no território nacional, e diminuir acentuadamente a sua heterogeneidade, fazendo com que mais Municípios conhecessem casos registados de RCSF (nas AM tal foi muito evidente, sobretudo na do Porto), levou a considerar a possibilidade de ensaiar uma caracterização

estatística bivariada que procura conhecer a relação entre os crimes contra a autoridade pública e outras variáveis criminais, demográficas e, ainda, económicas e sociais. Nesse sentido, foi criada uma base de dados com um conjunto de variáveis e indicadores (cujo Livro de Códigos pode ser consultado no Apêndice C), organizado de acordo com as dimensões de análise<sup>22</sup> expressas na Tabela 1 do Apêndice D.

O tipo de relação estatística estudado não pressupõe a existência de relações de causalidade (relação causa/efeito) entre os crimes contra a autoridade pública e as variáveis convocadas. Para isso teríamos que dispor de um modelo teórico que suportasse tal relação; contudo, a abordagem teórica que fizemos anteriormente não nos autoriza a formular hipóteses que estabeleçam relações de causa-efeito, pois as transformações sinalizadas na revisão teórica são, essencialmente, captáveis a uma escala macroscópica.

Esta análise bivariada permite, no entanto, desconstruir algumas falsas evidências a propósito deste tipo de criminalidade (crimes contra a autoridade pública), comumente associado a quadros sociais disruptivos, fortemente urbanizados, anónimos e socialmente desfavorecidos. Estas características estão parcialmente presentes, de facto, nos resultados, mas não são as únicas e não são, sobretudo, generalizáveis. Desde logo, o facto do valor médio de crimes contra a autoridade pública em Municípios exclusivamente compostos por lugares (aglomerados populacionais) com menos de 5000 habitantes (média=61,2/100000) ser superior à média observada para os restantes Municípios, incluindo os totalmente compostos por lugares superiores a 5000 habitantes ( $p=0,025$ ). Parece, por conseguinte, que a ilicitude contra a autoridade pública não é um fenómeno urbano por excelência, alargando-se a outros contextos com características populacionais e territoriais não exclusivamente urbanas.

De resto, controlando essas mesmas variáveis (cfr. matriz de correlações parciais expressa na Tabela 2 do Apêndice D), desenvolveu-se uma análise bivariada, suportada nas dimensões de análise expostas na referida Tabela 1 (Apêndice D), e apuraram-se valores de associação estatística significativa com a variável “crimes contra a autoridade pública (por 100 mil habitantes)”<sup>23</sup>, destacando-se o seguinte:

1. A associação com o volume populacional não é significativa, invalidando o argumento da densidade populacional como preditor deste tipo de ilicitude, como aliás podemos verificar aquando da análise da distribuição da taxa de prevalência do crime de RCSF pelo território nacional e pelas AM de Lisboa e Porto.

---

<sup>22</sup> Nos “crimes contra a autoridade pública”, em 2017, apenas 214 dos 308 Municípios de Portugal registaram ocorrências.

<sup>23</sup> Ver Figura 7 do Apêndice D.

2. A maior presença de população estrangeira no Município associa-se positivamente, e com forte relevância estatística, à prática deste tipo de crime, o que parece ser congruente com os dados obtidos na análise mesoscópica avançada adiante.
3. Relativamente às variáveis e indicadores que compõem a dimensão económico-social, apenas se encontrou uma associação estatisticamente significativa (mas nem por isso muito forte) com o indicador “fator de dinamismo relativo”, o qual pretende refletir (cfr. Apêndice C) o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística. Esta relação que, não sendo acompanhada com a percentagem de poder de compra, remete-nos, uma vez mais, para territórios expostos a uma maior influência exterior, tornando-os suscetíveis a condutas mais irregulares e conflituantes, nomeadamente com representantes da autoridade pública.
4. Sem ser surpreendente, a associação estatística com outras variáveis da dimensão criminal, e com probabilidades significativas, deixa em aberto questões relevantes para compreender o ilícito contra a autoridade pública, bastante relacionado com outras condutas penalmente sancionadas que identificam uma atmosfera social de alguma desregulação social, associação estatística que não integra, porém, alguns crimes (como é o caso do furto de e em veículo) que fazem parte de uma ilicitude diferente.
5. Uma última nota para a associação estatística não muito forte, mas ainda assim estatisticamente significativa, entre a variável “crime contra a autoridade pública (por 100 mil habitantes)” e o *stock* de crimes dessa natureza. Com efeito, este resultado reforça a ideia já nesta dissertação defendida, segundo a qual um elevado número de casos pode não significar uma prevalência criminal elevada, levantando em termos da gestão policial destes ilícitos (prevenção/repressão) a questão de se procurar enfrentar mais diretamente o *stock*, no sentido da sua redução, ou procurar gerir o sentimento de insegurança por ele gerado.

#### **5.1.5. Caracterização dos suspeitos e das vítimas quanto ao género e à idade**

Os dados disponíveis na plataforma *online* da DGPI/MJ permitem, ainda, realizar a caracterização dos suspeitos e das vítimas identificados no âmbito do crime de RCSF, tendo em conta o género e a idade. Por considerarmos relevante para a presente investigação,

iremos debruçar-nos na análise dos dois elementos referidos, com o objetivo de compreender a sua distribuição, tanto nos suspeitos como nas vítimas do ilícito em estudo.

As Figuras 8 e 9 do Apêndice E fazem referência às características (género e idade) dos suspeitos de crimes de RCSF registados pelas autoridades policiais, no período temporal compreendido entre 1998 e 2018. Quanto ao género, tal como se verifica na generalidade dos crimes, a esmagadora maioria dos suspeitos são do género masculino, sendo que os do género feminino se mantêm entre os 5% e os 13% do total de suspeitos identificados por ano (Figura 8, Apêndice E), com uma ligeira tendência de crescimento. Esta evidência corrobora o que defendem autores como Bierie (2015), Carneiro (2012), Covington (2010), Dias (2017), Domingues (2010), Ellrich & Baier (2016), Galego (2013), Kaminski & Sorensen (1995), Pinizzotto *et al.* (1997) e Rodrigues (2006).

Os resultados podem ser explicados com base nos contextos socioculturais em que mulheres e homens desenvolvem os seus processos de socialização. As mulheres, ao longo da História da humanidade, embora com maior esbatimento nas sociedades contemporâneas, tem vindo a ser educadas de forma a tornarem-se mais conformistas com a sua realidade social, i.e., têm maior propensão para se moldarem e adaptarem às normas definidas pela sociedade. Os homens, pelo contrário, são, historicamente, mais impulsivos, competitivos e violentos. Para além disso, os processos de transgressão social estão, também, muito dependentes dos contextos em que homens e mulheres, particularmente os jovens, se movimentam e das práticas sociais que nesses contextos se praticam.

Esta análise sobre o efeito de género na transgressão das normas sociais pode ser observada para outro tipo de ilícitos. O marcador de género acentua uma clivagem (pelo menos comportamental) que não se encontra tão fortemente evidenciada noutros domínios da vida social e, até, nalgumas práticas sociais. No que respeita, por exemplo, ao consumo de álcool, e porventura noutros comportamentos aditivos, a relação de masculinidade não é tão acentuada. Poderá admitir-se, como hipótese, que a RCSF, bem como a desobediência, a ilicitude material (crimes de furto, roubo e outros), a violência interpessoal (crimes contra a integridade física) e a ilicitude contra as normas e valores da vida em sociedade serão um último reduto da afirmação masculina no quadro da vida social? Que consequências poderão daqui advir, em termos prospetivos, para o trabalho policial, no que respeita à prevenção deste tipo de condutas, sabendo-as essencialmente masculinas?

Relativamente à idade, a Figura 9 do Apêndice E dispõe os suspeitos do crime de RCSF por três grupos etários: “Menos de 16 anos”, “16 a 24 anos” e “25 anos e mais”. Embora com algumas irregularidades, assiste-se a uma tendência decrescente quanto à

proporção de suspeitos entre os 16 e os 24 anos e, simultaneamente, a um aumento, em percentagem do total anual, dos suspeitos com 25 anos ou mais. Os cidadãos com menos de 16 anos, identificados pela prática do crime de RCSF, correspondem a uma proporção bastante irrelevante de casos em todo o período temporal considerado.

Estas conclusões vão ao encontro do que é defendido por Engel (2003), ao considerar que os jovens não demonstram maior propensão para adotar comportamentos desafiadores perante a Polícia, e podem ser justificadas pelo progressivo envelhecimento da população, pela possível reincidência criminal dos suspeitos que vão (também eles) envelhecendo ou, ainda, pela visível transferência das condutas contestatárias do plano público/físico para o virtual, através das redes sociais. Torna-se evidente que a desregulação social, neste caso materializada pelo questionamento da autoridade dos representantes do Estado, não se cinge às gerações mais jovens e, cada vez mais, é levada a cabo por adultos e idosos (Ribeiro, 2019).

No que respeita às vítimas do crime de RCSF, identificadas pelas autoridades policiais no período compreendido entre 1998 e 2018, as características relativas ao género e à idade encontram-se vertidas nas Figuras 10 e 11 do Apêndice F. É possível observar que a representação percentual anual relativa ao género assume um comportamento semelhante à dos suspeitos do mesmo ilícito (cfr. verificado na Figura 11 do Apêndice F), sendo que as vítimas do género masculino prevalecem e as do género feminino fixam a sua representatividade anual num intervalo de 2% a 11%, durante este período. Apesar de quase impercetíveis, destacam-se dois momentos: o primeiro, que se estende até 2009, é caracterizado por uma singela representatividade percentual de vítimas do género feminino, situada entre os 2% e os 6%; e o segundo, onde se verifica que as vítimas do género feminino assumem uma maior representatividade (de 7% a 11%), embora se mantenham em valores muito inferiores quando comparadas com as vítimas do género masculino.

Este perfil, maioritariamente masculino, em sintonia com o preconizado anteriormente por autores como Carneiro (2012), Covington (2010), Dias (2017), Domingues (2010), Ellrich & Baier (2016), Kaminski & Sorensen (1995) e Pinizzotto, Davis, & Miller (1997), está associado à masculinização da conduta ilícita, explorada anteriormente, mas também a fatores como a existência de menor representatividade feminina no leque de membros das forças de segurança (que apesar de não serem as únicas vítimas possíveis para o preenchimento do ilícito criminal, correspondem, porventura, à maioria), aliada ao facto da maior parte dos elementos policiais que desempenham funções operacionais suscetíveis de

desencadear ações desordeiras e contestatárias por parte dos cidadãos serem, hegemonicamente, homens.

A Figura 10 (Apêndice F) ilustra a representação percentual anual das vítimas do ilícito em causa, identificadas no período temporal anteriormente mencionado, segundo a idade das mesmas e permite compreender a sua distribuição tendo em consideração dois grupos: “Até 24 anos” e “25 anos e mais”. Verifica-se que as vítimas até aos 24 anos têm uma representatividade bastante diminuta e com tendência decrescente, mantendo-se entre os 2,5% e os 13%, ao longo do período temporal considerado. A discrepância entre os dois grupos etários pode encontrar o seu âmago na própria distribuição etária que se apresenta graficamente, uma vez que, em bom rigor, o grupo etário correspondente às vítimas com idade igual ou inferior a 24 anos, apenas compreende indivíduos com 19 anos ou mais (idade mínima para ingressar nas forças de segurança), compreendendo um leque de idades muito inferior quando comparado com o outro grupo em análise (“25 anos e mais”).

## **5.2. Abordagem mesoscópica**

Sem prejuízo deste objetivo mais operacional, subordinado a uma perspetiva de investigação-ação, a caracterização que se segue (relativa aos suspeitos e às ocorrências de crimes de RCSF) é útil para uma compreensão mais sociológica do fenómeno da ilicitude dirigida contra o Estado.

Para melhor compreensão dos resultados que vão ser apresentados adiante, importa esclarecer algumas das variáveis consideradas. Deste modo, a variável “turno de serviço” foi dividida de acordo com os três turnos operacionais, a saber: 00h00-08h00, 08h00-16h00 e 16h00-00h00. Quanto à variável “Divisão Policial”, consideramos as cinco DP Integradas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª DP de Lisboa), as seis DP Destacadas (Amadora, Cascais, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira) e as cinco DP de competência Específica (Segurança a Instalações, Segurança Aeroportuária, Segurança a Transportes Públicos, Investigação Criminal e Trânsito). O “local de ocorrência” está classificado como via pública, transportes públicos, edifício comercial/industrial, recinto desportivo/espetáculo, residência particular, instalação/viatura policial e outros. Por último, o “MO” utilizado pelo suspeito pode ser OIF, ameaça através de coação verbal, ameaça de agressão com objetos, ameaça de agressão com arma branca, ameaça de agressão com arma de fogo, ameaça de agressão através de força física e outros.

### **5.2.1. Caracterização sociodemográfica dos suspeitos**

Destacar as principais características que os suspeitos do crime de RCSF apresentam pode ser relevante para preparar os polícias para as ocorrências com que se deparam. Ao conhecer previamente qual o perfil dos suspeitos mais recorrente neste tipo de ilícito em específico, torna-se possível desenvolver estratégias e táticas de intervenção policial mais ajustadas a esse mesmo perfil. Como sabemos tendo em conta a consideração dos atributos género e idade (análise macro), a ilicitude não é transversal. Contudo, essa caracterização, realizada no âmbito macroscópico, revela-se manifestamente insuficiente para alcançar um perfil consistente dos suspeitos, pelo que iremos proceder à caracterização dos suspeitos do ilícito em estudo, identificados pela PSP, no COMETLIS, no período compreendido entre 2009 e 2019, tendo por base as estatísticas policiais do SEI.

A caracterização sociodemográfica dos suspeitos tem em consideração as seguintes variáveis: género, escalão etário, habilitações literárias, situação profissional, profissão, local de residência (Distrito e Município) e nacionalidade dos suspeitos. As representações gráficas referentes à caracterização dos suspeitos do ilícito encontram-se no Apêndice G, bem como as Tabelas que dizem respeito às associações entre as diferentes variáveis.

A amostra de estudo é composta por 6049 suspeitos, sendo a maioria (86,0%) do género masculino e 11,5% do género feminino. Estes resultados corroboram os que foram observados na literatura analisada, bem como os obtidos por intermédio da abordagem macroscópica. De referir que 2,5% dos registos sobre os suspeitos do crime de RCSF não dispõem de dados quanto ao género (Figura 12). Relativamente à idade, como representado na Figura 13, mais de um terço dos suspeitos apresentava idades entre os 20 e 29 anos (37,9%) e aproximadamente um quarto entre os 30 e 39 anos (24,7%), pelo que 62,6% dos suspeitos identificados tinha idade entre os 20 e os 39 anos, estando, parcialmente, em sintonia com a literatura analisada (Bierie, 2015; Carneiro, 2012; Covington, 2010; Galego, 2013; Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto *et al.*, 1997; Vieira, 2000). Evidenciam-se, ainda, os 11,7% de suspeitos crianças/jovens (entre os 10 e os 19 anos) e os 14,8% de suspeitos na faixa etária dos 40 aos 49 anos.

Ao escrutinar o nível de escolaridade, contata-se que 59,2% dos suspeitos identificados apresentava o 2.º ou o 3.º Ciclos do Ensino Básico (3.º Ciclo EB: 33,4%; 2.º Ciclo EB 25,8%), tendo 15,8% o Ensino Secundário e 12,6% o 1.º Ciclo do EB. Somente 6,0% dos suspeitos tinham habilitações de Ensino Superior. Desconhecem-se as habilitações literárias de 2865 suspeitos, o que corresponde a 47,4% da amostra de estudo (Figura 14). Quanto à



situação profissional dos suspeitos identificados, verifica-se que a maioria (52,3%) eram ativos empregados, tal como concluíram Carneiro (2012), Dias (2017), Domingues (2010) e Galego (2013) nos seus estudos. Os suspeitos desempregados apresentam, igualmente, uma proporção elevada (33,5%), como representado na Figura 15.

A análise dos suspeitos identificados quanto à profissão revelou-se complexa pela diversidade de ocupações profissionais existentes, pelo que se optou por agregar os suspeitos por grupo profissional<sup>24</sup>. Ficam excluídos desta análise 2758 suspeitos (45,6% da amostra), uma vez que os seus registos não dispunham de profissão identificada, sendo que 57 eram aposentados e 616 eram estudantes. Ainda assim, torna-se possível destacar 5 grupos, concretamente os “Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes”, os “Vendedores”, os “Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista”, os “Trabalhadores dos serviços pessoais” e os “Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis”, que apresentam uma representação percentual de 15,0%, 12,9%, 9,6%, 8,6% e 7,9%, respetivamente (Tabela 3).

No que concerne ao primeiro grupo, apenas duas profissões estão representadas, a saber: repositor de produtos em prateleiras e operário da construção civil, este último numa proporção muito superior. Nos “Vendedores”, destacaram-se as profissões de operador de caixa, empregado de balcão e vendedor ambulante, em mercados e em lojas. O grupo referente aos “Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista” engloba, mormente, profissões como carpinteiro, pintor de construções, ladrilhador, armador de ferro, estucador ou canalizador. Para os “Trabalhadores dos serviços pessoais” as profissões mais recorrentes foram cozinheiro, cabeleireiro e empregados de mesa ou de bar. Por último, no grupo de “Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis” as profissões de motorista de táxis e de veículos pesados foram as que assumiram maior expressividade, com especial enfoque na primeira.

Importa destacar o “Pessoal dos serviços de proteção e segurança”, que apesar de assumir uma proporção menos elevada (4,5%) não deixa de ser surpreendente, uma vez que as profissões associadas foram as de porteiro, segurança (vigilante privado), membro das FSS, entre outros, atividades profissionais que têm uma relação de proximidade e/ou colaboração com o trabalho policial.

Quanto ao Distrito e Município de residência dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS, no período compreendido entre 2009 e 2019, a esmagadora maioria residia no

---

<sup>24</sup> De acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões.

Distrito de Lisboa (92,5%), onde se destacam os Municípios de Lisboa (25,3%), Sintra (16,5%), Amadora (13,1%), Loures (11,6%), Oeiras (6,9%), Odivelas (6,5%), Cascais (5,7%) e Vila Franca de Xira (3,9%). Residiam no Distrito de Setúbal 3,9% dos suspeitos com residência identificada, com 1,3% do Município de Almada e 1,1% do Seixal. Os suspeitos residentes noutros Distritos que não os mencionados foram bastante residuais, podendo, no entanto, evidenciar-se os Distritos de Faro, Porto e Santarém, com 0,7%, 0,6% e 0,5%, respetivamente (Tabela 4). Ficam excluídos da presente análise 1480 suspeitos que não dispunham de residência identificada, os quais constituem 24,5% da amostra de estudo.

Para compreender a distribuição dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), de acordo com a respetiva nacionalidade recorremos à Figura 16. Na mesma esteira de Carneiro (2012), Dias (2017), Domingues (2010) e Galego (2013), destaca-se que a esmagadora maioria dos suspeitos do crime de RCSF foram cidadãos de nacionalidade portuguesa (64,2%). Os suspeitos oriundos dos PALOP assumiram uma representatividade de 24,3%, seguindo-se suspeitos de outros países europeus (4,0%), com maior proporção de romenos, ucranianos, franceses, moldavos, ingleses, espanhóis, alemães e polacos. Os brasileiros (3,1%) apresentaram, igualmente, uma proporção considerável.

Estes resultados são inequívocos em relação à sobre-representação de estrangeiros neste universo de autores suspeitos do crime de RCSF, quando comparados com a proporção de estrangeiros residentes em Portugal, facto aparentemente não valorizado pela literatura, mas que nos interessa relevar no âmbito deste estudo exploratório. Estes resultados reforçam a ideia concebida na abordagem macroscópica de que os Municípios que apresentam maior presença de população estrangeira, bem como os territórios expostos a uma maior influência exterior são mais suscetíveis a condutas irregulares e conflituantes, nomeadamente contra representantes da autoridade pública.

A relação cidadão-polícia subordina-se a princípios universais de relacionamento humano (alguns normativamente definidos), mas não descarta regras de civilidade, respeito, aceitação da autoridade e reconhecimento da instituição policial, que são princípios bastante dependentes do sistema sociocultural no qual um cidadão desenvolve(u) os seus processos de socialização. Não seria de excluir a hipótese de que situações de interação conflitual (culminando em crimes contra a autoridade pública) entre cidadãos estrangeiros e polícias portuguesas possam, também, decorrer de comportamentos-espelho que em Portugal não são aceites, reproduzindo outras formas de relacionamento, porventura, mais permissivas ou que não valorizam certas condutas (por exemplo ofensas, ameaças, injúrias ou incumprimento de ordens).

De referir que não se dispõe de informação quanto ao local de residência de muitos dos suspeitos identificados com nacionalidade não portuguesa. Apesar de acreditarmos que algumas dessas situações resultam apenas de um preenchimento incompleto dos campos, aquando da elaboração do respetivo expediente, não podemos deixar de parte a hipótese de que alguns dos suspeitos residam no estrangeiro. Para além disso, através dos dados fornecidos, não foi possível averiguar qual o país de origem dos suspeitos, o que pode ser relevante, uma vez que suspeitos de nacionalidade portuguesa podem ter residido, durante parte da sua vida, noutros países. Assim, consideramos que seria profícuo compreender, independentemente da nacionalidade dos suspeitos, qual o seu país de origem, uma vez que, como analisado na parte teórica, os processos de socialização (primários e secundários) moldam o indivíduo à sociedade (Berger & Luckmann, 2004; Clemente, 2000; Demartis, 2006; Lakatos & Marconi, 1999; Ramírez *et al.*, 2018), pelo que este último assume comportamentos que se coadunam com a sua experiência social e que podem não corresponder aos valores e normas em vigor na sociedade portuguesa.

#### **5.2.1.1. Análise estatística descritiva e inferencial bivariada**

A análise da distribuição dos MO por escalão etário dos suspeitos, permite verificar que existe uma associação entre estas variáveis ( $\chi^2_{(36)}=87,045$ ,  $p=0,001$ ). Deste modo, os suspeitos do escalão etário compreendido entre os 10 aos 19 anos revelaram uma tendência de recurso a ameaça de agressão com objetos significativamente superior à dos suspeitos dos restantes escalões etários. Os suspeitos entre os 40 e os 69 anos revelaram uma tendência de adoção de MO de ameaça através de coação verbal significativamente superior aos suspeitos mais jovens e mais idosos. Quando aos suspeitos com idades entre os 20 e os 29 anos verificou-se a tendência de recurso a outros MO que não os expressamente considerados, tendo-se, por exemplo, a ameaça com recurso a animal (Tabela 5 e Figura 17).

Noutra perspetiva, com a análise do MO em função da profissão foi possível concluir que não existe uma associação entre as duas variáveis ( $\chi^2_{(198)}=200,591$ ,  $p=0,389$ ), sendo a tendência de MO mais utilizados pelos suspeitos de todas as profissões as OIF e ameaça através de coação verbal, cfr. representado na Figura 18.

No que concerne à relação entre o local de ocorrência do ilícito em estudo e a situação profissional dos suspeitos identificados no COMETLIS (2009-2019), observa-se a existência de uma associação significativa entre as variáveis ( $\chi^2_{(18)}=65,456$ ,  $p<0,001$ ). Os suspeitos estudantes revelaram uma tendência significativamente superior à dos restantes suspeitos

para a realização de crimes em transportes públicos, os empregados para a realização de crimes em recintos desportivos/espetáculos e os desempregados em residências particulares, como se pode verificar através da Tabela 6 e da Figura 19.

Por fim, procedemos à análise da coincidência (ou não) entre a DP onde a ocorrência de RCSF teve lugar e o local de residência dos suspeitos identificados e, à semelhança da literatura analisada (Carneiro, 2012; Domingues, 2010; Vieira, 2016), verificamos que as duas variáveis estão associadas, no sentido em que muitos dos suspeitos que praticaram o ilícito tinham residência no mesmo Município. Deste modo, nas DP integradas temos que a esmagadora maioria dos suspeitos residia no Município de Lisboa, sendo que para cada uma das DP essa proporção se manteve entre os 50,8% e os 76,2% (Tabela 7). Relativamente às DP Destacadas, observou-se uma tendência semelhante, onde a proporção de suspeitos do crime de RCSF a atuarem no Município de residência oscilou entre 58,4 a 78,8% (Tabela 8).

Contudo, nestas DP, regra geral, verifica-se, igualmente, uma proporção considerável de suspeitos que residiam em Municípios limítrofes à DP onde praticaram o ilícito. Os que mais se destacam são: a 2ª DP, com suspeitos a residirem em Loures (8,8%); a 3ª DP, com suspeitos a residirem nos Municípios de Amadora (8,3%), Sintra (7,9%) e Odivelas (5,9%); e a DP da Amadora, com suspeitos a residirem em Sintra (16,8%). Por fim, quanto às DP de competência específica, apesar de não terem uma área territorial delimitada e desenvolverem a sua atividade por toda a área territorial do COMETLIS, podemos observar que a maioria dos suspeitos do ilícito tinha residência no Município de Lisboa, numa proporção que se fixa entre os 27,9% e os 70,1% (Tabela 9).

Estes dados relevam para a compreensão do fenómeno dos crimes contra a autoridade pública, na medida em que parte deles (mesmo que minoritária) ocorre aparentemente num contexto de mobilidade entre áreas residenciais (ou outras) de Municípios diferentes. Poderá essa transição de cenários sugerir a alguns desses perpetradores de crimes um sentimento de alguma impunidade por se encontrarem fora da sua área de residência e, de algum modo, a coberto de uma alegada inatingibilidade?

### **5.2.2. Caracterização das ocorrências**

Conhecer as características das ocorrências de RCSF revela-se crucial para perceber o evento disruptivo que a norma jurídica sanciona. A presente amostra é constituída pelos 4653 crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS, entre 2009 e 2019, e os elementos tidos em consideração na análise recaem sobre o mês, dia e hora das ocorrências, os turnos

de serviço, a DP, o Município e o local de ocorrência do ilícito e o MO utilizado pelo suspeito. As representações gráficas e as Tabelas referentes à caracterização das ocorrências de RCSF encontram-se no Apêndice H.

A Figura 20 possibilita a análise da frequência por mês de ocorrência, verificando-se que março e maio foram os meses em que se observou um índice significativamente superior de ocorrências de RCSF (Tabela 10), respetivamente 10% e 9,5%, tal como defendem alguns dos autores estudados (Carneiro, 2012; Domingues, 2010). Em oposição, setembro foi o mês com menor índice, apresentando 7,5% das ocorrências registadas no período considerado.

Quanto aos dias da semana (Figura 21), verifica-se que a ocorrência de crimes de RCSF nos dias úteis oscilou entre 12,1%, (segundas-feiras) e 13,7%, (sextas-feiras), e ao fim de semana entre 17,8% (domingos) e 18,3% (sábados). A análise efetuada indica a existência de diferenças significativas de criminalidade entre o fim de semana e os dias úteis (Tabela 10), apresentando-se, aos sábados e domingos, valores significativamente superiores aos das ocorrências registadas durante os dias úteis, o que corrobora, na íntegra, os resultados de Carneiro (2012) e Brito (2017) e, parcialmente, os resultados apresentados por Covington (2010) e Domingues (2010).

Em relação à hora do dia em que a ocorrência teve lugar, a Figura 22 permite observar que a incidência de crimes é distinta em função da hora, sendo que esta diferenciação é estatisticamente significativa (Tabela 10). No período horário das 15h às 3h as situações de crime de RCSF foram significativamente superiores às ocorridas no período das 4h às 14h, o que está em parcial concordância com o que defendido por alguns dos autores referidos na literatura analisada (Carneiro, 2012; Covington, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Galego, 2013; Pinizzotto *et al.*, 1997; Rossler, 2015). Às 7h deu-se a menor observância criminal (1,3%) e às 18h a maior (6,6%). Não se dispõe de registo horário de 0,4% das ocorrências.

No decurso da análise anterior, a Figura 23 representa os turnos de serviço e tem-se que o turno com maior incidência de ocorrências criminais foi o das 16h00-00h00, com 47,7% das ocorrências de RCSF, sendo esta incidência significativamente superior à ocorrida nos turnos de serviço das 00h00-08h00 e 08h00-16h00, com, respetivamente, 28,7% e 23,2% dos crimes de RCSF reportados no COMETLIS, entre 2009 e 2019 (Tabela 10). Estas conclusões convergem com as que retirou Brito (2017) no seu estudo.

A Figura 24 refere-se à distribuição dos crimes de RCSF, registados pela PSP, no COMETLIS, entre 2009 e 2019, por DP e permite verificar que as Divisões de Loures e Amadora foram aquelas em que se observou maior número de registos, nomeadamente 19,4% e 16,4%, seguidas pela DP de Sintra (11,5%) e pela 3ª DP (9,7%). Concordantemente

e de acordo com o ilustrado na Figura 25, o Município com maior observância de crimes de RCSF foi o de Lisboa, com 36,2% dos crimes registados entre 2009 e 2019, uma vez que engloba a 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> DP. Seguem-se os Municípios da Amadora (16,3%), Loures (12,0%) e Sintra (11,9%) (Tabela 10).

No que concerne ao local da ocorrência, podemos verificar que, como apurado por Brito (2017), Domingues (2010), Galego (2013), Monteiro (2002) e Vieira (2000), a maioria (66,3%) dos crimes em estudo ocorreu na via pública, sendo a ocorrência do crime neste local estatisticamente superior face aos restantes locais (Tabela 10). Além disso, 11,6% das ocorrências de RCSF ocorreram em edifício comercial/industrial, 7,9% em residências particulares e 5,0% em transportes públicos. Uma reduzida proporção de 3,6% teve lugar em instalações/viaturas policiais (contrariamente ao que concluiu Vieira (2000)) e 1,9% em recintos desportivos/espetáculos. De referir que 3,8% dos crimes de RCSF registados ocorreram noutros locais que não os anteriormente especificados (Figura 26).

A análise da caracterização do MO utilizado pelos suspeitos no COMETLIS (2009-2019), revela que o MO mais frequente teve por base as OIF, correspondendo a 41,6% dos crimes de RCSF, tal como defende a maior parte dos autores que analisamos (Brito, 2017; Carneiro, 2012; Domingues, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Kaminski & Sorensen, 1995; Monteiro, 2002; Rodrigues, 2006; Vieira, 2000; Vieira, 2016). Seguem-se a ameaça de agressão com recurso a objetos (27,6%) e a ameaça através de coação verbal (26,7%). Podemos acrescentar que os MO referidos apresentam uma frequência significativamente superior (quando comparados com os MO não referidos), cfr. Figura 27 e Tabela 10.

#### **5.2.2.1. Diversidades relevantes na prática do crime de RCSF**

Ao analisar a distribuição dos MO por DP, verificamos que existe uma associação entre as duas variáveis ( $\chi^2_{(90)}=163,284$ ,  $p=0,008$ ). A observação da Tabela 11 e da Figura 28, permite constatar que as Divisões de Segurança a Transportes Públicos, Segurança a Instalações e Amadora revelaram uma tendência de prática de crimes de RCSF com recurso a OIF significativamente superior à ocorrida nas outras DP. A 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Divisões de Lisboa apresentaram uma tendência de ocorrência de crimes com ameaça de agressão através de força física significativamente superior à das outras DP e as Divisões de Trânsito e de Cascais de ocorrências por ameaça de agressão com objetos. Relativamente aos crimes onde o MO foi a ameaça através de coação verbal, é possível concluir que apresentaram maior relevância na DP de Loures e na 2<sup>a</sup> DP de Lisboa face às restantes DP, o de ameaça de

agressão com arma branca na DP de Oeiras, outros MO na 2ª DP de Lisboa e, por último, ameaça de agressão com arma de fogo na DP de Cascais.

A distribuição do local de ocorrência do crime de RCSF por DP evidencia, igualmente, a existência de uma relação significativa entre as variáveis ( $\chi^2_{(90)}=2422,224$ ,  $p<0,001$ ). Verifica-se que na DP de Trânsito, na 4ª DP, na 1ª DP e na DP da Amadora houve uma tendência de ocorrência de crimes de RCSF na via pública significativamente superior à ocorrida nas restantes Divisões. Na 2ª DP de Lisboa e nas DP de Vila Franca de Xira, Loures e Sintra a tendência foi que o ilícito criminal ocorresse em residência particular. Quanto às situações que tiveram lugar em transportes públicos observou-se uma tendência de elevada magnitude nas Divisões de Segurança a Transportes Públicos e de Segurança Aeroportuária face às restantes DP. Para os crimes ocorridos em recintos desportivo/espetáculo, a 3ª DP de Lisboa e a DP de Oeiras revelaram maior tendência. Por fim, observou-se uma tendência de ocorrências em instalação/viatura policial na Divisão de Sintra e em edifícios comerciais/industriais na Divisão da Amadora (Tabela 12 e Figura 29).

Uma análise conjunta do MO em função do local de ocorrência do crime de RCSF, permite verificar que estes aspetos não são independentes, havendo uma relação entre as variáveis ( $\chi^2_{(36)}=107,638$ ,  $p<0,001$ ). Deste modo, a Tabela 13 e a Figura 30 expressam que nos crimes ocorridos em residência particular os suspeitos revelaram uma tendência de recurso a OIF, ameaça de agressão com arma branca e ameaça de agressão através de força física significativamente superior à dos restantes locais de ocorrência. Já nos crimes de RCSF em recintos desportivos/espetáculo houve uma tendência significativa de recurso a ameaça de agressão com objetos, comparativamente a outros locais de ocorrência. Em transportes públicos os crimes tenderam a ocorrer mais frequentemente através de OIF do que noutros locais e em instalação/viatura policial a tendência foi o recurso a ameaça através de coação verbal. De referir que relativamente às situações que tiveram lugar na via pública e em edifício comercial/industrial não se observou uma tendência predominante de utilização de nenhum dos MO considerados.

Finalmente, o turno de serviço é outro domínio que apresenta uma relação significativa com a DP ( $\chi^2_{(30)}=146,278$ ,  $p=0,000$ ). Tem-se assim que, comparativamente com as outras DP de Lisboa, a 1ª e a 4ª Divisões e a DP de Cascais tendem a ter um registo de ocorrências significativamente superior no turno das 00h00-08h00, a DP de Trânsito de Lisboa no turno das 08h00-16h00 e, por fim, a Divisão de Segurança Aeroportuária de Lisboa e 3ª DP de Lisboa no período das 16h00-00h00. Relativamente às restantes DP não se observa qualquer

tendência predominante em nenhum dos turnos de serviço, como expresso na Tabela 14 e na Figura 31.

### **5.2.3. Síntese da abordagem mesoscópica**

Sem prejuízo de reforçar o entendimento relativamente aos resultados obtidos na presente abordagem em sede de conclusões finais, cabe esclarecer, ainda que genericamente, o valor heurístico da informação reunida. Deste modo, e não olvidando o caráter de aplicação operacional que permite o desenvolvimento de estratégias e táticas de intervenção policial mais ajustadas aos perfis de suspeitos e ocorrências obtidos, podemos destacar algumas considerações úteis para a compreensão mais sociológica do fenómeno da ilicitude dirigida contra o Estado, concretamente a RCSF.

Os resultados apoiam a ideia (formulada com os resultados macroscópicos) de que o ilícito de RCSF não é transversal. Em termos sociológicos, percebe-se que as características demográficas, criminais e económico-sociais têm relação com a prática de crimes de RCSF, sendo possível identificar características predominantes, quer nos suspeitos, quer nas ocorrências, o que revela que não se trata de uma conduta (totalmente) idiopática.

### **5.3. Abordagem microscópica**

Os objetivos que nos propusemos a atingir com o desenvolvimento empírico da presente investigação exigem a realização de uma análise de âmbito microscópico, sem a qual não é possível retirar conclusões que exigem interpretações com recurso a uma escala mais fina. A partir desta abordagem pretendemos escrutinar quais os contextos sociais relacionáveis com o crime de RCSF, as condições provadas em que o ilícito ocorreu e a eventual criminalidade conexa que lhe está associada. Assim, é imperativo que se proceda à análise em profundidade de ocorrências transitadas em julgado, através da leitura das respetivas sentenças judiciais, recorrendo aos Acórdãos dos Tribunais da Relação.

Por contextos sociais relacionáveis entendemos toda a envolvente social a que o arguido esteve exposto até à data da prática dos factos e, mais amplamente, até à data da decisão judicial. Primeiramente, consideramos o ambiente familiar experienciado pelo arguido importante, desde logo, pelo papel que essa instituição desempenha (ou deveria desempenhar) no processo de socialização primária, o qual permite a adequada inserção dos indivíduos na sociedade, tal como vimos ao longo capítulo I (Berger & Luckmann, 2004;



Demartis, 2006; Martins, 2019). Mas, para além disso, temos em conta a situação profissional do arguido (empregado/desempregado), a existência de antecedentes criminais e o ambiente social onde se desenrolam, habitualmente, as suas vivências diárias (Tabelas 15 e 16 do Apêndice I).

A partir da análise dos respetivos Acórdãos, foi possível averiguar que muitos dos arguidos provêm de famílias estruturalmente desequilibradas (cfr. Tabela 15, Apêndice I), onde se podem destacar os casos de abandono parental, de progenitores associados ao consumo de drogas e álcool ou de falta de figuras de referência. Os contextos instáveis a que os arguidos foram expostos, em particular na infância e na adolescência, estão, igualmente, associados a disfuncionalidades educativas, afetivas e materiais, bem como a vivências de privações e de maus tratos, com capacidade para influenciar o desenvolvimento psicoafectivo saudável (situações 2, 9, 14, 16 e 19).

Esta realidade cria lacunas graves, nomeadamente ao nível do fornecimento das bases sociais e da interiorização dos valores socialmente aceites que permitem a adequada integração dos indivíduos na sociedade. Torna-se claro que os processos de socialização primários, quando caracterizados pela dificuldade em concretizar as funções de integração, supervisão e controlo eficaz do cumprimento das normas vigentes na sociedade, propiciam a adoção de estilos de vida associativos que, por sua vez, provocam acentuadas repulsas no que concerne ao respeito pelas regras e orientações transmitidas.

Mormente nos arguidos mais jovens (situações 14 e 19), foi possível verificar que, não obstante a introdução precoce no mundo das práticas aditivas e do crime, os familiares, de uma maneira geral, adotam uma postura (aparentemente) patenteada pela permissividade e desvalorização de determinadas condutas socialmente convencionais, entre as quais a resistência e o confronto com as autoridades policiais. Não raras vezes, tratam-se de jovens imaturos e emocionalmente fragilizados, com pouca capacidade e ambição para perspetivar o futuro a médio e longo prazos, conformando-se com a realidade onde se inserem.

A maioria dos arguidos apresenta dificuldade em aceitar regras e limites e, quando se vêm confrontados com situações que percecionam como adversas, adotam posturas e atitudes reativas, o que pode estar associado aos défices de competências pessoais e sociais que apresentam, bem com, nalgumas circunstâncias, a problemas do foro psicológico, como é o caso dos arguidos das situações 5 e 25.

Relativamente ao contexto social que os arguidos experienciavam à data dos factos, destacamos que alguns residiam em bairros de habitação social (situações 14 e 20), muitas vezes associados a Zonas Urbanas Sensíveis e encarados como focos de criminalidade, como

o tráfico de droga, e, porventura, de intolerância para com a atividade policial. Verificou-se, igualmente, a existência de arguidos adequadamente inseridos na sociedade, respeitadores e respeitados, oriundos de famílias estáveis, sem antecedentes criminais e com empregos fixos (situações 3, 10 e 21). Tal conjuntura (minoritária) corrobora o que temos vindo a defender relativamente à disseminação da violência contra polícias por todos os grupos sociais.

Numa perspetiva distinta, a reflexão sobre as condições provadas em que o crime de RCSF ocorreu pressupõe a análise das (1) condutas que antecedem o ilícito em estudo, i.e., os comportamentos antissociais, criminais ou não, que precedem e culminam na ocorrência de RCSF, mas também (2) o crime propriamente dito, onde se consideram as condutas que preenchem o tipo objetivo do crime de RCSF, nomeadamente a ameaça grave e/ou a OIF. Esta análise permite evidenciar a quebra do sistema de valores e, consequentemente, do controlo social formal, neste caso materializado no ilícito em estudo (cfr. Tabela 16).

A este nível, podemos verificar que em quase todas as ocorrências analisadas a atuação policial ocorreu devido à proatividade dos elementos das forças de segurança ou à solicitação por parte dos cidadãos, sendo que apenas a situação 1 ocorreu no decurso de ação coletiva, i.e., ação de fiscalização de trânsito. Quando referimos que houve solicitação do cidadão, vale esclarecer que esta pode ser direta, quando é aquele que aborda os polícias e lhes pede auxílio, ou indireta, nas circunstâncias em que a ocorrência é comunicada via rádio e os elementos policiais se deslocam, posteriormente, ao local.

A análise das condutas que antecederam o crime em estudo revela que todas as ocorrências de RCSF, à exceção de uma (situação 25), foram precedidas de comportamentos que não se coadunam com as normas e os valores sociais, podendo estes representar meras condutas antissociais, que se materializam num desvio daquilo que são as expectativas em relação às condutas esperadas por parte dos indivíduos, embora não sejam revestidas de elevada censurabilidade, ou, pelo contrário, constituírem-se como desvios criminais. Apesar de os contextos em que cada ocorrência se desenrolou serem, necessariamente, distintos e revelarem características singulares, é possível evidenciar algumas regularidades nos contextos que anteciparam o ilícito, ou seja, torna-se verossímil perceber quais os diferentes tipos de condutas que geram uma situação de RCSF.

Nesta linha de raciocínio, destacam-se as ocorrências em que os membros das forças de segurança foram chamados ao local por haver notícia de situações de distúrbios ou agressões, seja em residência particular, entre vizinhos ou familiares (situações 9 e 23), em estabelecimentos comerciais, concretamente cafés (situações 8, 19, 21 e 24) ou na via pública (situação 15). Seguidamente, as situações com mais representatividade tiveram

origem na desobediência à ordem legítima de paragem, emanada pela autoridade policial e associada a situações de trânsito (situações 1, 10, 12 e 14). Também as situações em que as autoridades policiais abordaram os arguidos na sequência de infração ao CE (situações 11, 16 e 17) e as ocorrências de violência doméstica (situações 2 e 7) são catalisadoras de crimes de RCSF. Estes resultados foram, ainda que parcialmente, verificados na literatura analisada por autores como Brito (2017), Domingues (2010), Ellrich & Baier (2016) e Sousa (2013).

Ainda no âmbito da reflexão relativamente às condições provadas em que o crime de RCSF ocorreu, temos as condutas que preenchem, concretamente, o tipo objetivo do ilícito que, como referido, tem por base situações de violência (ameaça grave e/ou OIF). Neste sentido, podemos acrescentar que por violência se considera, de forma genérica, todo o ato de força ou hostilidade que seja idóneo a coagir (na presente análise, em específico) membros das forças de segurança. A existência provada destes comportamentos, que materializam o crime em estudo, é determinante para a decisão judicial condenatória.

Em sintonia com o que é defendido por Carneiro (2012) e Galego (2013), é possível constatar que, em muitas das ocorrências, o MO foi, simultaneamente, de índole física e psicológica, uma vez que os arguidos praticaram atos contra a integridade física dos polícias, como murros, pontapés, arranhões e empurrões, mas, na mesma situação, proferiram expressões ameaçadoras e intimidatórias (situações 6, 7, 11, 13, 15, 17, 19, 21 e 24). Noutra perspetiva, nas situações 1, 5, 8, 9, 10, 14, 16, 23 e 25, o crime de RCSF foi perpetrado com recurso a ofensas à integridade física, incluindo, para além das condutas citadas anteriormente, arremesso de pedras e outros objetos, tentativa de atropelamento e disparos com arma de fogo. Podemos referir, ainda, algumas situações de ameaça através de coação verbal (2, 3 e 12) e ameaças de agressão com arma branca (4, 18 e 20) e de fogo (22).

Todas as decisões judiciais analisadas deixavam expreso, de forma clara, que os membros das forças de segurança se encontravam no exercício legal das suas funções profissionais, devidamente uniformizados e identificados enquanto tal, estando os arguidos conscientes que atentavam contra a autoridade pública. Para além do mais, fazia-se referência ao facto dos arguidos terem pleno conhecimento de que os comportamentos por si adotados, impedindo ou constringendo os elementos policiais de exercerem, livremente, as suas funções, eram proibidos e punidos por lei penal, o que se traduz no preenchimento do tipo subjetivo do crime de RCSF, concretamente, o dolo.

Por fim, ao procedermos à análise da eventual criminalidade conexa com o crime de RCSF, procuramos explorar quais os ilícitos criminais que surgem associados ao crime em estudo, i.e., em cenário de concurso de crimes, que outros delitos são mais recorrentes. De

referir que, dos 25 acórdãos analisados, 15 culminaram na condenação do arguido em concurso de crimes, o que significa que, para além do crime de RCSF, outros ilícitos criminais foram imputados aos arguidos (Tabelas 15 e 16 do Apêndice I).

É possível concluir que, na maioria das situações analisadas, surgem associados ao crime de RCSF os crimes de injúria agravada e de ameaça agravada, não estando estes associados a nenhum padrão de ocorrência específico (situações 5, 6, 9, 11, 14, 16, 17, 23 para injúria agravada e situações 7, 9 e 17 para ameaça agravada), pelo que podem surgir, por exemplo, na sequência de situações de reposição da ordem e da tranquilidade públicas, de distúrbios ou de infrações ao CE. Por outro lado, genericamente associados às situações de desobediência a ordem legal de paragem, muitas vezes, no âmbito de ações de fiscalização de trânsito, os crimes conexos com o de RCSF são o de condução sem habilitação legal, o de condução perigosa de veículo rodoviário e o de desobediência (situações 10, 14, 17).

Importa ainda referir que as penas aplicadas, em concurso de crimes ou não, eram na sua maioria penas de multa, onde os valores monetários mínimos e máximos foram €720,00 e €2.400,00, respetivamente (situações 8 e 23). Uma quantidade elevada de decisões judiciais culminou em penas de prisão suspensas na sua execução e uma pequena minoria de condenações resultou na pena de prisão efetiva dos arguidos, sendo que, estas últimas, tinham sempre associados outros delitos criminais, à exceção da situação 18, em que o arguido foi condenado a pena de prisão efetiva tendo cometido somente o crime de RCSF.

Esta realidade vai ao encontro do defendido por Adorno (1998), Domingues (2010) e Ribeiro (2019) que referem a disseminação de um grande sentimento de impunidade por parte dos autores deste tipo de ilícito (crimes contra a autoridade pública), uma vez que as consequências para os mesmos, até nas situações em que se concretiza a condenação, são meramente simbólicas, não assumindo, como deviam, o carácter preventivo especial e geral e potenciando, desta forma, o reforço da não conformidade perante a lei. O Acórdão do TRL, processo n.º 60/16.2PFALM.L1-5, de 05-11-2019, refere que a crescente frequência com que as autoridades públicas vêm sendo postas em causa, relacionada com a crise do Estado e das instituições, também defendida por Adorno (1998), Arendt (1992), Branco (2016), Carvalho (2013), D’Allonnes (2008), Fernandes (2006) e Santos (2004), exige que se tenha em conta o carácter preventivo geral aquando da determinação da medida da pena, caso contrário surgirão repercussões desfavoráveis ao nível da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, indispensáveis para a preservação da segurança e da liberdade (Clemente, 2000; Felgueiras, 2017; Panichi, 2015), valores essenciais e constitucionalmente consagrados no Estado de Direito que vivemos.

## CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento empírico da presente dissertação, paulatinamente construída com o intento de estudar o crime de RCSF na qualidade de conduta suscetível de evidenciar manifestações de desregulação social nas sociedades contemporâneas (já amplamente percorridas pela teoria macrosociológica), tinha como objetivo primordial perceber se é possível estabelecer um padrão nas ocorrências deste ilícito. Com vista a alcançar o objetivo primordial foram delineados três objetivos operacionais, que encontram correspondência com as abordagens macro, meso e microscópica desenvolvidas.

Pretendemos aferir se os objetivos inicialmente propostos, alicerçados nas hipóteses definidas, foram atingidos de forma integral, possibilitando a maior compreensão deste problema social contemporâneo. Quanto à confirmação ou infirmação das hipóteses-guia que foram desenvolvidas e, posteriormente, tidas em consideração na discussão dos resultados obtidos, podemos apurar o seguinte:

**H1: A evolução do crime de RCSF em Portugal acompanha a evolução da criminalidade geral e apresenta alguma diversidade regional, correspondendo a uma evolução autónoma que não pode ser confundida com a da criminalidade geral.**

Em função dos resultados obtidos, principalmente na análise macroscópica, podemos verificar que a evolução do crime de RCSF em Portugal acompanha, embora apenas parcialmente, a evolução da criminalidade geral. Como vimos, ambas as variáveis apresentam dois ciclos opostos, um primeiro tendencialmente crescente e um segundo tendencialmente decrescente; contudo, esse comportamento idêntico apresenta um desfaseamento temporal, na medida em que o ciclo decrescente do total de crimes de RCSF reportados ocorreu posteriormente e não variou negativamente tanto quanto a criminalidade geral. A análise da evolução temporal e regional do crime de RCSF permite perceber a existência de uma continuidade ou descontinuidade de um modelo socializador. Isto conduz a entender, por exemplo, os dois ciclos encontrados como regularidades sociais que poderão indiciar transformações sociais ainda não consolidadas.

Foi, igualmente, observável a existência de diversidade regional do crime de RCSF pelo território nacional, sendo que a comparação do ano de 1998 com o de 2018 permitiu concluir que a prevalência criminal do ilícito aumentou consideravelmente, na mesma medida em que diminuiu acentuadamente a sua heterogeneidade. Isto significa que, na

atualidade, mais regiões conhecem casos registados de RCSF, face ao panorama vivido há duas décadas atrás. Os crimes de RCSF tem alaistrado como uma mancha de óleo, poupando neste momento alguns Municípios (mas cada vez menos).

Os resultados obtidos decorrem da própria natureza do delito contra a autoridade pública, em concreto a RCSF, cuja génese se diferencia do crime patrimonial e do crime interpessoal, como vimos anteriormente. Neste encaço, torna-se possível a confirmação, ainda que parcial, da hipótese-guia 1.

**H2: A diversidade regional do crime de RCSF é acompanhada de uma associação com outras variáveis de natureza criminal, demográfica e económico-social, a que poderão corresponder padrões de comportamento social igualmente distintos.**

A caracterização estatística bivariada (realizada ao nível macroscópico), que traduz a relação entre os crimes contra a autoridade pública, onde se inclui a RCSF, e outras variáveis criminais, demográficas e económico-sociais, permitiu a desconstrução de falsas evidências a propósito deste tipo de criminalidade, comumente associado a quadros sociais disruptivos, fortemente urbanizados e socialmente desfavorecidos. De forma resumida, apurou-se que essas características, embora parcialmente presentes, não são generalizáveis.

Para além disso, também a análise de âmbito mesoscópico permitiu identificar características predominantes, quer nos suspeitos, quer nas ocorrências, o que revela que o crime de RCSF não é uma conduta idiopática. Pelo contrário, e apesar de se tornar evidente a existência de padrões de comportamento social distintos, os mesmos encontram associação com a maioria das variáveis consideradas na investigação.

Esta conclusão possibilita a confirmação da hipótese-guia 2, com a ideia-chave de que as ocorrências de RCSF não apresentam um padrão uniforme de distribuição pelo território nacional, estando este facto (no presente estudo) associado às variáveis consideradas.

**H3: O crime de RCSF raramente ocorre isolado de outras tipificações penais. Os casos de RCSF são, assim, elucidativos de condutas antissociais multifacetadas.**

A análise macroscópica constitui-se como o prenúncio da confirmação da hipótese em análise, uma vez que revela a existência de associação estatisticamente significativa entre o ilícito contra a autoridade pública e outras condutas penalmente sancionadas. Este cenário indicia que a ocorrência de crimes contra a autoridade pública tem lugar em atmosferas sociais suscetíveis a alguma desregulação social.

Contudo, foi no decorrer da abordagem microsocial que se tornou viável a análise dos comportamentos que antecedem o crime de RCSF e, nesse sentido, verificamos que o mesmo comporta um leque de condutas antissociais, criminais ou não, evidenciadoras da quebra do

sistema de valores e, conseqüentemente, do controlo social formal, neste caso materializado no ilícito em estudo. Por outro lado, quando procedemos à análise da criminalidade conexa com o crime de RCSF, verificamos que muitas ocorrências estão associadas a outras tipificações penais, com grande destaque para os crimes de injúria agravada e de ameaça agravada.

Embora o tipo objetivo do ilícito apenas seja preenchido quando sucedem atos de violência (OIF e/ou ameaça grave) contra vítimas específicas, a análise das condutas que antecederam o crime em estudo, bem como a averiguação da existência de criminalidade conexa revela que a esmagadora maioria das ocorrências de RCSF está associada a outro tipo de comportamentos antissociais, sejam eles praticados antes, durante ou após o crime de RCSF propriamente dito. Estes resultados, decorrentes da investigação, comprovam que o ilícito ocorre, muitas vezes, associado a outros crimes ou condutas que não se coadunam com os valores e normas estabelecidos, permitindo a confirmação da hipótese-guia 3.

Relativamente à resposta à pergunta de partida **“Existirão regularidades sociais captáveis pela investigação empírica nas ocorrências de resistência e coação sobre funcionário?”**, parece-nos que a resposta é francamente afirmativa. Ao longo do desenvolvimento empírico foi possível observar a existência de diversidades, nomeadamente nos âmbitos geográfico, comportamental e situacional. Contudo, essa diversidade revelou um conjunto de padrões transgressores associados a perfis sociais, contribuindo, efetivamente, para clarificar a ilicitude como expressão de uma regularidade social, i.e., como uma soma de acontecimentos.

Neste sentido, os resultados alcançados revelam-se profícuos ao cumprimento dos objetivos estabelecidos (objetivo estratégico no Apêndice J) e, conseqüentemente, à melhor compreensão do crime de RCSF. De destacar que, com os dados obtidos no decorrer da presente investigação, refutamos a ideia de que a ocorrência do crime de RCSF (e dos crimes contra a autoridades pública) está indelével e quase exclusivamente associada às grandes cidades e aos espaços urbanos. Como vimos, os menores aglomerados populacionais revelam, igual ou superiormente, prevalências elevadas de crimes desta tipologia, pelo que o maior volume populacional não é determinante para a ocorrência da ilicitude.

Não sendo objetivo da presente dissertação averiguar a existência efetiva de uma “crise de autoridade” na sociedade contemporânea (neste caso em Portugal), sentimo-nos na obrigação de mencionar este ponto. Parece-nos óbvio que os resultados obtidos, apoiados pela revisão teórica previamente realizada, permitem afirmar que a evolução dos crimes

contra a autoridade pública, e em particular a RCSF, pode ser entendida como um *proxy* da desregulação social. Sabemos que os valores e as normas sociais vigentes, quando interiorizados de forma correta, têm a capacidade de inserir os indivíduos na sociedade e que, aparentemente, nas sociedades contemporâneas não se apresentam suficientemente robustos para condicionar a ocorrência de crimes contra a autoridade pública. Mas será isso suficiente para transpor a realidade para um cenário de crise?

No seguimento da reflexão sobre o processo legitimador das expectativas dos cidadãos perante a atuação da Polícia torna-se imperativo referir que a instituição policial tem de adaptar a sua capacidade de resposta, não só nas grande metrópoles, como também nos restantes meios sociais, promovendo políticas que reforcem a legitimidade e confiança que os cidadãos em si depositam. Isto é essencial na medida em que, em termos de eficiência, criar e assegurar condições para o cumprimento voluntário da lei tem resultados mais favoráveis do que o seu cumprimento coercivo. Este mesmo desafio se coloca a outras instituições sociais, como a família, a educação, a saúde, a economia e outras.

Não obstante as motivações e ambições que tornaram esta investigação possível, deparamo-nos com algumas limitações relacionadas maioritariamente com a recolha e obtenção dos dados. Primeiramente, os dados facultados pela PSP apresentavam-se bastante incompletos em alguns campos e, quando preenchidos, assumiam inúmeras designações para a mesma categoria. Face a isso, a organização e tratamento das bases de dados fornecidas revelou-se um procedimento exaustivo, que nos tomou muito tempo.

Por outro lado, não foi possível levar avante a convicção inicial que tinha como fonte, para a concretização da abordagem microscópica, os Acórdãos Judiciais relativos a ocorrências de RCSF que tivessem tido lugar nas áreas de responsabilidade escolhidas no 2.º objetivo, neste caso as DP do COMETLIS. Tratou-se de uma limitação externa ao investigador, uma vez que se exigia a intervenção por parte dos serviços informáticos da DGSI, ficando a presente abordagem microscópica parcialmente prejudicada.

Como futuras linhas de investigação sugerimos o aprofundamento do presente estudo, i.e., analisar outros Acórdãos Judiciais, como os proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça, por forma a densificar os resultados agora obtidos. Por outro lado, envergar pela análise de decisões judiciais que julgam o arguido pela prática de crimes de RCSF e culminam na absolvição do mesmo pode revelar carências ao nível dos procedimentos adotados pelos polícias, nomeadamente o erro na identificação do ilícito, muitas vezes confundido com outros crimes, ou mesmo o preenchimento vago e pouco exaustivo dos campos descritivos do expediente policial.



## BIBLIOGRAFIA

- Aceituno, R., Asún, R., Ruiz, S., Reinoso, A., Venegas, J. & Corbalán, F. (2009). Anomia y Alienación en Estudiantes Secundarios de Santiago de Chile: Resultados Iniciales de un Estudio Comparativo (1989-2007). *Psyke*, 18(2), 3–18. doi: 10.4067/S0718-22282009000200001
- Adelman, M. (2009). Visões da pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. *Sociologias*, 11(21), 184–217. doi: 10.1590/S1517-45222009000100009
- Adelman, M. (2016). *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea* (2nd ed.). São Paulo: Blucher.
- Adorno, S. (1998). Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social*, 10(1), 19–47. doi: 10.1590/S0103-20701998000100003
- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (2011). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (3rd ed.). Lisboa: Gradiva.
- Alves, A. (2006). Comunicação e Cultura no Processo de Socialização. In *Comunicación e Cultura en Galicia e Portugal: relatorios do III Congreso Luso-Galego de Estudos Xornalísticos* (pp. 155–166). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Alves, D. (2016). *Uso Excessivo da Força: Questões Jurídicas, Técnico-Policiais e Sociais* (Master's thesis, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/15526>
- Aquino, J. (1999). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Arendt, H. (1992). *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Ávila, A. (2007, november 27). Desvio Social [Web log post]. Retrieved from <http://andreavila.blogspot.com/2007/11/desvio-social.html>
- Bahia, V. (2018). Socialização, subjetivação e individualização: as contribuições de Beck,

- Beck-Gernsheim e Elias para uma sociologia do indivíduo. *Praça: Revista Discente Do Programa de Pós-Graduação Em Sociologia Da UFPE*, 2(1), 137–150. Retrieved from <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/235113>
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. (2005). Mudança social em Portugal, 1960-2000. In A. Pinto (Ed.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 137–162). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2007). *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beck, U. (2008). La reinención de la política: hacia una teoría de la modernización reflexiva. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernización reflexiva: política, tradición y estética en el orden social moderno* (pp. 13–74). Madrid: Alianza Universidad.
- Beck, U. (2013). *La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós Surcos 25.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization: Institutionalized Individualism and Its Social and Political Consequences*. London: Sage Publications.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação* (5th ed.). Lisboa: Gradiva.
- Berger, P. & Berger, B. (1977). O que é uma instituição social? In M. Foracchi & J. Martins (Eds.), *Sociologia e sociedade* (pp. 193–199). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Bierie, D. (2015). Assault of Police. *Crime & Delinquency*, 63(8), 1–27. doi: 10.1177/0011128715574977
- Blumer, H. (1971). Social Problems as Collective Behavior. *Social Problems*, 18(3), 298–306. doi: 10.2307/799797

- Branco, P. (2016). Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 99, 47–77. doi: 10.1590/0102-6445047-077/99
- Brito, C. (2017). *Violência contra elementos policiais: Estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa* (Master's thesis, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/20021>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development – experiments by nature and design*. London: Harvard University Press.
- Burns, T. & Flam, H. (2000). *Sistemas de Regras Sociais: Teoria e Aplicações*. Oeiras: Celta Editora.
- Carneiro, M. (2012). *Os elementos ignidores das agressões contra militares da Guarda Nacional Republicana no Comando Territorial de Faro* (Master's thesis, Academia Militar). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8567>
- Carvalho, M. (2010). *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento* (Doctoral dissertation, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/6132>
- Carvalho, M. (2013). Do outro lado da cidade. Crianças, urbanização e violência na área metropolitana de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72, 79–101. doi: 10.7458/SPP2013722619
- Castells, M. (2012). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - A Sociedade em Rede* (Vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castilho, P. (2019). O sintoma social na psicanálise: da democracia à anomia. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 22(2), 144–153. doi: 10.1590/1809-4414201900201301
- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública* (Unpublished doctoral dissertation). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança: Breves notas. *Lusíada, Política Internacional e Segurança*, 4, 141–171. Retrieved from

<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/1005>

- Clemente, P. (2012). Políticas de Segurança - Desafios e Rumos. In A. Lara (Ed.), *Caos Urbano* (pp. 91–117). Lisboa: Pactor.
- Costa, I. (2005). *Polícia e Sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social*. Salvador: EDUFBA
- Covington, M. (2010). *Correlates and causes of violence against police officers: A criminal events analysis* (Doctoral dissertation, University of Central Florida). Retrieved from [http://etd.fcla.edu/CF/CFE0003200/Covington\\_Michele\\_W\\_201008\\_PhD.pdf](http://etd.fcla.edu/CF/CFE0003200/Covington_Michele_W_201008_PhD.pdf)
- Creswell, J. (2015). *A Concise Introduction to Mixed Methods Research*. Lincoln: Sage.
- Crifasi, C., Pollack, K. & Webster, D. (2016). Assaults against U.S. law enforcement officers in the line-of-duty: situational context and predictors of lethality. *Injury Epidemiology*, 3(29), 1–6. doi: 10.1186/s40621-016-0094-3
- Cunha, M. (2020, March 10). Rumos da criminalidade. *O Jornal Económico*. Retrieved from <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/rumos-da-criminalidade-557077>
- Cunha, N. (2004). Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. *Comum*, 9(22), 198–207. Retrieved from <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/12068/1/policial.pdf>
- Cusson, M. (1995). Desvio. In R. Boudon (Ed.), *Tratado de Sociologia* (pp. 413–448). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- D’Allonnes, M. (2008). *El poder de los comienzos: ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Dahrendorf, R. (1992). *O conflito social moderno. Um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Damon, J. (2017, september 27). Le déclin historique de la violence: une thèse crédible? [Web log post]. Retrieved from <https://www.telos-eu.com/fr/societe/le-declin-historique-de-la-violence-une-these-cred.html>
- Damon, W. (1983). *Social and Personality Development: Essays on the Growth of the Child*.

New York: W. W. Norton & Company.

Demartis, L. (2006). *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Dias, E. (2017). *O militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções* (Master's thesis, Universidade do Porto). Retrieved from [https://sigarra.up.pt/icbas/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=234822](https://sigarra.up.pt/icbas/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=234822)

Dias, M. (2000). A Família numa Sociedade em Mudança: problemas e influências recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 81–102. doi: 10.7559/gestaoedesenvolvimento.2000.8

Domingues, R. (2010). *Violência contra polícias na Divisão Policial de loures - prevalência, factores individuais, situacionais, organizacionais e sociais e estratégias de prevenção* (Unpublished master's thesis). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Dubar, C. (2006). *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.

Durkheim, E. (1998). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.

Eiras, H. & Fortes, G. (2010). *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*. Lisboa: Quid Juris.

Eisenstadt, S. (1993). O panorama civilizacional contemporâneo: uma ou mais civilizações modernas? *Análise Social*, 28(122), 475–487. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223291188T9fPT9gy2Gz28VT1.pdf>

Elias, L. (2013). A Externalização da Segurança Interna: as Dimensões Global, Europeia e Lusófona. *Relações Internacionais*, 40, 9–29. Retrieved from <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n40/n40a02.pdf>

Elias, N. (1993). *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Elias, N. (2004). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote.

- Ellrich, K. & Baier, D. (2016). Police officers as victims of violence: Findings of a Germany-wide Survey. In D. Baier & C. Pfeiffer (Eds.), *Representative studies on victimization: Research findings from Germany* (pp. 141–162). doi: 10.5771/9783845273679-139
- Endlich, A. & Fernandes, P. (2014). Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 18(493(30)). Retrieved from <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15019/18372>
- Engel, R. (2003). Explaining suspects' resistance and disrespect toward police. *Journal of Criminal Justice*, 31(5), 475–492. doi: 10.1016/S0047-2352(03)00052-7
- Felgueiras, S. (2017). *Diagnose da desordem social manifesta* (Trabalho Individual Final do Curso de Direção e Estratégia Policial não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Fernandes, A. (2006). *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, C. (2017). *Anomia y delito en la posmodernidad. Estudio empírico, de carácter psicosocial, comparando presos y personas en situación o no de riesgo social* (Doctoral dissertation, Universidad de Málaga). Retrieved from [https://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/15864/TD\\_PEPE\\_FERREIRA\\_Clarrissa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/15864/TD_PEPE_FERREIRA_Clarrissa.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Ferreira, P. (1999). Infracção e censura — representações e percursos da sociologia do desvio. *Análise Social*, 34(151-152), 635–667. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799332M1tZH7ex0Dg11PY1.pdf>
- Fichter, J. (1973). *Sociologia*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária.
- Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Galego, H. (2013). *Agressões a agentes da autoridade. Destacamento territorial de Sintra: Estudo de Caso* (Master's thesis, Academia Militar). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7698>

- Garcia, C. & Coutinho, L. (2004). Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. *Psychê*, 8(13), 125–140. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/307/30701311.pdf>
- Garland, D. (2005). *La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa editorial.
- Giddens, A. (2003). *A Constituição da Sociedade* (2nd ed.). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia* (4th ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2008). Vivir en una sociedad postradicional. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernización reflexiva: política, tradición y estética en el orden social moderno* (pp. 75–136). Madrid: Alianza Universidad.
- Goffman, E. (1983). The Interaction Order. *American Sociological Review*, 48(1), 1–17. doi: 10.2307/2095141
- Gonçalves, M. (2002). *Código penal português – anotado* (15th ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Habermas, J. (2002). *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Hall, S. (1997). A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2), 15–46. Retrieved from <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>
- Harvey, D. (1992). *The Condition of Postmodernity – An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell.
- Henriques, M. & Santos, M. (2000). *Código Penal Anotado* (Vol. 2). Lisboa: Rei dos Livros.
- Herbert, S. (2006). Tangled up in blue: Conflicting paths to police legitimacy. *Theoretical Criminology*, 10(4), 481–504. doi: 10.1177/1362480606068875
- Hespanha, P. (2002). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 21–31. doi: 10.4000/rccs.1253

- Hirsch, J. (1998). Globalização e mudança social: o conceito da Teoria Materialista do Estado e Teoria da Regulação. *Ensaios FEE*, 19(1), 9–31. Retrieved from <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1909/2284>
- Hobsbawm, E. (1995). *Age of Extremes - The short twentieth century: 1914-1991*. London: Abacus.
- Jackson, J. & Bradford, B. (2009). Crime, Policing and Social Order: On the expressive nature of public confidence in policing. *British Journal of Sociology*, 60(3), 493–521. doi: 10.1111/j.1468-4446.2009.01253.x
- Jackson, J. & Bradford, B. (2010a). Police legitimacy: A conceptual review. *National Policing Improvement Agency Wiki*. doi: 10.2139/ssrn.1684507
- Jackson, J. & Bradford, B. (2010b). What is Trust and Confidence in the Police? *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 4(3), 241–248. doi: 10.1093/polic/paq020
- Jameson, F. (1985). Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, 12, 16–26. Retrieved from <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/pos-modernidade-e-sociedade-do-consumo-jameson-f-seminario/view>
- Johnson, H. (1960). *Introdução sistemática ao estudo da sociologia*. Rio de Janeiro: Lidador.
- Jorge, T. (2018). *O Crime de Resistência e Coação e a atuação dos militares da Guarda Nacional Republicana: Os casos de Aveiro e Setúbal* (Master's thesis, Academia Militar). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/24749>
- Junior, E. (2010). Durkheim: Asceticism, Morals, Integration and Social Change. *UNOPAR Científica. Ciências Humanas e Educação*, 11(2), 43–49. Retrieved from <https://revista.pgskroton.com/index.php/ensino/article/view/801>
- Kaminski, R. & Sorensen, D. (1995). A multivariate analysis of individual, situational and environmental factors associated with police assault injuries. *American Journal of Police*, 14(3/4), 3–48. doi: 10.1108/07358549510111938
- Lakatos, E. & Marconi, M. (1999). *Sociologia Geral* (7th ed.). São Paulo: Editora Atlas.



- Lakatos, E. & Marconi, M. (2002). *Técnicas de Pesquisa* (5th ed.). São Paulo: Atlas.
- Lara, A. (2012). Considerações sobre a Teoria do Caos Urbano. In A. Lara (Ed.), *Caos Urbano* (pp. 1–24). Lisboa: Pactor.
- Lourenço, N. (2012). Legitimidade e confiança nas polícias. *Revista Do Ministério Público* 129, 33, 181–198. Retrieved from [https://www.researchgate.net/publication/262873627\\_Legitimidade\\_e\\_confianca\\_nas\\_policias](https://www.researchgate.net/publication/262873627_Legitimidade_e_confianca_nas_policias)
- Lyotard, J. (1988). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Machado, P. (2007). *As malhas que a (c)idade tece. Mudança social, envelhecimento e velhice em meio urbano*. TPI 44. Lisboa: LNEC.
- Manning, P. (1992). *Erving Goffman and modern sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Martins, J. (2019). Da Sociologia da Socialização à Sociologia da Individuação: contributos para uma sociologia do tempo dos indivíduos. *Sociologia Online*, 20(3), 61–80. doi: 10.30553/sociologiaonline.2019.20.3
- Mendonça, N. (2015). Violência em contexto: História e significados. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 8(2), 389–396. Retrieved from <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7298>
- Misztal, B. (2000, December 6-8). Goffman's concept of the normal as the collective representation of social life. Adelaide: Flinders University.
- Misztal, B. (2001). Normality and Trust in Goffman's Theory of Interaction Order. *Sociological Theory*, 19(3), 312–324. doi: 10.1111/0735-2751.00143
- Mollenkopf, J. & Castells, M. (1991). *Dual City: Restructuring New York*. New York: Russel Sage Foundation.
- Monet, J. (2006). *Polícias e Sociedades na Europa* (2nd ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Monteiro, P. (2002). *Quando o polícia é a vítima - consequências das agressões aos agentes da PSP* (Unpublished master's thesis). Instituto Superior de Ciências Policiais e

Segurança Interna, Lisboa.

- Morgan, R. (2000). The Utilitarian Justification of Torture: Denial, Desert and Disinformation. *Punishment and Society*, 2(2), 181–196. doi: 10.1177/14624740022227944
- Mucchielli, L. (2008). Une Société plus violente? Une analyse socio-historique des violences interpersonnelles en France, des années 1970 à nos jours. *Déviance et Société*, 32, 115–147. Retrieved from <https://www.cairn.info/revue-deviance-et-societe-2008-2-page-115.htm#>
- Muchembled, R. (2014). *Uma História da Violência. Do final da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70.
- Newburn, T. & Reiner, R. (2007). Policing and the Police. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (pp. 910–952). doi: 10.1093/he/9780199590278.003.0027
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento. A emergência do policiamento de proximidade*. Lisboa: Edições Almedina.
- Pais, J. (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. *Análise Social*, 22(90), 7–57. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223483009Y6mRF5kx1Ge77VO8.pdf>
- Panichi, J. (2015). *Perceção dos agentes de segurança pública sobre o controlo social formal* (Master's thesis, Universidade Fernando Pessoa). Retrieved from <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4938>
- Pastana, D. (2013). Mudanças sociais contemporâneas. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 3(2), 153–170. Retrieved from <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/23249>
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A complementariedade do SPSS* (6th ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Petrini, J. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum*, 8, 20–37. Retrieved from

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6759/4332>

- Pinizzotto, A., Davis, E. & Miller, C. (1997). *In the Line of Fire: Violence Against Law Enforcement*. United States Department of Justice, Federal Bureau of Investigation. Retrieved from [https://www.valorforblue.org/Documents/Clearinghouse/FBI-In\\_the\\_Line\\_Of\\_Fire.pdf](https://www.valorforblue.org/Documents/Clearinghouse/FBI-In_the_Line_Of_Fire.pdf)
- Pinker, S. (2011). *The Better Angels of our Nature: The Decline of Violence in History and its Causes*. New York: Viking.
- Pinto, H. (2017). Teoria da anomia segundo Robert King Merton e a sociedade criminógena: seria o delito uma resposta à frustração de não ser bem sucedido na vida? *Revista Da ESMAL*, 6, 39–51. Retrieved from <http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/78/24>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5th ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramírez, Y., Alfaro, R., García, D., Núñez, S., Rivera, M. & Ayala, K. (2018). *Anomia social y las problemáticas actuales que engloban a la sociedad*. El Salvador: Universidad de el Salvador - Centro America.
- Ribeiro, N. (2019). *O crime de resistência e coação sobre funcionário, os sistemas de regras sociais e a desregulação social. Primeiras aproximações a uma realidade social complexa como manifestação de desregulação social* (Trabalho Individual Final do Curso de Comando e Direção Policial não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Rocher, G. (1977a). *Sociologia Geral* (Vol. 1). Lisboa: Editorial Presença.
- Rocher, G. (1977b). *Sociologia Geral* (Vol. 4). Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, A. (2006). Agressões à GNR. *Pela Lei e Pela Grei - Revista Da Guarda Nacional Republicana*, 20-22.
- Rossler, M. (2015). *Environment and citizen resistance of police coercive authority: Application of defiance and social disorganization theories* (Doctoral dissertation, Michigan State University). Retrieved from

<https://d.lib.msu.edu/etd/3047/datastream/OBJ/View/>

- Santos, J. (2004). Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(1), 3-12. doi: 10.1590/S0102-88392004000100002
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica Para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, A. (1994). Alguns temas para pensar a Mudança Social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 1. Retrieved from <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC1/silva.pdf>
- Silva, M. (1967). Reflexão sobre o conceito de problema social - I. *Análise Social*, 5(17), 5–22. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224172541W7jJM3sx8Bg03IA7.pdf>
- Soares, M. (2013). *A Legitimação da Violência de Estado na Perspetiva dos Polícias* (Master's thesis, Universidade Católica Portuguesa). Retrieved from <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/17763>
- Storino, C. (2016). *Controlo social e responsabilidade em jovens em conflito com a Lei: um estudo etnográfico num Centro Educativo* (Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa). Retrieved from <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/32313>
- Swedler, D., Simmons, M., Dominici, F. & Hemenway, D. (2015). Firearm Prevalence and Homicides of Law Enforcement Officers in the United States. *American Journal of Public Health*, 105(10), 2042–2048. doi:10.2105/AJPH.2015.302749
- TRC. (2011). Acórdão de 12 de janeiro: Resistência e Coação sobre Funcionário. Violência. Processo n.º 397/08.4JAAVR.C1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/bc2a284b28d554028025782b004c7cf1?OpenDocument>
- TRC. (2013). Acórdão de 06 de março: Resistência e Coação sobre Funcionário. Violência. Processo n.º 713/10.9GAVNO.C1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/9c0c927c5e56747180257b40004bdb07?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coação,funcionário>

- TRC. (2015). Acórdão de 09 de setembro: Resistência e Coação sobre Funcionário. processo n.º 234/12.5PANZR.C2. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/00d248ea7c3f077980257ec0003641d4?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coação,funcionário>
- TRC. (2016). Acórdão de 14 de setembro: Resistência e Coação sobre Funcionário. Crime continuado. Crime de execução permanente ou continuada. Processo n.º 159/16.5PBCLD.C1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c23072d8dd7244ce802580330046ab8d?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coação,funcionário>
- TRC. (2018). Acórdão de 24 de janeiro: Audiência de julgamento. Inimputabilidade. Processo n.º 647/14.8PCCBR.C2. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c9afb1028b1ceebe80258225003a2118?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coação,funcionário>
- TRC. (2019). Acórdão de 18 de dezembro: Concurso aparente. Relação de consumpção. Condução perigosa de veículo rodoviário. Contra-ordenações estradas. Processo n.º 66/18.7GAVZL.C1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/1aab8c9586a272af802584ef004e5c2c?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coação,funcionário>
- TRE. (2014). Acórdão de 07 de janeiro: Auto de notícia. Queixa. Injúrias contra agente de autoridade. Legítima defesa. Resistência. Processo n.º 1695/09.5GBABF.E1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/31a5b61d09a53d9e80257de10056fd2f?OpenDocument>
- TRE. (2015). Acórdão de 03 de fevereiro: Resistência e Coação sobre Funcionário. Ameaça. Concurso aparente de infracções. Processo n.º 139/11.7PATVR.E1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/e189d57c068a25d180257df7006aaade?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coação,funcionário>
- TRE. (2016a). Acórdão de 06 de dezembro: Condução perigosa de veículo rodoviário. Condução sem habilitação legal. Injúrias contra agente de autoridade. Resistência e

Coacção sobre Funcionário. Medida da pena. Processo n.º 107/14.7 GBABF.E1.  
Retrieved from  
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/fb10fc24e863f44a802580a4005011af?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRE. (2016b). Acórdão de 16 de fevereiro: Fundamentação das decisões judiciais. Princípio in dubio pro reo. Resistência e Coacção sobre Funcionário. Processo n.º 67/14.4GCSTB.E1. Retrieved from  
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/924a14ab4226303580257f71003ac298?OpenDocument>

TRE. (2016c). Acórdão de 26 de abril: Perturbação do funcionamento de Órgão Constitucional. Resistência e Coacção sobre Funcionário. Processo n.º 764/13.1PAPTM.E1. Retrieved from  
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/e8977451709caa5a80257fcb004ebbd0?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRE. (2017). Acórdão de 13 de julho: Condução de velocípede em estado de embriaguez. Falta de consciência da ilicitude. Censurabilidade. Processo n.º 342/15.0GEBNV.E1. Retrieved from  
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/a8640bb86bfccd368025815c004ce6c0?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRE. (2019). Acórdão de 22 de outubro: Condução perigosa de veículo rodoviário. Condução sem habilitação legal. Resistência e Coacção sobre Funcionário. Ofensa à Integridade Física Qualificada. Dano Qualificado. Escolha e medida da pena. Processo n.º 28/15.6PBPTM.E1. Retrieved from  
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/37a0fc751dbba482802584a900400a2a?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRE. (2020). Acórdão de 21 de janeiro: Crime de Ameaça Agravada. Resistência e Coacção sobre Funcionário. Injúrias graves. Processo n.º 231/18.7GGSTC.E1. Retrieved from  
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/bcb54d0a140d38d980258504003a7d7c?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRG. (2012a). Acórdão de 09 de janeiro: Guarda Nacional Republicana. Intervenção

- policial. Homicídio tentado. Arguido. Processo n.º 1722/09.6GBBCL.G2. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/bdc94fa7e3a5e063802579960050ea99?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>
- TRG. (2012b). Acórdão de 11 de junho: Substituição da pena. Multa. Aplicação da lei. Processo n.º 794/08.5GAFLG.G1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/bf8e9638dca3ec8c80257a2300321ef9?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>
- TRG. (2015). Acórdão de 16 de novembro: Determinação da medida da pena. Relatório social. In dubio pro reo. Processo n.º 599/14.4GAFAF.G1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/cc5329493561eb3b80257f0900413fa0?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>
- TRL. (2014). Acórdão de 30 de outubro: Processo sumário. Pena máxima. Ameaça. Coacção de funcionário. Processo n.º 124/13.4PASVC.L1-9. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/413c80e6bf21faa980257d850050245d?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>
- TRL. (2016). Acórdão de 09 de março: Resistência e coação de funcionário. Concurso aparente. Erro notório na apreciação da prova. Processo n.º 27/07.1PACSC.L1-3. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/4a805557c249b1ec80257fcc002cf58d?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>
- TRL. (2019a). Acórdão de 05 de novembro: Condução em estado de embriaguez. Condução perigosa, Proibição de conduzir veículo motorizado. Concurso real de infrações. Crime de Resistência e Coação sobre Funcionário. Processo n.º 60/16.2PFALM.L1-5. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/815f0271eb6e3c7c802584ba00335b70?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>
- TRL. (2019b). Acórdão de 07 de fevereiro: Medida da pena. Suspensão da execução da pena. Processo n.º 1543/17.2PULSB.L1-9. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/991c212c342dec5>

8025839e003b32c3?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário

TRL. (2019c). Acórdão de 29 de março: Crime de Resistência e Coacção sobre Funcionário. Contradição entre os fundamentos e a decisão. Crime de condução de veículo em estado de embriaguez. Pena acessória de inibição de conduzir. Processo n.º 1154/16.0GCALM.L1-9. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/2e321df42fcd747b802583cc00564b26?OpenDocument>

TRP. (2008). Acórdão de 26 de novembro: Crime de Resistência e Coacção de Funcionário. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/da07e0e0dfa10f41802575130054c270?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRP. (2013). Acórdão de 09 de janeiro: Ameaça. Crime público. Cúmulo material de penas. Processo n.º 160/11.5GEVNG.P1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/542e6a8cf9b475bb80257b01003e87cb?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

TRP. (2016). Acórdão de 27 de janeiro: Medida de internamento. Suspensão da execução. Critério. Processo n.º 864/13.8GBPRD.P1. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/34f519938abada9280257f6100391c5d?OpenDocument&Highlight=0,resistência,coacção,funcionário>

Trujillo, P. (2015). *Aristóteles – Da potência ao ato*. Lisboa: Atlântico Press.

Tyler, T. (2004). Enhancing Police Legitimacy. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 593(1), 84–99. doi: 10.1177/0002716203262627

Tyler, T. (2011). Trust and legitimacy: Policing in the USA and Europe. *European Journal of Criminology*, 8(4), 254–266. doi: 10.1177/1477370811411462

Vala, J. (2014). A Análise de Conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (16th ed., pp. 101–128). Porto: Edições Afrontamento.

Valade, B. (1995). Mudança social. In R. Boudon (Ed.), *Tratado de Sociologia* (pp. 337–374). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.



- Valente, M. (2015). *A Polícia do Estado Democrático e de Direito*. Florianópolis: Empório do Direito.
- Vandenberghe, F. (2014). Globalização e individuação na modernidade tardia. Uma introdução teórica à sociologia da juventude. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 265–316. doi: 10.5433/2176-6665.2014v19n1p265
- Velho, G. (2004). Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*.
- Veloso, R. & Fonseca, C. (2017). O Controle Social no Século XXI: perspectivas e limites. In M. Teixeira, C. Guimarães & F. Santiago (Eds.), *Estado, Direitos Humanos e Segurança Pública* (pp. 213–240). São Luís: Edufma.
- Vieira, E. & Stengel, M. (2012). Individualismo, liberdade e insegurança na pós-modernidade. *ECOS - Estudos Contemporâneos Da Subjetividade*, 2(2), 345–357. Retrieved from <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/740>
- Vieira, José (2000). *Agressões aos agentes policiais - causas, consequências e caminho a percorrer* (Unpublished master's thesis). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Vieira, João (2016). *O impacto da urbanização na violência - Contraste urbano e rural* (Master's thesis, Academia Militar). Retrieved from <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/15229>
- Weber, M. (2009). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70.
- Willits, D. (2014). The Organisational Structure of Police Departments and Assaults on Police Officers. *International Journal of Police Science & Management*, 16(2), 140–154. doi: 10.1350/ijps.2014.16.2.334
- Young, J. (1999). *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity*. London: Sage.
- Zanetic, A., Manso, B., Natal, A. & Oliveira, T. (2016). Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. *Civitas*, 16(4), 148–173. doi: 10.15448/1984-7289.2016.4.24183

## **APÊNDICES**

**Apêndice A** – Distribuição das ocorrências de RCSF pelas autoridades policiais que reportaram o ilícito

**Apêndice B** – Distribuição geográfica das ocorrências de RCSF

**Apêndice C** – Livro de Códigos

**Apêndice D** – Esboço de uma caracterização estatística bivariada envolvendo os crimes contra a autoridade pública

**Apêndice E** – Caracterização dos suspeitos quanto ao género e à idade

**Apêndice F** – Caracterização das vítimas quanto ao género e à idade

**Apêndice G** – Caracterização sociodemográfica dos suspeitos

**Apêndice H** – Caracterização das ocorrências

**Apêndice I** – Análise qualitativa dos Acórdãos

**Apêndice J** – Quadro sinóptico para apoio à atuação policial

## Apêndice A – Distribuição das ocorrências de RCSF pelas autoridades policiais que reportaram o ilícito

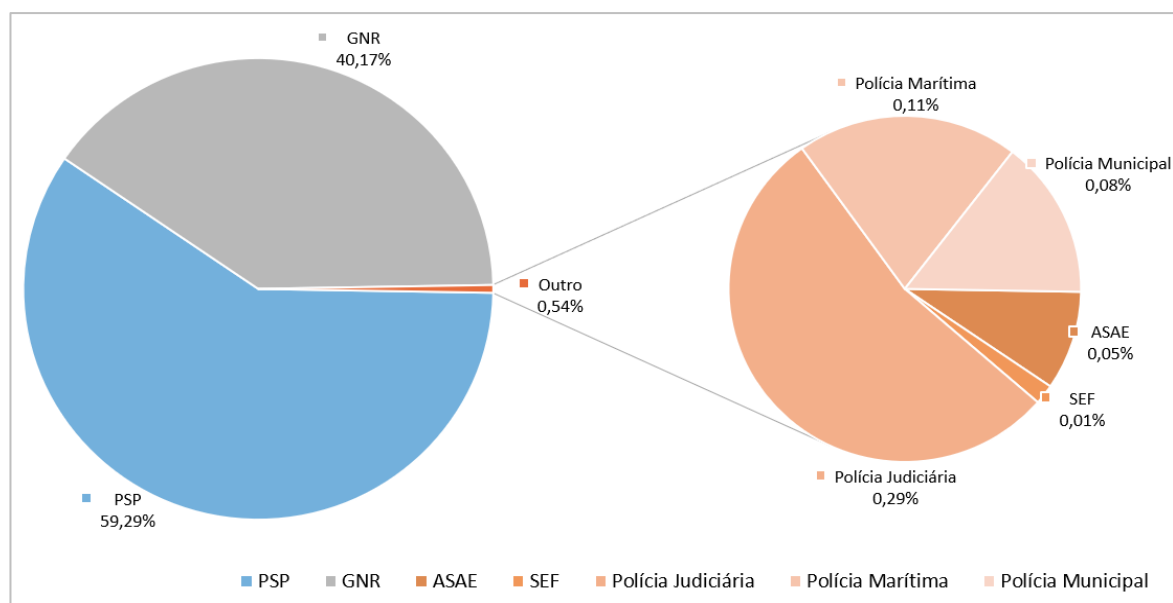


Figura 4. Representação percentual dos crimes de RCSF registrados (1998-2018), por autoridade policial. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

## Apêndice B – Distribuição geográfica das ocorrências de RCSF

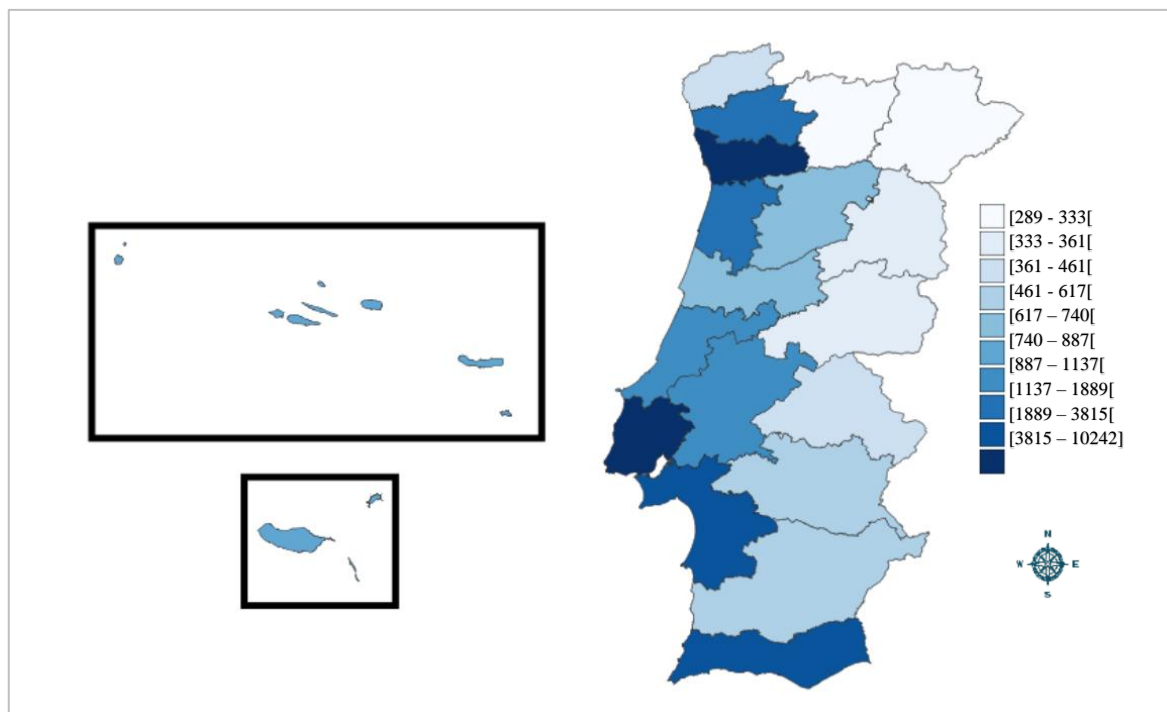


Figura 5. Distribuição dos crimes de RCSF registados (1998-2018), por Distritos continentais e Regiões Autónomas. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

Ao analisar apenas o somatório dos crimes de RCSF reportados às autoridades policiais entre 1998 e 2018, é evidente que a concentração deste tipo de ocorrências observa um padrão urbano, especificamente associado às áreas metropolitanas. A Figura 5 representa a distribuição dos valores absolutos dos crimes de RCSF registados pelas autoridades policiais entre 1998 e 2018, i.e., os valores apresentados correspondem ao somatório da totalidade das ocorrências do ilícito em estudo, pelas várias regiões e pelo período considerados. Com efeito, constatamos que, de uma maneira geral, os Distritos que constituem o limite da fronteira terrestre, a Este, assumem menor representatividade que os Distritos do litoral, a Oeste.

Os Distritos com menos crimes de RCSF reportados foram Vila Real (0,89%), Bragança (0,97%), Guarda (1,03%), Castelo Branco (1,03%), Portalegre (1,14%) e Viana do Castelo (1,36%). Seguindo-se as regiões de Évora (1,45%), Beja (1,48%), Viseu (2,18%), Coimbra (2,28%), Madeira (2,29%), Açores (2,73%), Leiria (2,74%) e Santarém (2,88%). Por fim, os Distritos com mais representatividade são Braga (4,99%), Aveiro (5,24%), Faro (8,27%), Setúbal (11,54%), Porto (13,89%) e Lisboa (31,62%), ainda que com valores

absolutos muito distanciados. Os valores percentuais agora indicados referem-se, como anteriormente referido, à contribuição de cada uma destas unidades territoriais de análise no conjunto nacional e no período temporal em consideração.

Naturalmente, Lisboa e Porto são os Distritos com mais ocorrências de RCSF registadas pelas autoridades policiais, em termos absolutos, mas, ainda assim, registam uma diferença considerável quando comparamos os valores absolutos dos dois Distritos, com Lisboa a atingir o valor de 10242 crimes reportados, enquanto o Distrito nortenho reporta 4498, menos de metade. Também é possível constatar que, de uma maneira geral, os Distritos que registam mais ocorrências, para além dos dois já referidos, possuem fronteiras adjacentes com os primeiros, à exceção de Faro. Diremos que se tratam das áreas circunvizinhas das grandes cidades, parcialmente integradas nas respetivas áreas metropolitanas.

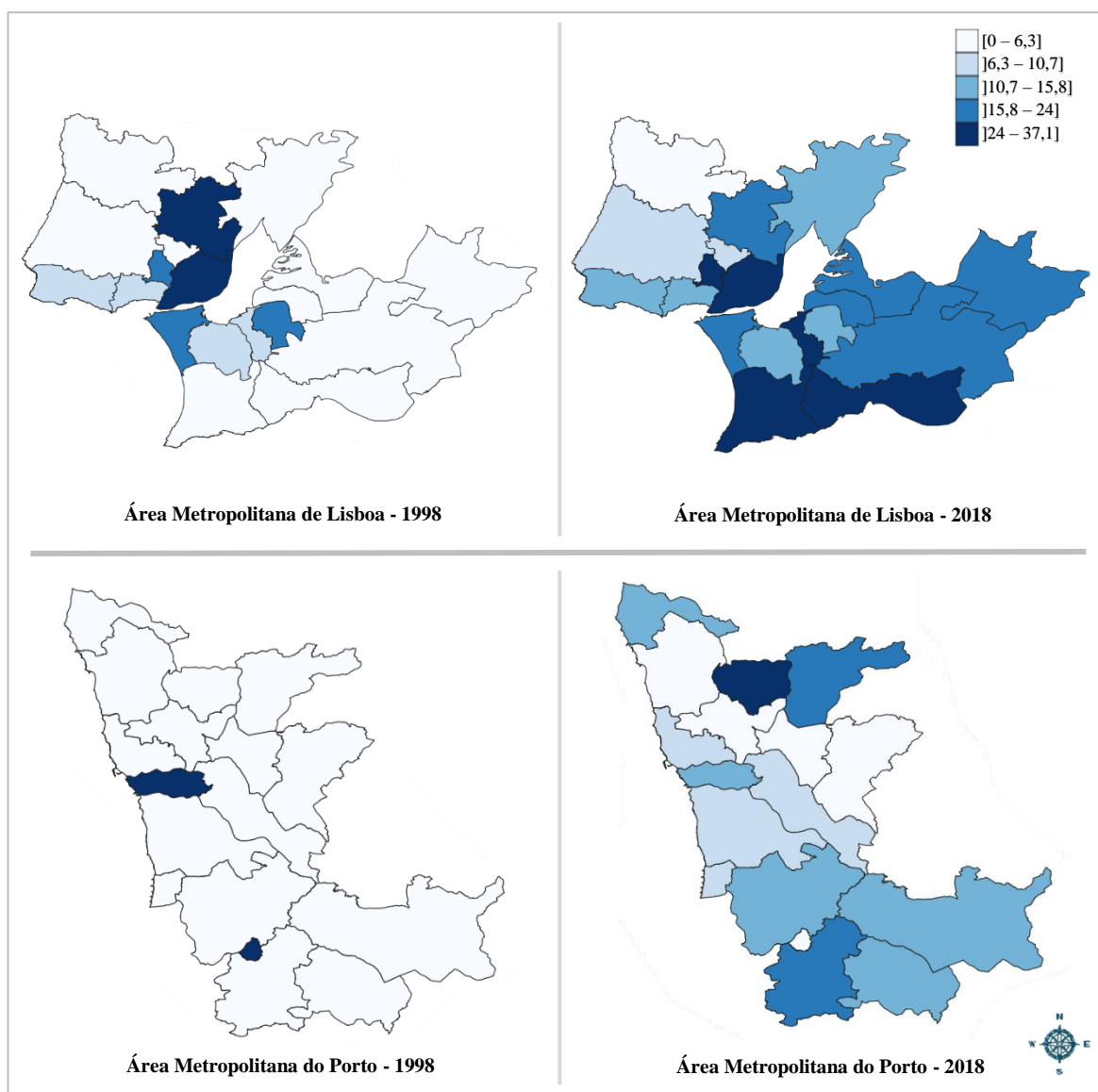


Figura 6. Distribuição geográfica do crime de RCSF, por 100 mil habitantes (prevalência), nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em 1998 e 2018. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

## Apêndice C - Livro de Códigos

### Municip

Valor		
Atributos padrão	Posição	1
	Rótulo	Município
	Tipo	Sequência de caracteres
	Medição	Nominal
	Papel	Entrada

### PMA2017

Valor		
Atributos padrão	Posição	2
	Rótulo	População média residente
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

### CAP2017

Valor		
Atributos padrão	Posição	3
	Rótulo	Crimes contra a autoridade pública
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	214
	Omisso	94

### CAP2017\_100000

		Valor
Atributos padrão	Posição	4
	Rótulo	Crimes contra a autoridade pública por 100 mil hab
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	214
	Omisso	94

### Ind\_per\_capita

		Valor
Atributos padrão	Posição	5
	Rótulo	Indicador per capita
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

Este indicador pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios, e resulta de uma matriz de 16 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2017. Este indicador é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

Fonte: adaptado a partir de INE (2019). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2017. Lisboa: INE.



**PDc**

		Valor
Atributos padrão	Posição	6
	Rótulo	Percentagem de Poder de Compra
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador que reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada Município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional. Uma unidade territorial pode concentrar uma proporção significativa do poder de compra nacional, ainda que não tenha um valor de IpC elevado, se concentrar um efetivo populacional elevado, na medida em que a distribuição espacial da PPC resulta do efeito conjugado das concentrações espaciais do IpC e da população.

Fonte: adaptado a partir de INE (2019). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2017. Lisboa: INE.

### FDR

		Valor
Atributos padrão	Posição	7
	Rótulo	Fator Dinamismo Relativo
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos essencialmente pela atividade turística.

Fonte: adaptado a partir de INE (2019). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2017. Lisboa: INE.

### TaxCriminalidade

		Valor
Atributos padrão	Posição	8
	Rótulo	Taxa de criminalidade em permilagem
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

### CcIF

		Valor
Atributos padrão	Posição	9
	Rótulo	Crimes contra a integridade física (% do total)
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

### Roub\_estic

Valor		
Atributos padrão	Posição	10
	Rótulo	Roubo por esticção na via pública (% do total)
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	131
	Omisso	177

### Furto\_veículo

Valor		
Atributos padrão	Posição	11
	Rótulo	Furto de veículo e em veículo motorizado (% do total)
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	265
	Omisso	43

### Alcool

Valor		
Atributos padrão	Posição	12
	Rótulo	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	288
	Omisso	20

### Cond\_sem\_hab

		Valor
Atributos padrão	Posição	13
	Rótulo	Condução sem habilitação legal
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	246
	Omisso	62

### CcPatr

		Valor
Atributos padrão	Posição	14
	Rótulo	Crimes contra o património
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

### Desig

		Valor
Atributos padrão	Posição	15
	Rótulo	Desigualdad (P80/P20)
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	298
	Omisso	10

Indicador que mede a desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos agregados fiscais (P80/P20), através do quociente entre o valor do Percentil 80 do rendimento bruto declarado/ Percentil 20 do rendimento bruto declarado.

### Hab\_inf\_5000

Valor		
Atributos padrão	Posição	16
	Rótulo	Porcentagem de Lugares com menos de 5000 habitantes
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

### Hab\_sup\_5000

Valor		
Atributos padrão	Posição	17
	Rótulo	Porcentagem de Lugares com mais de 5000 habitantes
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

### Pop\_estrangeira

Valor		
Atributos padrão	Posição	18
	Rótulo	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (média 2011_2018)
	Tipo	Numérico
	Medição	Escala
	Papel	Entrada
N	Válido	308
	Omisso	0

## Apêndice D – Esboço de uma caracterização estatística bivariada envolvendo os crimes contra a autoridade pública

Tabela 1. Dimensões de análise (demográfica, criminal e económico-social).

Dimensão de análise	Variável/indicador	Denominação no ficheiro (ver Apêndice C)
Demográfica	População média residente	PMA2017
	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (média 2011_2018)	Pop_estrangeira
	Percentagem de Lugares com menos de 5000 habitantes	Hab_inf_5000
	Percentagem de Lugares com mais de 5000 habitantes	Hab_sup_5000
Criminal	Crimes contra a autoridade pública	CAP2017
	Crimes contra a autoridade pública por 100 mil habitantes <sup>25</sup>	CAP2017_100000
	Taxa de criminalidade (em permilagem)	TaxCriminalidade
	Crimes contra a integridade física (% do total)	CcIF
	Roubo por esticção na via pública (% do total)	Roub_estic
	Furto de veículo e em veículo motorizado (% do total)	Furto_veículo
	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Alcool
	Condução sem habilitação legal	Cond_sem_hab
	Crimes contra o património	CcPatr
Económico-social <sup>26</sup>	Indicador <i>per capita</i>	Ind_per_capita
	Percentagem de Poder de Compra	PDc
	Fator de Dinamismo Relativo	FDR
	Desigualdad (80/P20)	Desig

Nota: Por limitação de dados disponíveis atualizados, designadamente no site do INE, a análise empreendida refere-se ao ano de 2017.

<sup>25</sup> A opção por considerar a categoria supra-ordenada “crimes contra a autoridade pública” em detrimento da subcategoria crimes de RCSF decorre do facto dos valores, ainda assim, baixos de crimes de RCSF excluírem bastantes Municípios e terem noutros valores bastante reduzidos.

<sup>26</sup> Os dados das variáveis que integram a dimensão económica foram extraídos da publicação do INE intitulada *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2017*, publicada em 2019. A explicação do que cada uma delas mede encontra-se no Apêndice C.

Tabela 2. Matriz de correlações parciais.

**Matriz de Correlações** (método parcial; procedimento *pairwise*)

Variáveis de controlo:			População média residente	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (média 2011_2018)	Indicador <i>per capita</i>	Percentagem de Poder de Compra	Desigualdade (P80/P20)	Fator Dinamismo Relativo	Taxa de criminalidade em per milagem	Crimes contra a integridade física (% do total)	Roubo por esticção na via pública (% do total)	Furto de veículo e em veículo motorizado (% do total)	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património	Crimes contra a autoridade pública
Percentagem de Lugares com menos de 5000 habitantes & Percentagem de Lugares com mais de 5000 habitantes	Crimes contra a autoridade pública (por 100 mil hab)	Correlação	-,105	,259	,044	,015	,077	,267	,455	,341	,484	,103	,624	,516	,253	,220
		Significância (2 extremidades)	,129	,000**	,526	,829	,267	,000**	,000**	,000**	,000**	,145	,000**	,000**	,000**	,001**
		df	210	210	210	210	209	210	210	210	124	199	207	191	210	210

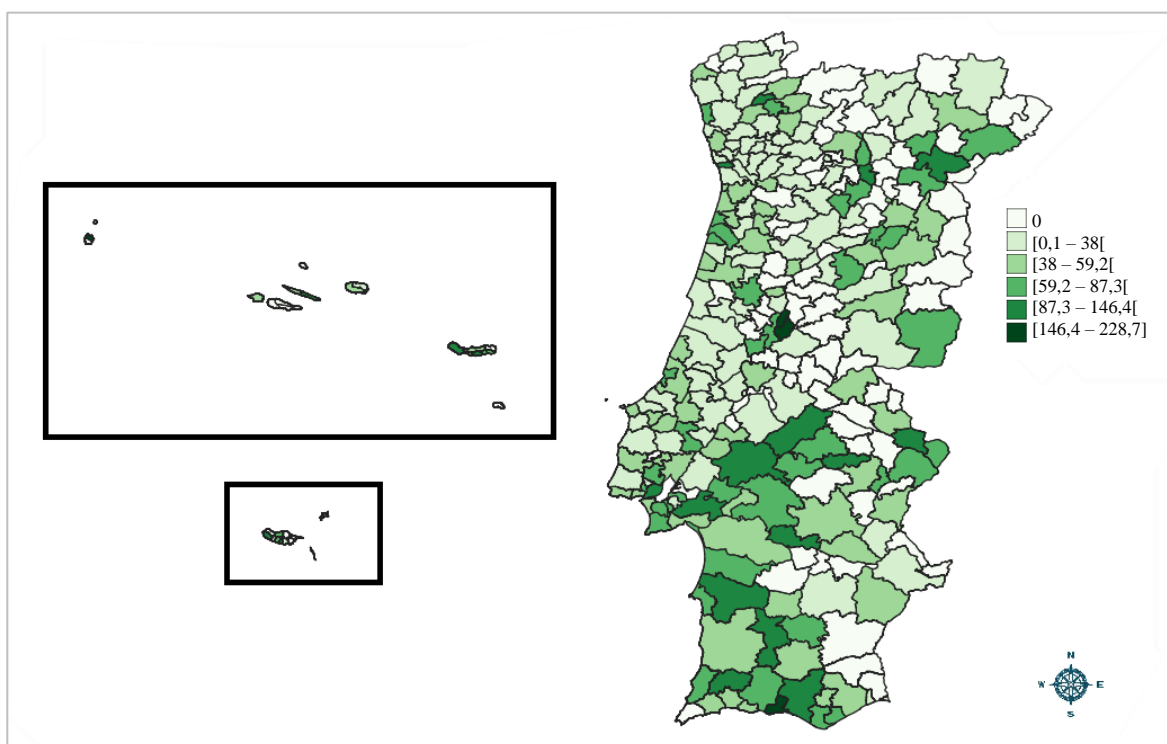
\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 .

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 .

Dimensão  
demográfica

Dimensão  
económico-social

Dimensão criminal



*Figura 7.* Distribuição geográfica dos crimes contra a autoridade pública, por 100 mil habitantes (prevalência), no território nacional, em 2017. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.



## Apêndice E – Caracterização dos suspeitos quanto ao gênero e à idade

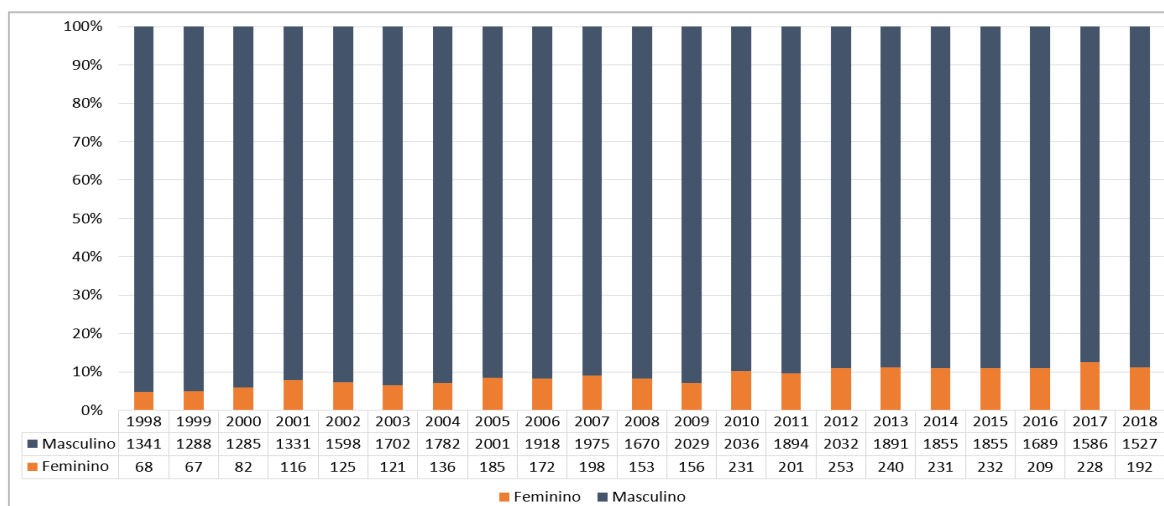


Figura 8. Representação percentual dos suspeitos do crime de RCSF, por gênero. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

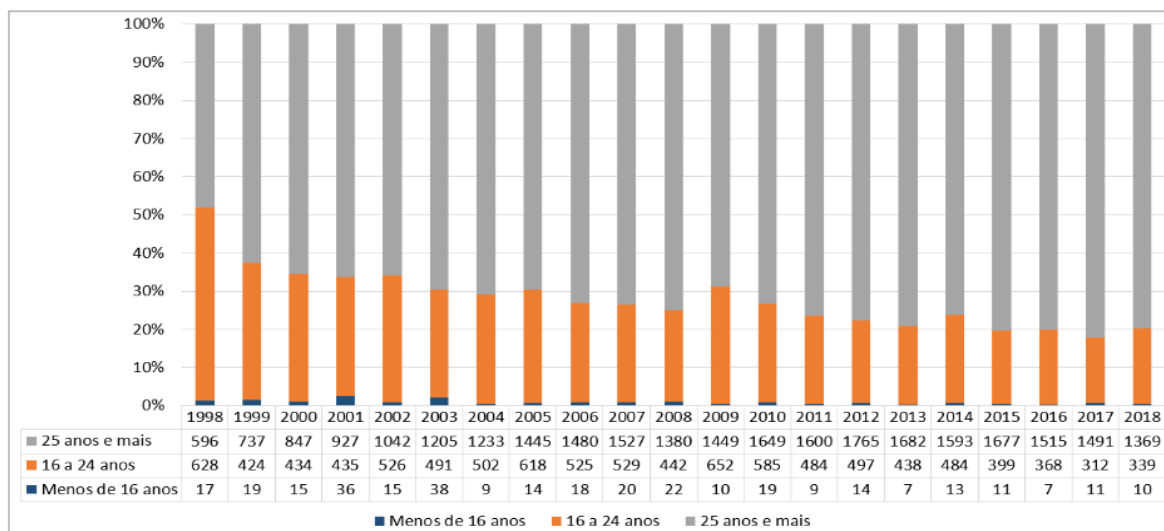


Figura 9. Representação percentual dos suspeitos do crime de RCSF, por escalão etário. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

## Apêndice F – Caracterização das vítimas quanto ao gênero e à idade

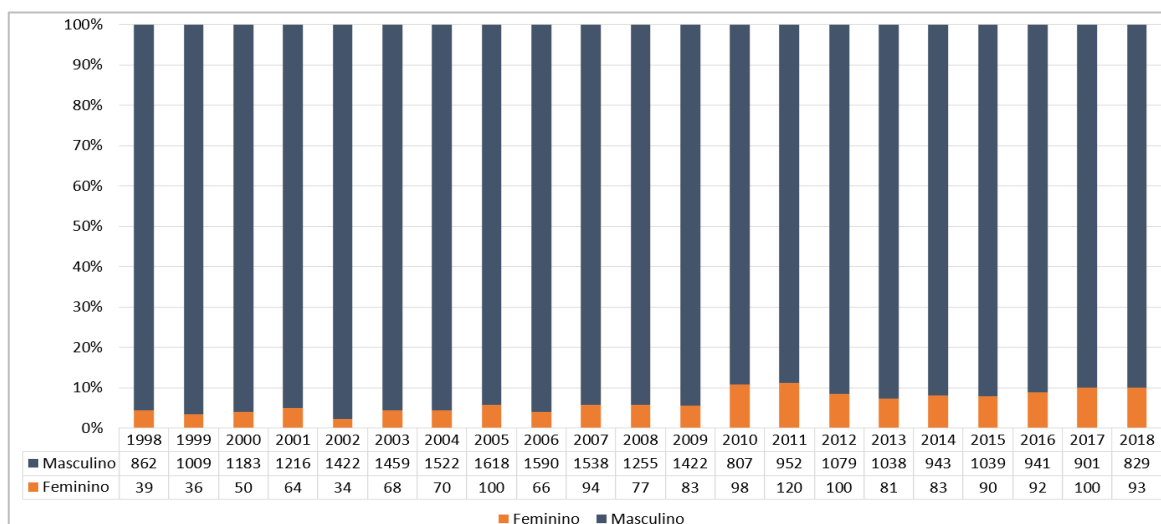


Figura 11. Representação percentual das vítimas do crime de RCSF, por gênero. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

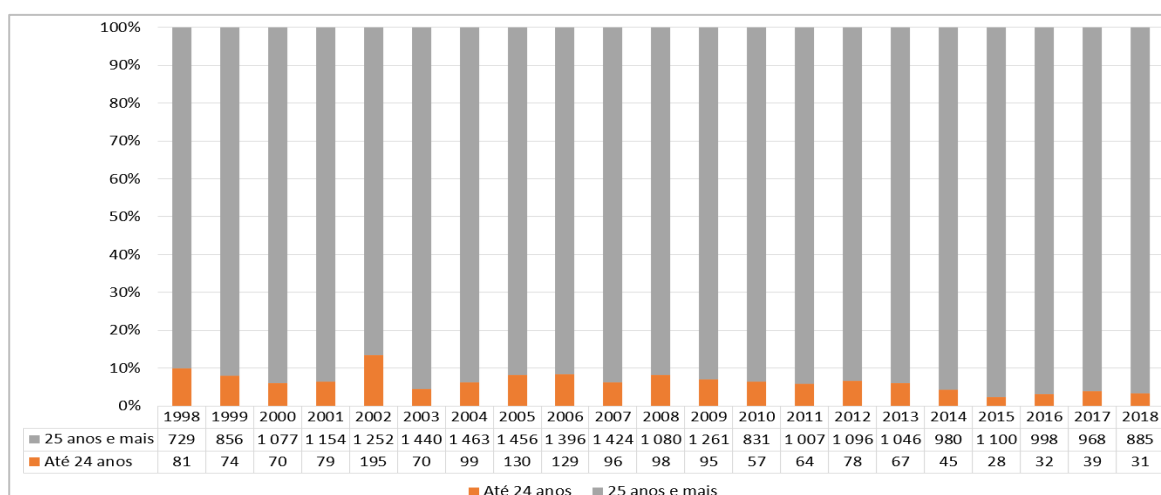


Figura 10. Representação percentual das vítimas do crime de RCSF, por escalão etário. Fonte: SIEJ-DGPJ/MJ. Elaboração própria.

## Apêndice G – Caracterização sociodemográfica dos suspeitos

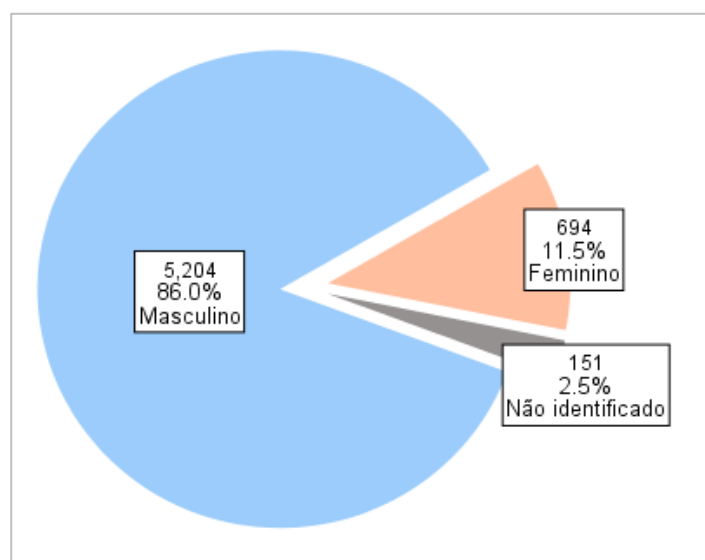


Figura 12. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por gênero. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

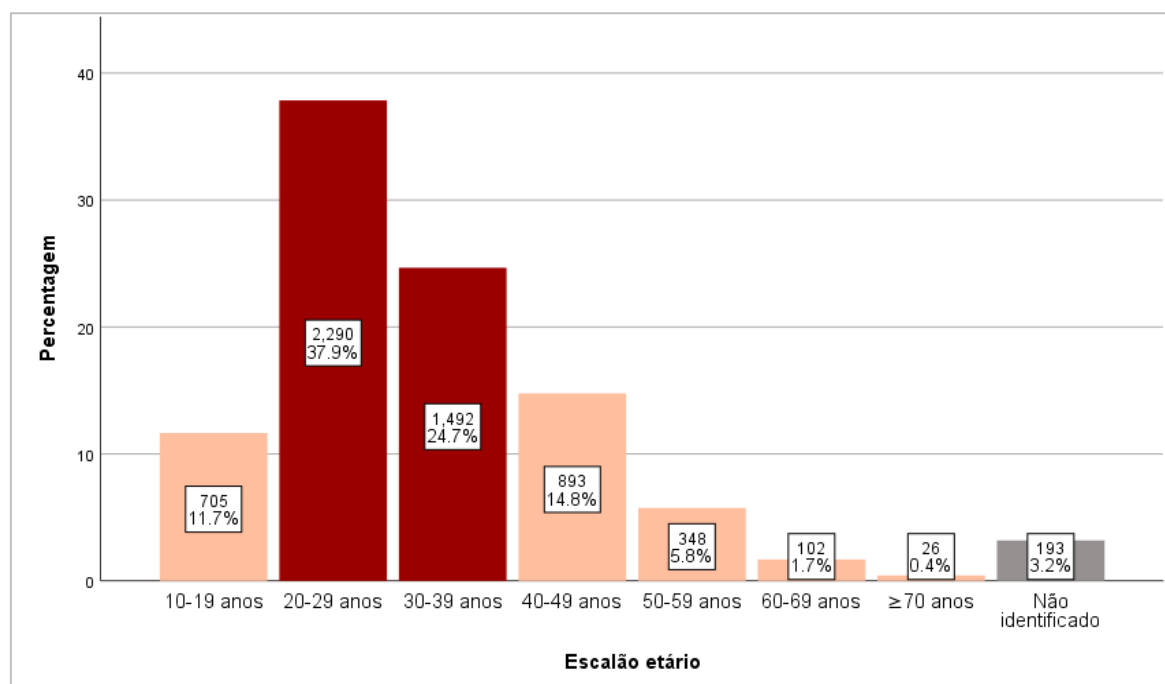


Figura 13. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por escalão etário. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

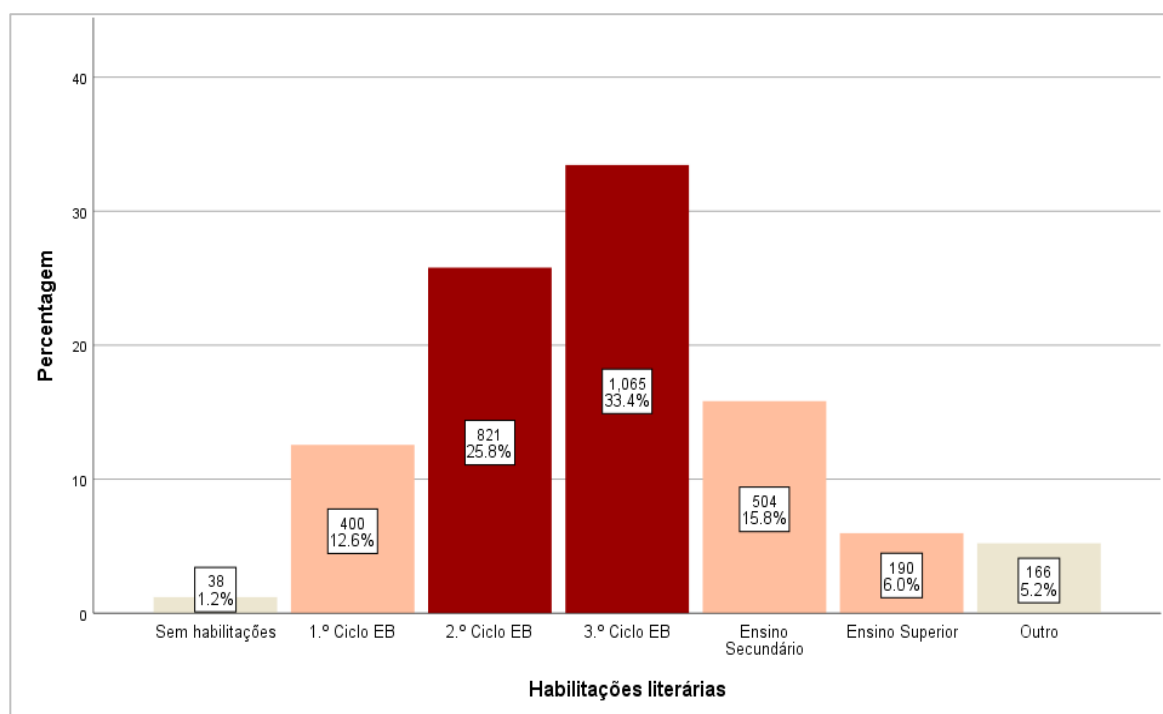


Figura 14. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por habilitações literárias. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

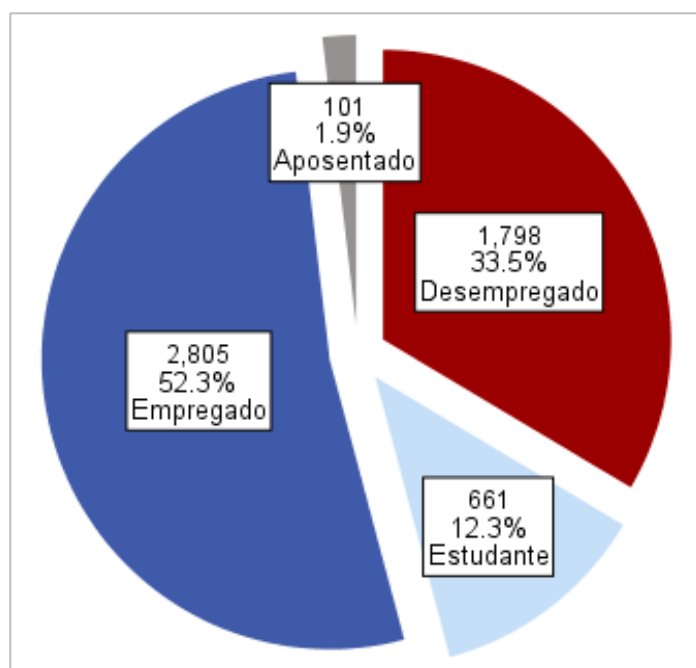


Figura 15. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por situação profissional. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 3. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por grupo profissional.

Profissões	N	%
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	494	15.0
Vendedores	425	12.9
Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista	317	9.6
Trabalhadores dos serviços pessoais	282	8.6
Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	259	7.9
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	173	5.3
Diretores de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços	149	4.5
Pessoal dos serviços de proteção e segurança	149	4.5
Trabalhadores qualificados em eletricidade e em eletrónica	109	3.3
Assistentes na preparação de refeições	100	3.0
Trabalhadores de limpeza	99	3.0
Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	88	2.7
Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo	84	2.6
Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	74	2.2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	68	2.1
Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	58	1.8
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	48	1.5
Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	46	1.4
Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	42	1.3
Técnicos de nível intermédio, das áreas financeira, administrativa e dos negócios	31	.9
Técnicos das tecnologias de informação e comunicação (TIC)	28	.9
Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio	28	.9
Pessoal de apoio direto a clientes	25	.8
Profissões das Forças Armadas	22	.7
Professores	19	.6
Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	18	.5
Profissionais de saúde	10	.3
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	9	.3
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	9	.3
Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	8	.2
Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	7	.2
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores da Administração Pública, de organizações especializadas, diretores e gestores de empresas	7	.2
Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	4	.1
Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde	2	.1
Total	3291	100.0

Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 4. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Distrito e Município de residência.

Distrito	N	%	Concelho	N	%
Vila Real	3	0,1	Chaves	2	0,0
			Vila Real	1	0,0
Viana do Castelo	1	0,0	Caminha	1	0,0
Bragança	3	0,1	Bragança	1	0,0
			Carraceda de Ansiães	2	0,0
Braga	6	0,2	Braga	3	0,1
			Guimarães	2	0,0
			Vila Nova de Famalicão	1	0,0
Porto	26	0,6	Gondomar	2	0,0
			Maia	1	0,0
			Matosinhos	1	0,0
			Porto	10	0,2
			Póvoa de Varzim	1	0,0
			Vila do Conde	2	0,0
			Vila Nova de Gaia	9	0,2
Viseu	3	0,1	Viseu	3	0,1
Guarda	1	0,0	Guarda	1	0,0
Castelo Branco	7	0,2	Castelo Branco	4	0,1
			Idanha-a-Nova	1	0,0
			Sertão	1	0,0
			Vila Velha de Ródão	1	0,0
Aveiro	13	0,3	Aveiro	1	0,0
			Arouca	1	0,0
			Ílhavo	1	0,0
			Oliveira de Azeméis	1	0,0
			Oliveira do Bairro	1	0,0
			Ovar	4	0,1
			Santa Maria da Feira	1	0,0
			São João da Madeira	1	0,0
			Não identificado	1	0,0
Coimbra	7	0,2	Coimbra	4	0,1
			Condeixa-a-Nova	1	0,0
			Idanha-a-Nova	1	0,0
			Soure	1	0,0
Leiria	15	0,3	Caldas da Rainha	3	0,1
			Figueiró dos Vinhos	1	0,0
			Leiria	3	0,1
			Marinha Grande	3	0,1
			Óbidos	2	0,0
			Pombal	1	0,0
			Não identificado	2	0,0
Santarém	25	0,5	Abrantes	1	0,0
			Almeirim	1	0,0
			Benavente	4	0,1
			Cartaxo	4	0,1
			Entroncamento	4	0,1
			Mação	2	0,0
			Rio Maior	1	0,0
			Salvaterra de Magos	2	0,0
			Santarém	4	0,1
			Torres Novas	1	0,0
			Não identificado	1	0,0

(Continuação...)

<b>Lisboa</b>	<b>4226</b>	<b>92,5</b>	Alenquer	4	0,1
			<b>Amadora</b>	<b>597</b>	<b>13,1</b>
			Arruda dos Vinhos	2	0,0
			Azambuja	3	0,1
			<b>Cascais</b>	<b>259</b>	<b>5,7</b>
			<b>Lisboa</b>	<b>1158</b>	<b>25,3</b>
			<b>Loures</b>	<b>532</b>	<b>11,6</b>
			Mafra	17	0,4
			<b>Odivelas</b>	<b>299</b>	<b>6,5</b>
			<b>Oeiras</b>	<b>313</b>	<b>6,9</b>
			<b>Sintra</b>	<b>756</b>	<b>16,5</b>
			Torres Vedras	19	0,4
			<b>Vila Franca de Xira</b>	<b>177</b>	<b>3,9</b>
			Não identificado	90	2,0
<b>Setúbal</b>	<b>179</b>	<b>3,9%</b>	Alcochete	2	0,0
			<b>Almada</b>	<b>59</b>	<b>1,3</b>
			Barreiro	21	0,5
			Grândola	1	0,0
			Moita	8	0,2
			Montijo	11	0,2
			Palmela	5	0,1
			Santiago do Cacém	1	0,0
			<b>Seixal</b>	<b>50</b>	<b>1,1</b>
			Sesimbra	7	0,2
			Setúbal	10	0,2
			Não identificado	4	0,1
Portalegre	1	0,0%	Elvas	1	0,0
Évora	7	0,2%	Borba	1	0,0
			Évora	2	0,0
			Montemor-o-Novo	1	0,0
			Reguengos de Monsaraz	1	0,0
			Vendas Novas	1	0,0
			Não identificado	1	0,0
Beja	2	0,0%	Beja	2	0,0
Faro	34	0,7%	Albufeira	3	0,0
			Aljezur	1	0,0
			Faro	3	0,1
			Lagoa	1	0,0
			Lagos	3	0,1
			Loulé	5	0,1
			Olhão	1	0,0
			Portimão	8	0,2
			Silves	1	0,0
			Tavira	6	0,1
			Vila Real de Santo António	1	0,0
			Não identificado	1	0,0
RA Madeira	4	0,1	Funchal	1	0,0
			Santa Cruz	2	0,0
			Não identificado	1	0,0
RA Açores	6	0,2	Ilha S Miguel	1	0,0
			Ilha do Faial - Horta	3	0,1
			Ilha Terceira - Praia da Vitoria	1	0,0
			Ilha Terceira - Angra do Heroísmo	1	0,0

Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

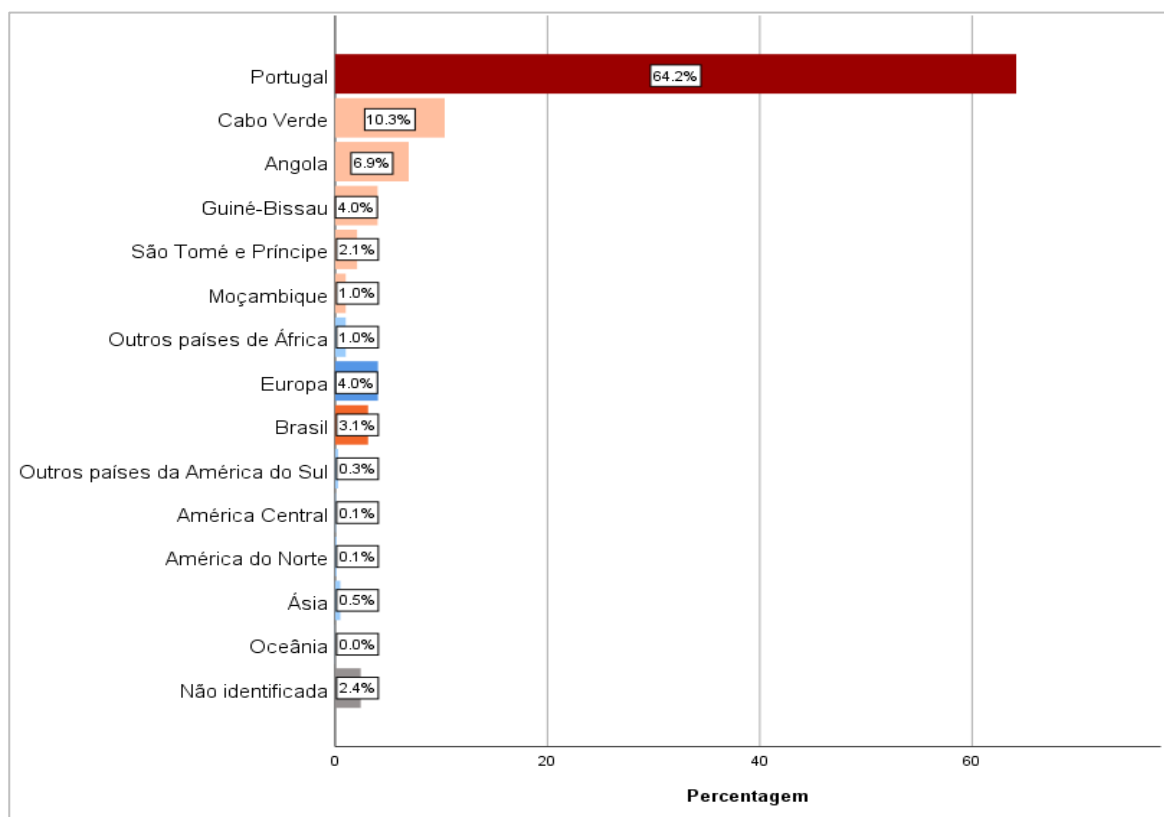


Figura 16. Distribuição dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por nacionalidade. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.



Tabela 5. Associação entre MO e escalão etário dos suspeitos.

Escalão etário	<i>Modus Operandi</i>	Res.Ajust.
10-19 anos	Ameaça/agressão com objetos	5,2
20-29 anos	Outros	2,4
40-49 anos	Ameaça/coação verbal	2,0
50-59 anos		2,3
60-69 anos		2,2
30-39 anos	----	
≥ 70 anos	----	
Teste do Qui-quadrado		$\chi^2_{(36)}=87,045$ , p=0,001

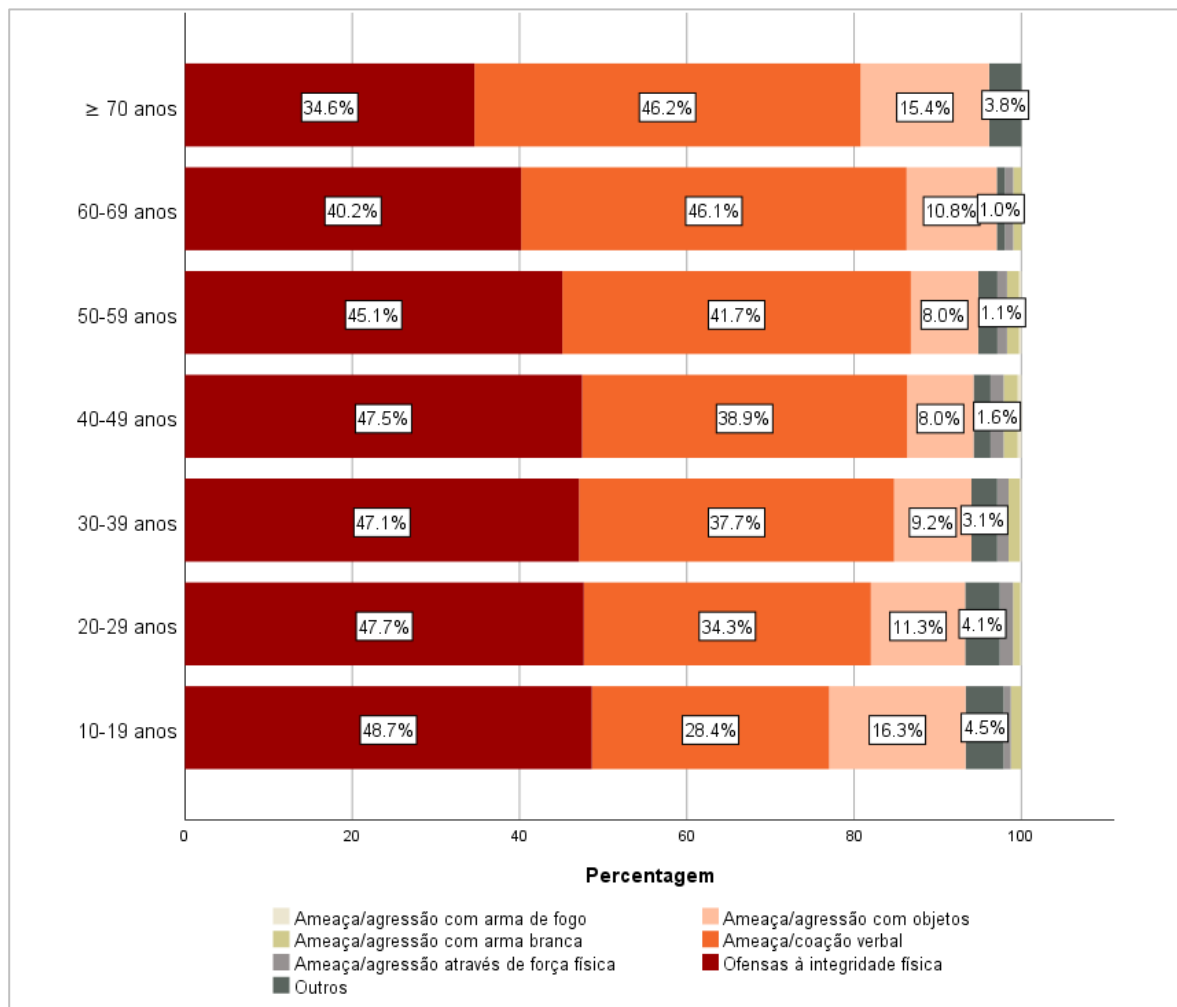


Figura 17. Representação percentual dos MO por escalão etário dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019). Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

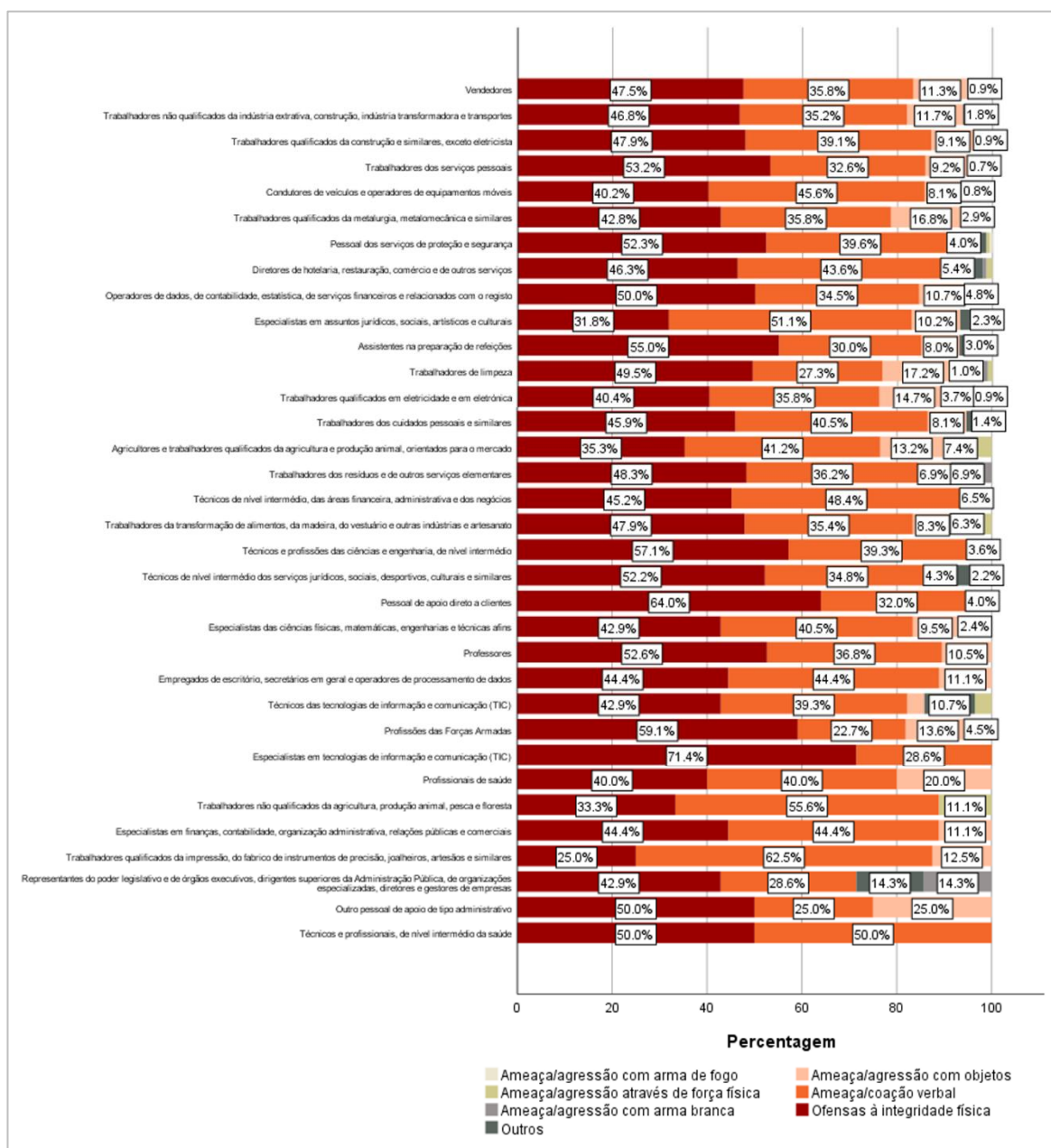


Figura 18. Representação percentual dos MO por profissão dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019). Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 6. Associação entre local da ocorrência e situação profissional dos suspeitos.

Situação profissional	Local de ocorrência	Res.Ajust.
Estudante	Transportes públicos	5,2
Empregado	Recintos desportivos/espetáculos	3,3
Desempregado	Residência particular	2,7
Aposentados	----	
Teste do Qui-quadrado		$\chi^2_{(18)}=65,456, p<0,001$

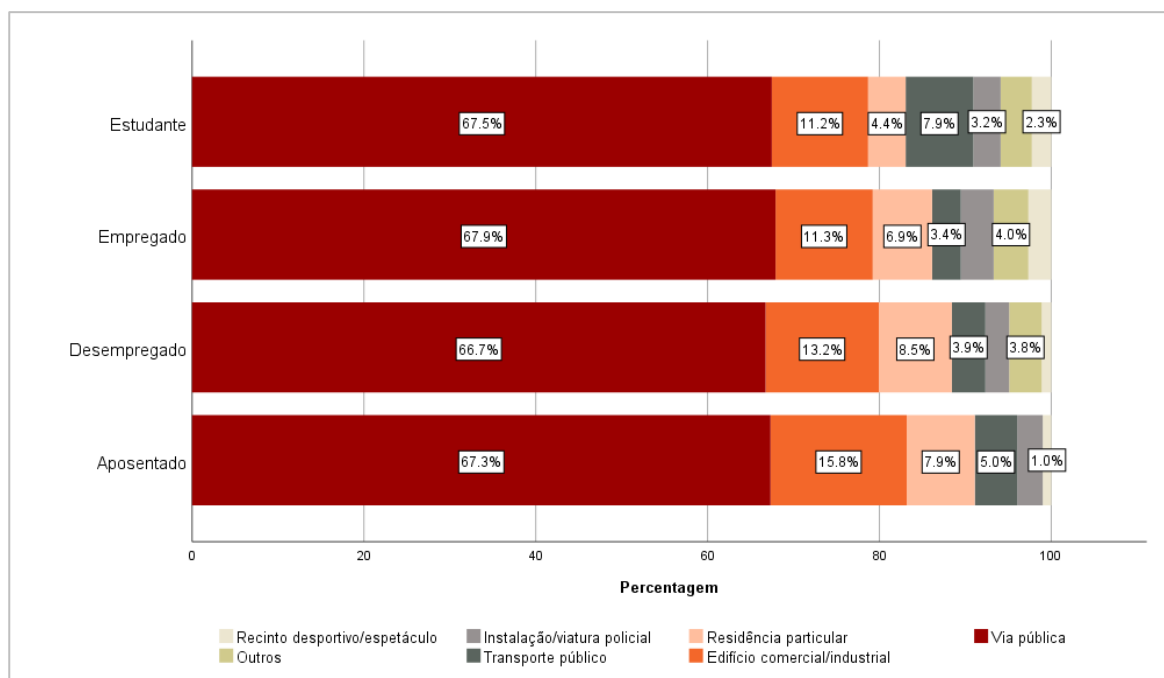


Figura 19. Representação percentual dos locais de ocorrência por situação profissional dos suspeitos identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019). Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 7. Distribuição dos Municípios de residência dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial Integrada.

Divisão Policial														
1ª DP Lisboa			2ª DP Lisboa			3ª DP Lisboa			4ª DP Lisboa			5ª DP Lisboa		
Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%
Alcochete	1	0,4	Almada	3	1,0	Alenquer	1	0,2	Albufeira	2	1,1	Almada	1	1,2
Alenquer	1	0,4	Amadora	11	3,7	Almada	9	2,0	Almada	6	3,2	Amadora	2	2,4
Almada	10	3,6	Barreiro	1	0,3	<b>Amadora</b>	<b>38</b>	<b>8,3</b>	<b>Amadora</b>	<b>11</b>	<b>5,8</b>	Azambuja	1	1,2
<b>Amadora</b>	<b>13</b>	<b>4,7</b>	Benavente	1	0,3	Arouca	1	0,2	Angra Heroísmo	1	0,5	Cascais	2	2,4
Barreiro	3	1,1	Cascais	2	0,7	Barreiro	5	1,1	Aveiro	1	0,5	Coimbra	1	1,2
Cascais	8	2,9	Coimbra	2	0,7	Carrazeda Ansiães	2	0,4	Azambuja	1	0,5	<b>Lisboa</b>	<b>64</b>	<b>76,2</b>
Chaves	1	0,4	Condeixa-a-Nova	1	0,3	Cascais	10	2,2	Barreiro	1	0,5	Maфра	1	1,2
Évora	1	0,4	Elvas	1	0,3	Castelo Branco	1	0,2	Benavente	1	0,5	Moita	1	1,2
Horta	2	0,7	Gondomar	1	0,3	Entroncamento	2	0,4	<b>Cascais</b>	<b>9</b>	<b>4,8</b>	Montemor-o-Novo	1	1,2
Ílhavo	1	0,4	Leiria	1	0,3	<b>Lisboa</b>	<b>267</b>	<b>58,3</b>	Guarda	1	0,5	Odivelas	1	1,2
Lagos	1	0,4	<b>Lisboa</b>	<b>205</b>	<b>69,3</b>	Loures	23	5,0	<b>Lisboa</b>	<b>96</b>	<b>50,8</b>	Oeiras	1	1,2
Leiria	1	0,4	Loulé	1	0,3	Mafra	3	0,7	Loures	9	4,8	Porto	1	1,2
<b>Lisboa</b>	<b>154</b>	<b>56,2</b>	<b>Loures</b>	<b>26</b>	<b>8,8</b>	Moita	2	0,4	Mafra	1	0,5	Seixal	1	1,2
Loures	4	1,5	Mafra	2	0,7	Montijo	3	0,7	Odivelas	3	1,6	Sintra	3	3,6
Mafra	1	0,4	Moita	2	0,7	<b>Odivelas</b>	<b>27</b>	<b>5,9</b>	Oeiras	12	6,3	Torres Novas	1	1,2
Odivelas	10	3,6	Óbidos	1	0,3	Oeiras	10	2,2	Oliveira Bairro	1	0,5	VF Xira	2	2,4
<b>Oeiras</b>	<b>13</b>	<b>4,7</b>	Odivelas	8	2,7	Oliveira Azeméis	1	0,2	Ovar	1	0,5			
Pombal	1	0,4	Oeiras	5	1,7	Portimão	3	0,7	Palmela	1	0,5			
Porto	3	1,1	Póvoa Varzim	1	0,3	Santa Cruz	1	0,2	Ribeira Grande	1	0,5			
Santarém	2	0,7	Seixal	2	0,7	Seixal	4	0,9	<b>Seixal</b>	<b>9</b>	<b>4,8</b>			
Seixal	8	2,9	Setúbal	1	0,3	Setúbal	1	0,2	Sesimbra	2	1,1			
Sesimbra	2	0,7	Sintra	7	2,4	<b>Sintra</b>	<b>36</b>	<b>7,9</b>	Setúbal	1	0,5			
Setúbal	2	0,7	VF Xira	8	2,7	Soure	1	0,2	<b>Sintra</b>	<b>11</b>	<b>5,8</b>			
Silves	1	0,4	VN Famalicão	1	0,3	VF Xira	5	1,1	Tavira	2	1,1			
<b>Sintra</b>	<b>22</b>	<b>8,0</b>	VN Gaia	2	0,7	VN Gaia	1	0,2	Vendas Novas	1	0,5			
Torres Vedras	1	0,4				Viseu	1	0,2	VF Xira	4	2,1			
VF Xira	6	2,2												
Viseu	1	0,4												
<b>Total</b>	<b>274</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>296</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100</b>

Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 8. Distribuição dos Municípios de residência dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial Destacada.

Divisão Policial								
Amadora			Loures			Vila Franca de Xira		
Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%
Almada	5	0,7	Albufeira	1	0,1	Alenquer	1	0,7
Almeirim	1	0,1	Almada	3	0,4	Almada	1	0,7
<b>Amadora</b>	<b>418</b>	<b>59,0</b>	Amadora	21	2,5	Amadora	3	2,2
Barreiro	2	0,3	Arruda Vinhos	2	0,2	Barreiro	2	1,4
Cartaxo	1	0,1	Azambuja	1	0,1	Benavente	1	0,7
Cascais	7	1,0	Barreiro	2	0,2	Cascais	1	0,7
<b>Lisboa</b>	<b>62</b>	<b>8,8</b>	Benavente	1	0,1	<b>Lisboa</b>	<b>8</b>	<b>5,8</b>
Loulé	1	0,1	Caldas Rainha	1	0,1	<b>Loures</b>	<b>6</b>	<b>4,3</b>
Loures	17	2,4	Cascais	4	0,5	Odivelas	1	0,7
Lousã	1	0,1	Chaves	1	0,1	Oeiras	1	0,7
Mação	1	0,1	Gondomar	1	0,1	Salvaterra Magos	1	0,7
Mafra	3	0,4	Grândola	1	0,1	Seixal	1	0,7
Marinha Grande	2	0,3	Horta	1	0,1	Sertã	1	0,7
Moita	1	0,1	Idanha-a-Nova	1	0,1	Sintra	3	2,2
Montijo	4	0,6	Lagos	1	0,1	Torres Vedras	1	0,7
Odivelas	20	2,8	Leiria	1	0,1	<b>VF Xira</b>	<b>107</b>	<b>77,0</b>
Oeiras	26	3,7	<b>Lisboa</b>	<b>99</b>	<b>11,6</b>			
Palmela	2	0,3	<b>Loures</b>	<b>413</b>	<b>48,2</b>			
Portimão	1	0,1	Mação	1	0,1			
Rio Maior	1	0,1	Mafra	5	0,6			
Santa M <sup>a</sup> Feira	1	0,1	Moita	1	0,1			
Seixal	5	0,7	Montijo	2	0,2			
Setúbal	1	0,1	<b>Odivelas</b>	<b>203</b>	<b>23,7</b>			
<b>Sintra</b>	<b>119</b>	<b>16,8</b>	Oeiras	2	0,2			
VF Xira	6	0,8	Portimão	2	0,2			
			Porto	2	0,2			
			Seixal	5	0,6			
			Sesimbra	1	0,1			
			<b>Sintra</b>	<b>36</b>	<b>4,2</b>			
			Torres Vedras	16	1,9			
			VF Xira	23	2,7			
			VN Gaia	2	0,2			
			VV Ródão	1	0,1			
<i>Total</i>	<i>708</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>857</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>139</i>	<i>100</i>

(Continuação...)

Divisão Policial								
Oeiras			Cascais			Sintra		
Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%
Águeda	1	0,3	Alcochete	1	0,4	Alenquer	1	0,2
Aljezur	1	0,3	Almada	1	0,4	Almada	2	0,4
Almada	5	1,5	Amadora	7	3,1	<b>Amadora</b>	<b>35</b>	<b>6,4</b>
<b>Amadora</b>	<b>15</b>	<b>4,5</b>	Beja	1	0,4	Beja	1	0,2
<b>Cascais</b>	<b>22</b>	<b>6,6</b>	Braga	1	0,4	Caldas Rainha	1	0,2
Entroncamento	1	0,3	Caldas Rainha	1	0,4	Cartaxo	1	0,2
Guimarães	2	0,6	Caminha	1	0,4	Cascais	4	0,7
Lagoa	1	0,3	<b>Cascais</b>	<b>168</b>	<b>74,7</b>	Castelo Branco	2	0,4
<b>Lisboa</b>	<b>25</b>	<b>7,5</b>	Castelo Branco	1	0,4	Faro	2	0,4
Loulé	2	0,6	Funchal	1	0,4	<b>Lisboa</b>	<b>23</b>	<b>4,2</b>
Loures	5	1,5	Lagos	1	0,4	Loures	9	1,6
Mafra	1	0,3	Lisboa	8	3,6	Matosinhos	1	0,2
Maia	1	0,3	Loures	4	1,8	Moita	1	0,2
Odivelas	2	0,6	Montijo	1	0,4	Montijo	1	0,2
<b>Oeiras</b>	<b>195</b>	<b>58,4</b>	Odivelas	1	0,4	Odivelas	10	1,8
Palmela	1	0,3	<b>Oeiras</b>	<b>14</b>	<b>6,2</b>	Oeiras	14	2,5
Porto	1	0,3	Ovar	1	0,4	Olhão	1	0,2
Santarém	1	0,3	Santarém	1	0,4	Seixal	5	0,9
Santiago Cacém	1	0,3	Seixal	1	0,4	<b>Sintra</b>	<b>434</b>	<b>78,8</b>
S. João Madeira	1	0,3	<b>Sintra</b>	<b>9</b>	<b>4,0</b>	VF Xira	2	0,4
Seixal	2	0,6	VR Santo António	1	0,4	Vila Real	1	0,2
Sesimbra	1	0,3						
Setúbal	2	0,6						
<b>Sintra</b>	<b>38</b>	<b>11,4</b>						
Tavira	2	0,6						
Torres Vedras	1	0,3						
Vila do Conde	1	0,3						
VN Gaia	3	0,9						
<i>Total</i>	<i>334</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>225</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>551</i>	<i>100</i>

Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 9. Distribuição dos Municípios de residência dos suspeitos do crime de RCSF identificados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial de competência específica.

Divisão														
Investigação Criminal de Lisboa			Segurança Aeroportuária de Lisboa			Segurança Transportes Públicos Lisboa			Trânsito de Lisboa			Segurança a Instalações		
Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%	Concelho	n	%
Abrantes	1	1,1	<b>Amadora</b>	<b>5</b>	<b>11,6</b>	Almada	5	4,5	Almada	2	2,6	Sintra	1	100,0
Almada	3	3,4	Barreiro	1	2,3	Amadora	5	4,5	Amadora	6	7,8			
Amadora	3	3,4	Cartaxo	1	2,3	Borba	1	0,9	Cascais	1	1,3			
Barreiro	2	2,3	<b>Cascais</b>	<b>3</b>	<b>7,0</b>	<b>Cascais</b>	<b>15</b>	<b>13,5</b>	Coimbra	1	1,3			
Braga	1	1,1	Figueiró Vinhos	1	2,3	Entroncamento	1	0,9	<b>Lisboa</b>	<b>35</b>	<b>45,5</b>			
Bragança	1	1,1	<b>Lisboa</b>	<b>12</b>	<b>27,9</b>	Évora	1	0,9	Loures	7	9,1			
Cartaxo	1	1,1	Odivelas	3	7,0	<b>Lisboa</b>	<b>33</b>	<b>29,7</b>	Odivelas	6	7,8			
Faro	1	1,1	Oeiras	2	4,7	<b>Loures</b>	<b>7</b>	<b>6,3</b>	Reguengos Monsaraz	1	1,3			
<b>Lisboa</b>	<b>61</b>	<b>70,1</b>	Palmela	1	2,3	Marinha Grande	1	0,9	Seixal	3	3,9			
Loures	2	2,3	Praia da Vitória	1	2,3	Óbidos	1	0,9	Sesimbra	1	1,3			
<b>Oeiras</b>	<b>6</b>	<b>6,9</b>	Salvaterra Magos	1	2,3	Odivelas	4	3,6	<b>Sintra</b>	<b>10</b>	<b>13,0</b>			
Portimão	1	1,1	Santa Cruz	1	2,3	Oeiras	4	3,6	VF Xira	3	3,9			
Porto	1	1,1	Seixal	1	2,3	Portimão	1	0,9	VN Gaia	1	1,3			
Setúbal	1	1,1	<b>Sintra</b>	<b>6</b>	<b>14,0</b>	Porto	2	1,8						
Sintra	1	1,1	<b>VF Xira</b>	<b>4</b>	<b>9,3</b>	Seixal	2	1,8						
VF Xira	1	1,1				Setúbal	1	0,9						
						<b>Sintra</b>	<b>19</b>	<b>17,1</b>						
						Tavira	2	1,8						
						Vila do Conde	1	0,9						
						VF Xira	5	4,5						
<i>Total</i>	<i>87</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>43</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>111</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>77</i>	<i>100</i>	<i>Total</i>	<i>1</i>	<i>100,0</i>

Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

## Apêndice H – Caracterização das ocorrências

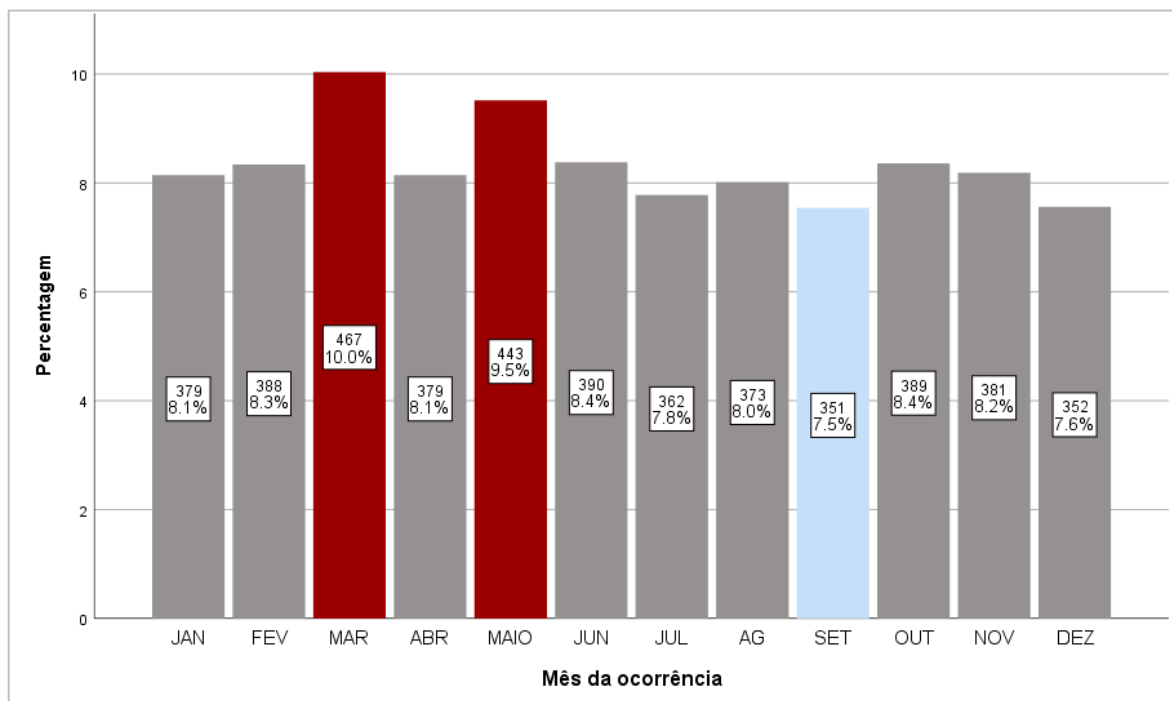


Figura 20. Distribuição dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por mês da ocorrência. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

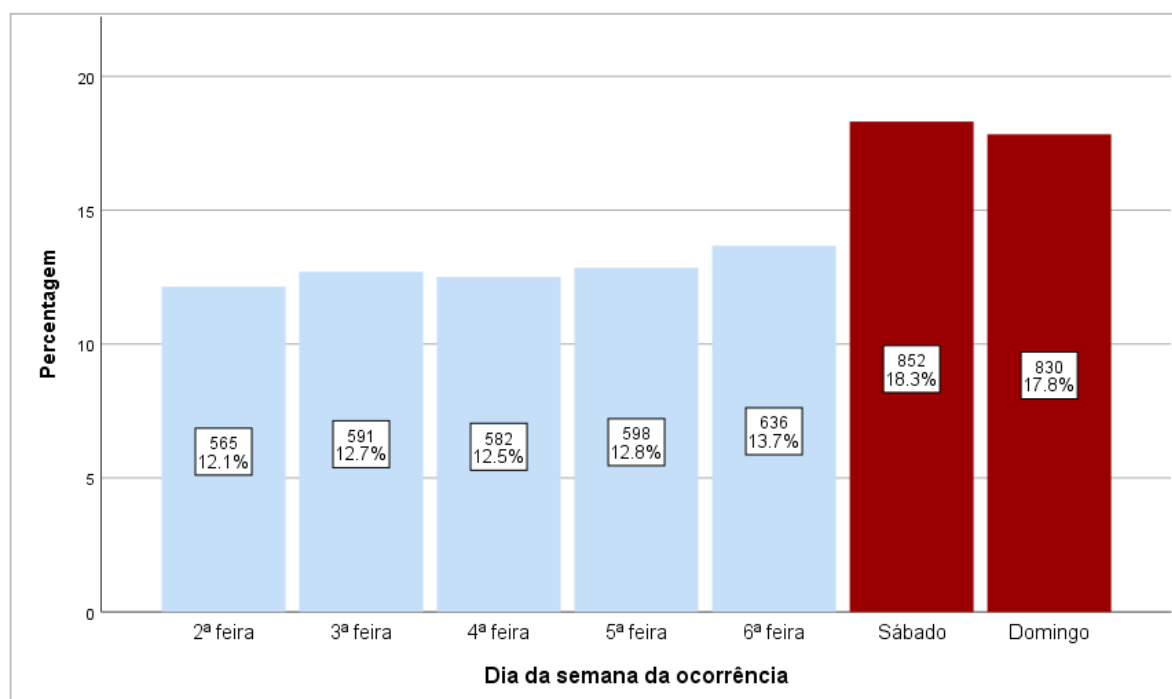


Figura 21. Distribuição dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por dia da semana da ocorrência. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.



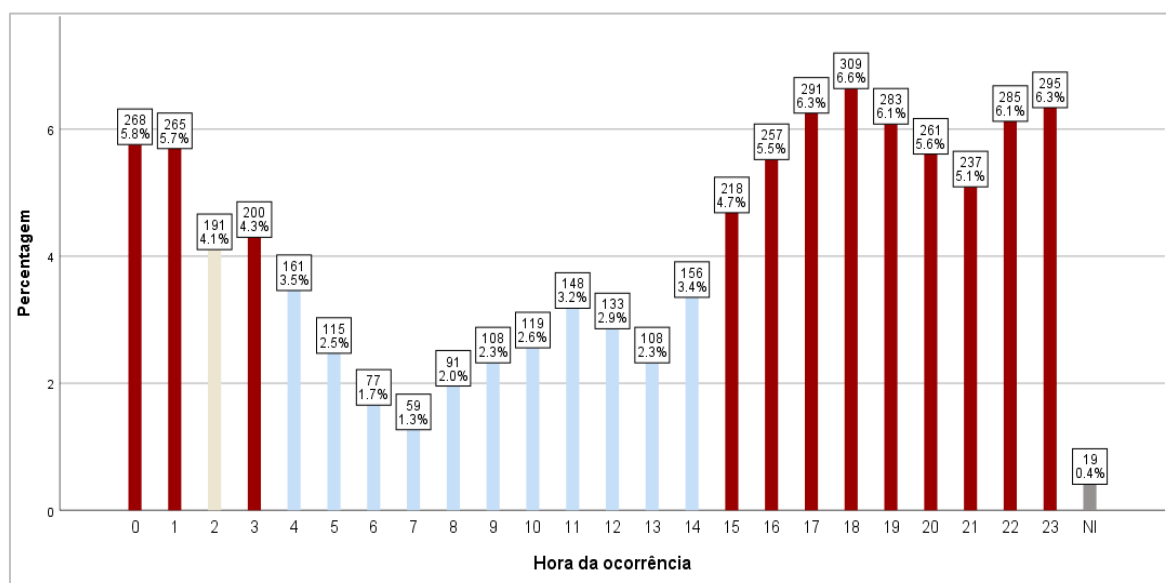


Figura 22. Distribuição dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por hora da ocorrência. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

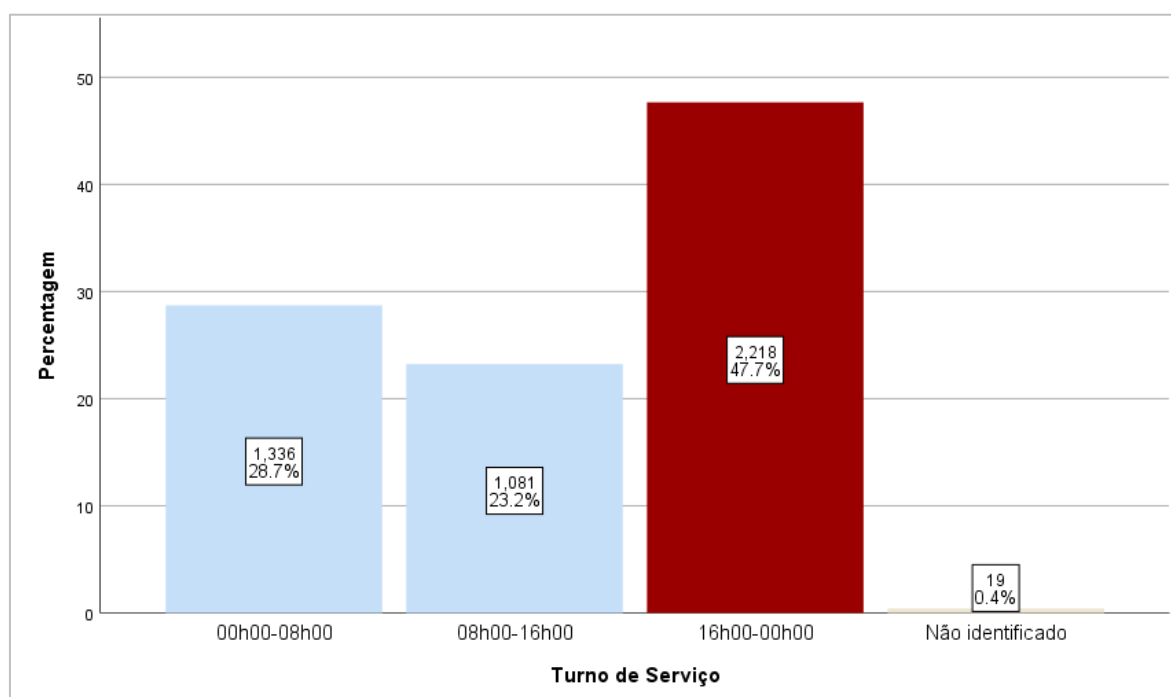


Figura 23. Distribuição dos crimes de RCSF registrados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por turno de serviço. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

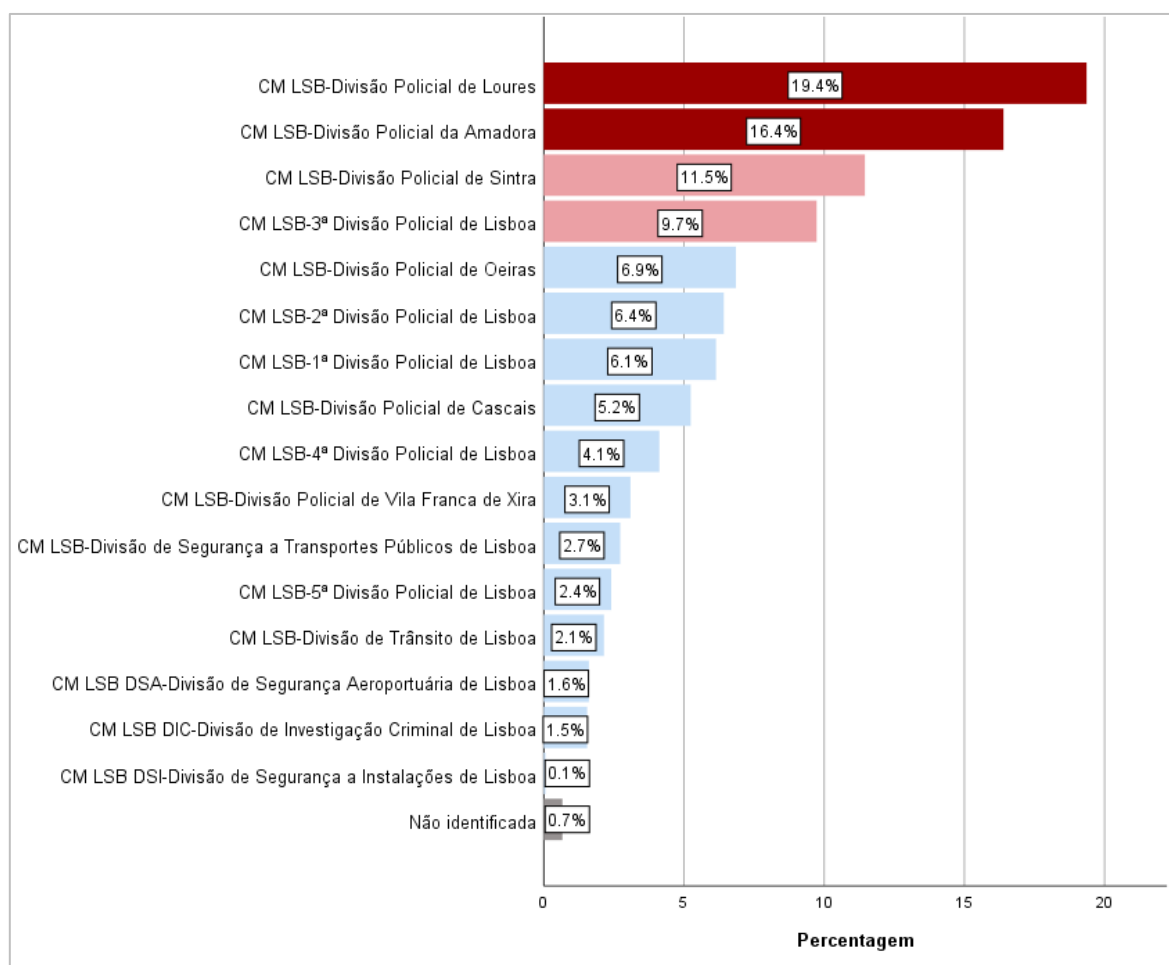


Figura 24. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

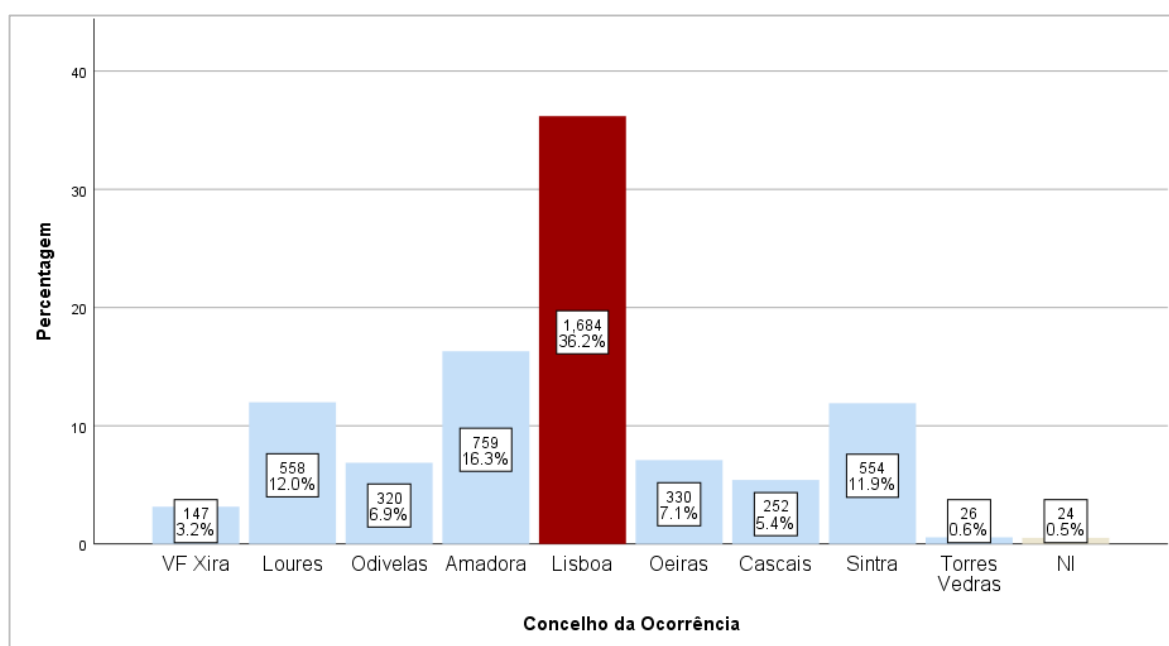


Figura 25. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Município de ocorrência. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

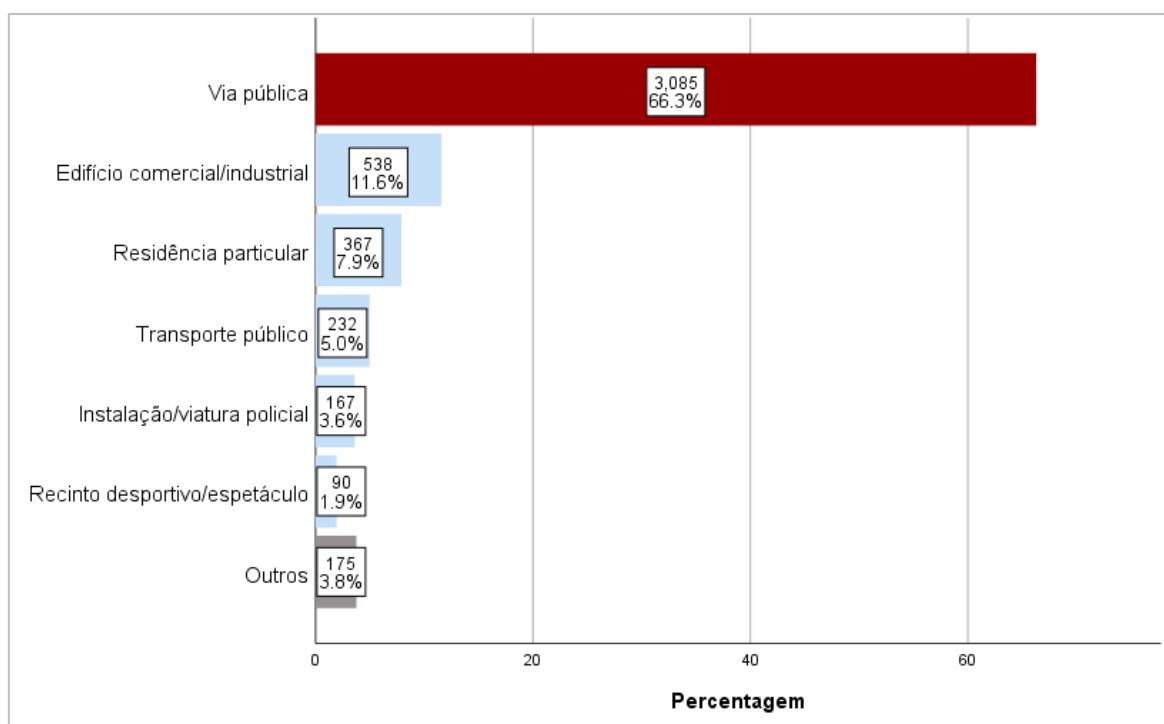


Figura 26. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por local de ocorrência. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

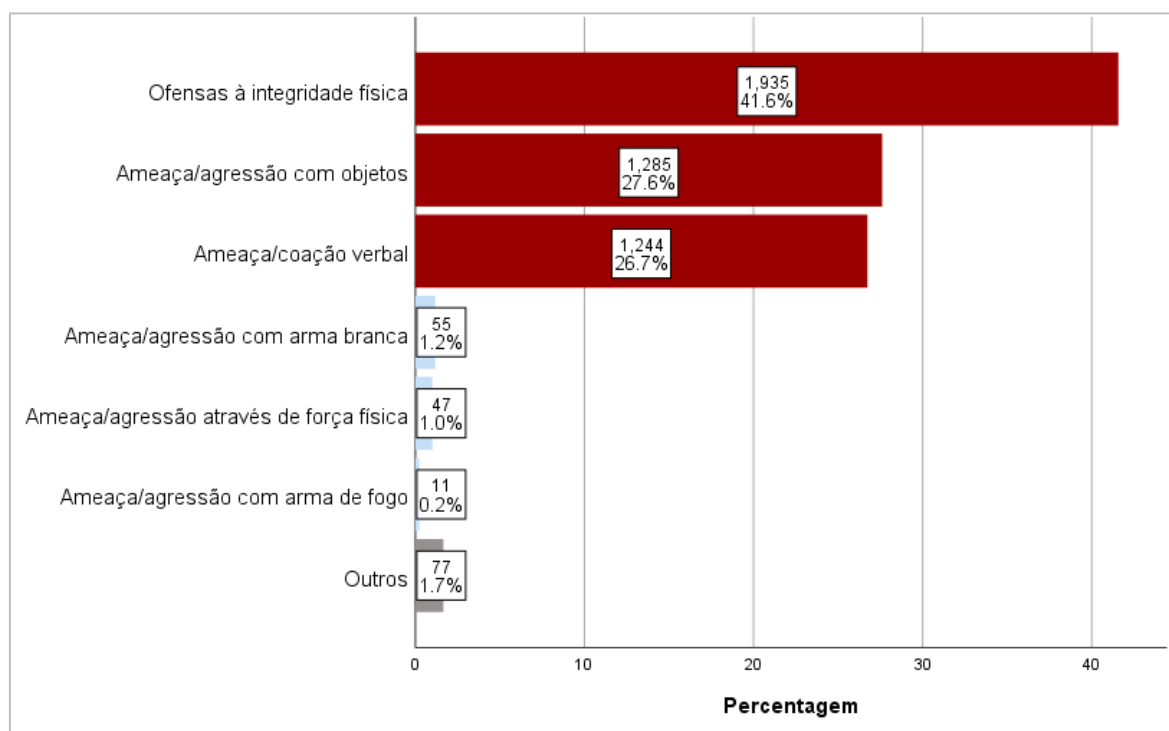


Figura 27. Distribuição dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por MO. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 10. Testagem do qui-quadrado – crimes.

Testagem	$\chi^2$	g.l.	p	Resíduos Ajustados
Mês	33,642	11	0,000	Março: 4,5 Maio: 3,1 Setembro: -2,0
Dia da semana	135,200	6	0,000	Sábado: 15,1 Domingo: 14,2
Hora	766,419	23	0,000	0h: 8,9 1h: 8,7 3h: 2,7 15h-23h: 5,1 a 11,3
Turno de serviço	460,781	2	0,000	16h00-00h00: 35,9
Município	3781,610	8	0,000	Lisboa: 42,9 Amadora: 17,1 Loures: 7,0 Sintra: 6,7
Local	10479,771	6	0,000	Via pública: 84,7
Modus Operandi	5805,796	6	0,000	Ofensas à integridade física: 46,2 Ameaça/agressão com objetos: 29,3 Ameaça/coação verbal: 28,1

Tabela 11. Associação entre MO e Divisão Policial.

Divisão Policial	Modus Operandi	Res.Ajust.
Divisão de Segurança a Transportes Públicos	Ofensas à integridade física	3,0
Lisboa		
Divisão de Segurança a Instalações de Lisboa		2,1
Divisão Policial da Amadora	Ameaça/agressão através de força física	2,1
1ª Divisão Policial de Lisboa		3,7
3ª Divisão Policial de Lisboa		2,7
Divisão de Trânsito de Lisboa	Ameaça/agressão com objetos	3,0
Divisão Policial de Cascais		2,8
Divisão Policial de Loures	Ameaça/coação verbal	2,3
2ª Divisão Policial de Lisboa		2,0
Divisão Policial de Oeiras	Ameaça/agressão com arma branca	2,8
2ª Divisão Policial de Lisboa	Outros	2,3
Divisão Policial de Cascais	Ameaça/agressão com arma de fogo	2,1
Teste do Qui-quadrado		$\chi^2_{(90)}=163,284$ , p=0,008

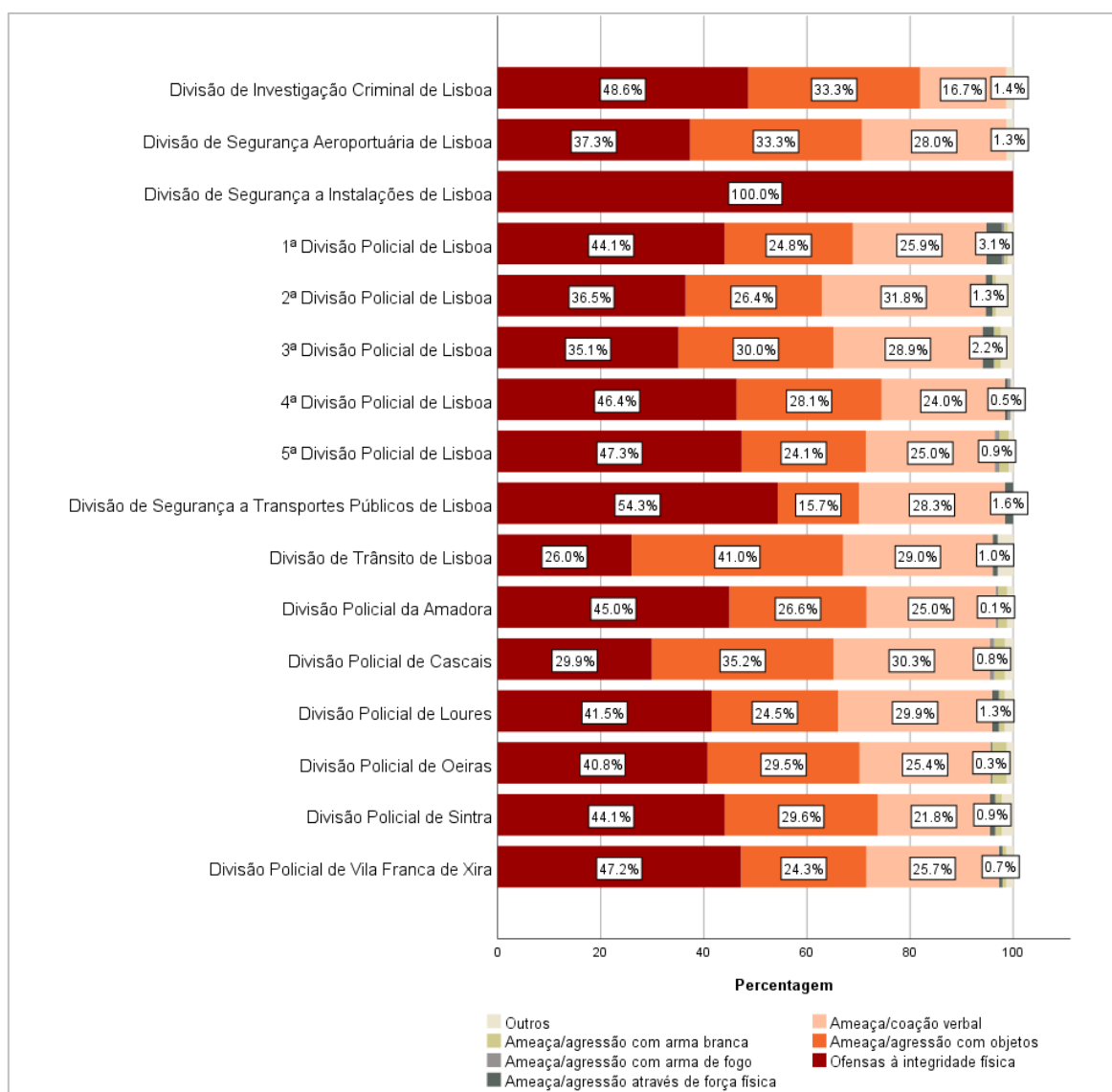


Figura 28. Representação percentual dos MO dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

Tabela 12. Associação entre local de ocorrência e Divisão Policial.

Divisão Policial	Local de ocorrência	Res.Ajust.
Divisão de Trânsito de Lisboa	Via pública	6,8
4ª Divisão Policial de Lisboa		4,6
1ª Divisão Policial de Lisboa		2,7
Divisão Policial da Amadora		2,1
2ª Divisão Policial de Lisboa	Residência particular	3,6
Divisão Policial de Vila Franca de Xira		3,3
Divisão Policial de Loures		2,9
Divisão Policial de Sintra		2,8
Divisão de Segurança a Transportes Públicos Lisboa	Transporte público	38,1
Divisão de Segurança Aeroportuária de Lisboa		25,4
3ª Divisão Policial de Lisboa	Recinto desportivo/espetáculo	7,2
Divisão Policial de Oeiras		4,5
2ª Divisão Policial de Lisboa	Outros	3,4
Divisão Policial de Sintra	Instalação/viatura policial	2,7
Divisão Policial da Amadora	Edifício comercial/industrial	2,0
Teste do Qui-quadrado	$\chi^2_{(90)}=2422,224$ , p=0,000	

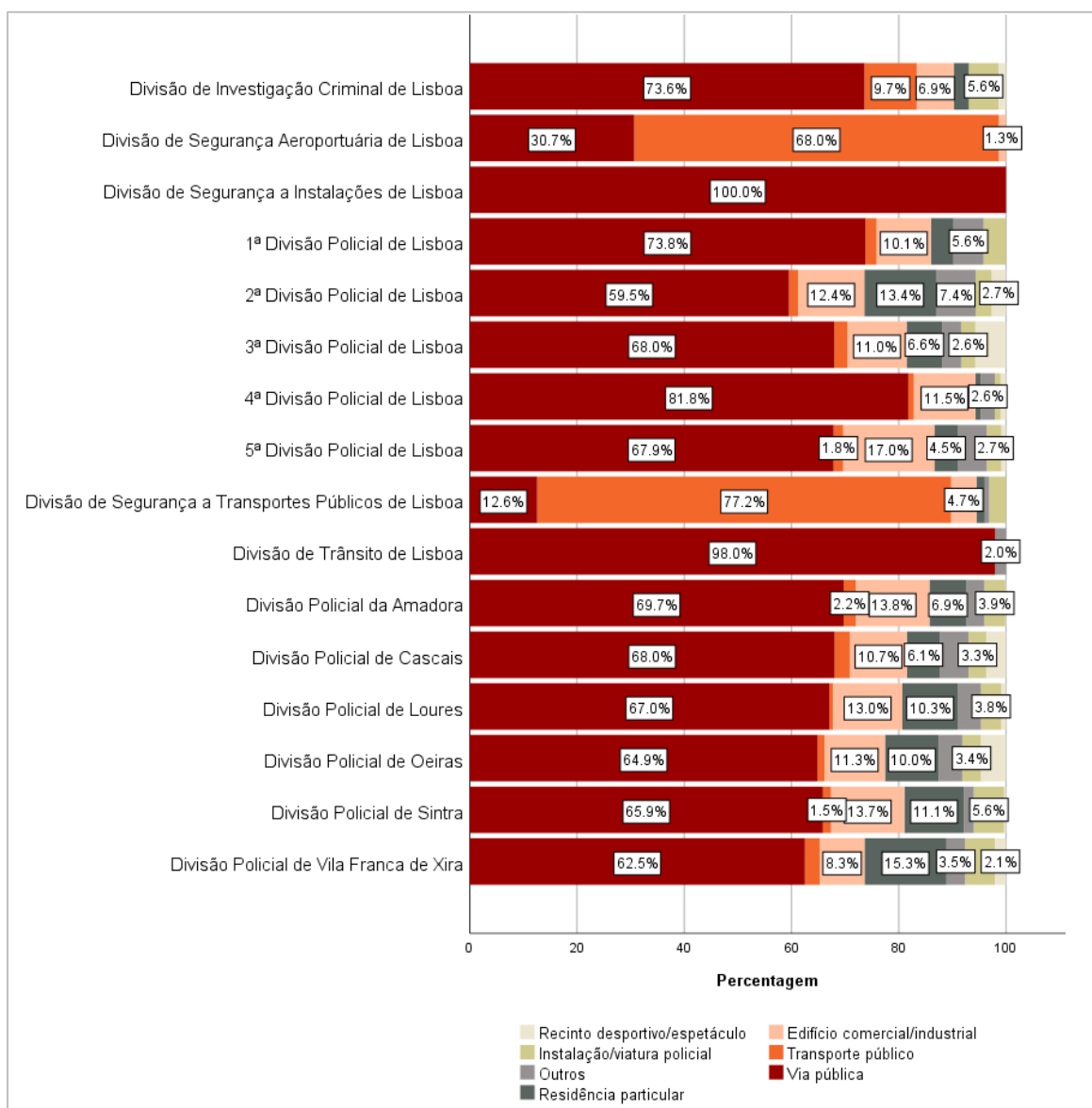


Figura 29. Representação percentual dos locais de ocorrência dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial. Fonte: SEL/PSP. Elaboração própria.

Tabela 13. Associação entre MO e local da ocorrência.

Local de ocorrência	Modus Operandi	Res.Ajust.
Residência particular	Ofensas à integridade física	3,1
	Ameaça/agressão com arma branca	2,8
	Ameaça/agressão através de força física	2,7
Recinto desportivo/espetáculo	Ameaça/agressão com objetos	3,6
Transporte público	Ofensas à integridade física	3,5
Instalação/viatura policial	Ameaça/coação verbal	2,9
Outros	Outros	2,5
	Ameaça/coação verbal	2,2
Via pública		
Edifício comercial/industrial	—	
Teste do Qui-quadrado		$\chi^2_{(36)}=107,638, p < 0,001$

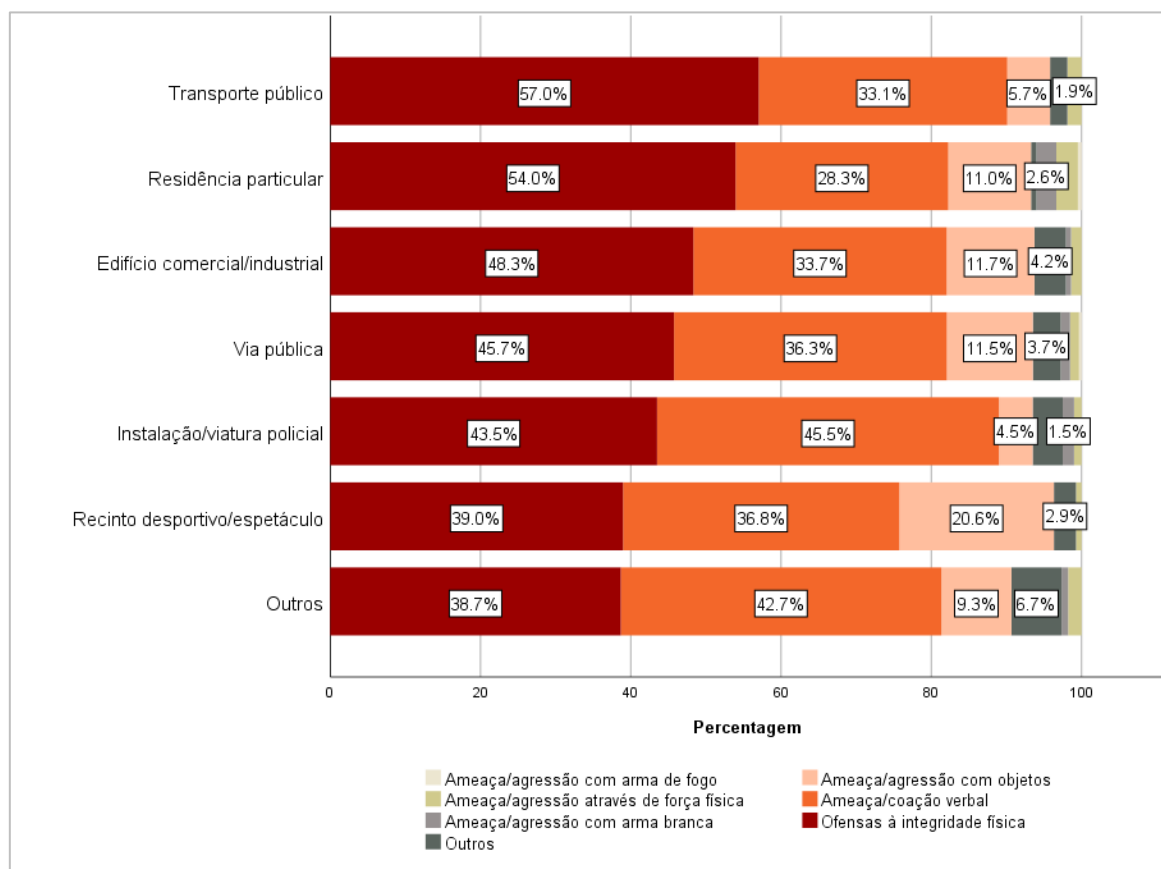


Figura 30. Representação percentual dos MO dos crimes de RSCF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por local de ocorrência. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.



Tabela 14. Associação entre Turno de serviço e Divisão Policial.

Divisão Policial	Turno de Serviço	Res.Ajust.
1ª Divisão Policial de Lisboa	00h00-08h00	4,8
4ª Divisão Policial de Lisboa		3,8
Divisão Policial de Cascais		2,9
Divisão de Trânsito de Lisboa	08h00-16h00	5,2
Divisão de Segurança Aeroportuária de Lisboa	16h00-00h00	2,4
3ª Divisão Policial de Lisboa		2,7
Teste do Qui-quadrado	$\chi^2_{(30)}=146,278$ , p=0,000	

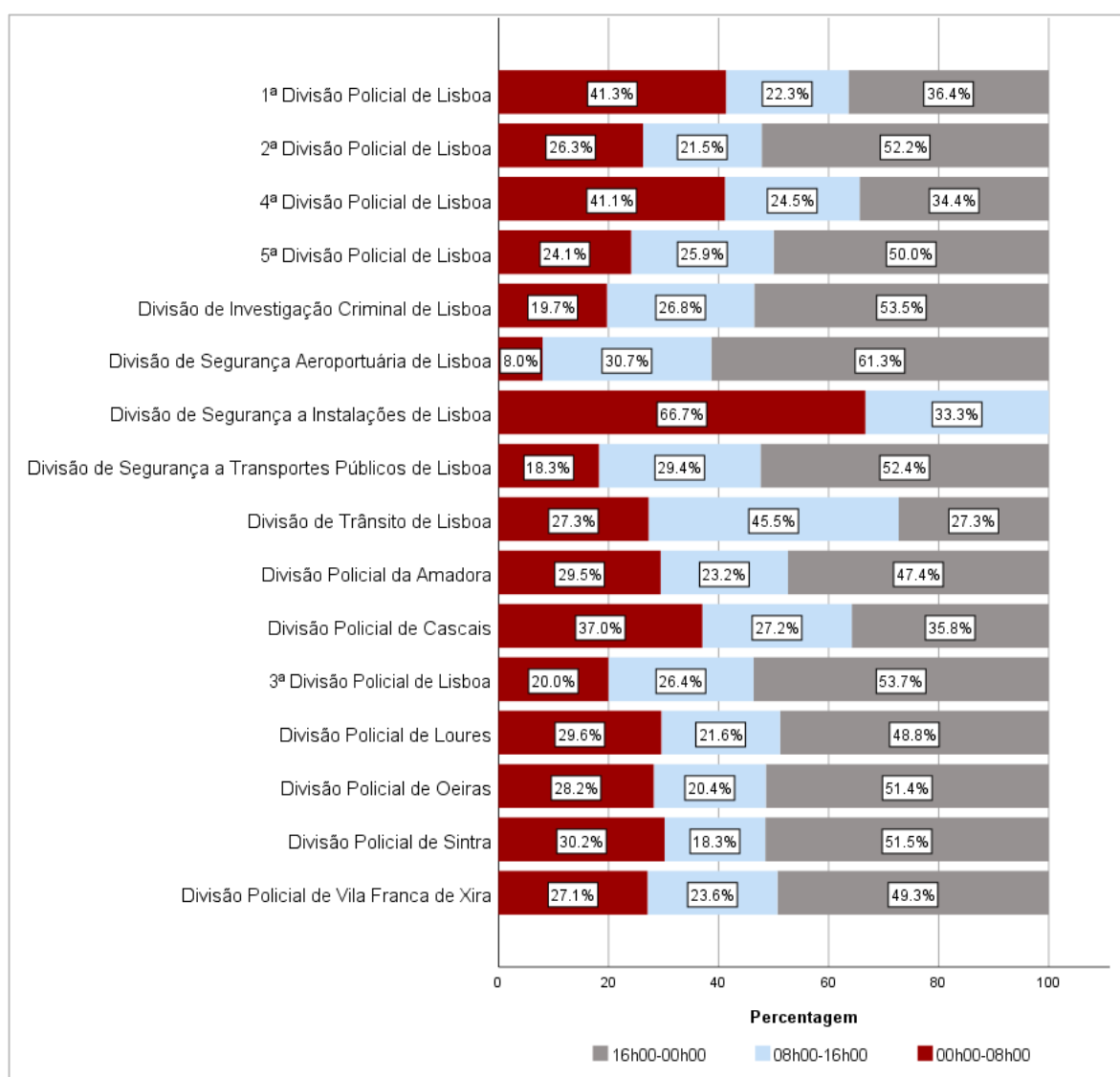


Figura 31. Representação percentual dos turnos de serviço dos crimes de RCSF registados pela PSP, no COMETLIS (2009-2019), por Divisão Policial. Fonte: SEI/PSP. Elaboração própria.

## Apêndice I – Análise qualitativa dos Acórdãos

Tabela 15. Análise qualitativa de Acórdãos.

Situação	Processo	Ano Acórdão	Ano Ocorrência	Tribunal	Caracterização do suspeito						Caracterização da ocorrência					Caracterização da atuação policial		
					Sexo	Idade	Nacionalidade	Situação Profissional	Contexto familiar	Antecedentes criminais	Local	Abordagem/sequência de outro crime	Outros suspeitos envolvidos	Modus Operandi	Concurso de crimes	Atuação policial	Polícias	
																	Ofendidos (RCSF)	Envolvidos na ocorrência
1	60/16.2PFALM.L1-5	2019	18/06/2016	TRL	M	16	-	Empregado	Estável	Não	Almada - Via pública	Desobediência a ordem de paragem	1	Arremesso de pedras	Não	Decurso de ação coletiva	5	5
2	1543/17.2PULSB.L1-9	2019	26/11/2017	TRL	M	38	Portuguesa	Desempregado	Instável	Sim	Lisboa - Via pública	Violência doméstica	0	Coação Verbal	Sim	Por solicitação	3	3
3	27/07.1PACSC.L1-3	2016	11/02/2008	TRL	M	-	Portuguesa	Empregado	Estável	Não	Estoril - Via pública e Esquadra	Por solicitação de motorista de táxi	0	Coação Verbal	Não	Por solicitação	3	7
4	124/13.4PASVC.L1-9	2014	05/09/2013	TRL	M	-	-	Desempregado	Instável	Sim	Ponta Delgada - Via pública	Furto no interior de residência	2	Ameaça de agressão com arma branca	Sim	Por solicitação	1	2
5	864/13.8GBPRD.P1	2016	23/08/2013	TRP	F	-	-	Desempregada	Instável	Sim	Instalações da CPCJ	Leitura de decisão de regulação parental	1	OIF	Sim	Proatividade policial	2	2
6	864/13.8GBPRD.P1	2016	23/08/2013	TRP	F	-	-	Desempregada	Instável	Não	Instalações da CPCJ	Leitura de decisão de regulação parental	1	OIF e Coação Verbal	Sim	Proatividade policial	2	2
7	160/11.5GEVNG.P1	2013	07/05/2011	TRP	M	-	-	Desempregado	Instável	-	Vila Nova de Gaia - Residência particular	Violência doméstica	0	OIF e Coação Verbal	Sim	Por solicitação	2	2
8	815669	2008	08/12/2007	TRP	M	-	-	Desempregado	Estável	Sim	Valongo - Est. comercial	Distúrbios	1	OIF	Não	Por solicitação	3	3
9	231/18.7GGSTC.E1	2020	17/12/2018	TRE	M	43	Portuguesa	Desempregado	Instável	Sim	Santiago do Cacém - Residência particular	Incêndio não confirmado e distúrbios entre vizinhos	0	OIF	Sim	Por solicitação	2	2
10	28/15.6PBPTM.E1	2019	12/07/2015	TRE	M	25	S. T. e Príncipe	Empregado	Estável	Não	Portimão - Via pública	Desobediência a ordem de paragem	0	OIF	Sim	Proatividade policial	1	2
11	342/15.0GEBNV.E1	2017	09/09/2015	TRE	M	41	-	Empregado	-	Não	Salvaterra de Magos - Via pública	Infração ao CE	0	OIF e Coação Verbal	Sim	Proatividade policial	2	2
12	67/14.4GCSTB.E1	2016	19/03/2014	TRE	F	-	-	-	Instável	Não	Setúbal - Via pública	Desobediência a ordem de paragem	2	Coação Verbal	Não	Proatividade policial	1	6
13	764/13.1PAPTM.E1	2016	05/06/2013	TRE	M	31	Etnia cigana	Empregado	Estável	Sim	Tribunal Judicial de Portimão	-	1	Coação Verbal e OIF (tentativa)	Sim	Proatividade policial	1	4

(Continuação...)

## Crise de Autoridade? Estudo das ocorrências de resistência e coação sobre funcionário

Situação	Processo	Ano Acórdão	Ano Ocorrência	Tribunal	Caracterização do suspeito						Caracterização da ocorrência					Caracterização da atuação policial		
					Sexo	Idade	Nacionalidade	Situação Profissional	Contexto familiar	Antecedentes criminais	Local	Abordagem/sequência de outro crime	Outros suspeitos envolvidos	Modus Operandi	Concurso de crimes	Atuação policial	Polícias	
																	Ofendidos (RCSF)	Envolvidos na ocorrência
14	107/14.7 GBABF.E1	2016	20/01/2014	TRE	M	-	Etnia cigana	Desempregado	Instável	Sim	Albufeira - Via pública	Desobediência a ordem de paragem	0	Tentativa de atropelamento	Sim	Proatividade policial	2	2
15	139/11.7PATVR.E1	2015	10/04/2011	TRE	M	-	-	Desempregado	Estável	Não	Tavira - Via pública	Distúrbios	0	OIF e Coação Verbal	Não	Por solicitação	1	2
16	1695/09.5GBABF.E1	2014	10/07/2009	TRE	M	-	Portuguesa	Empregado	Instável	Sim	Albufeira - Via pública	Infração ao CE	5	OIF	Sim	Proatividade policial	1	2
17	66/18.7GAVZL.C1	2019	14/04/2018	TRC	M	-	-	-	-	-	Via pública	Infração ao CE	0	Tentativa de atropelamento, OIF e coação verbal	Sim	Proatividade policial	2	2
18	647/14.8PCCBR.C2	2018	03/04/2014	TRC	M	<50	Portuguesa	Desempregado	Instável	Sim	Coimbra - Via pública	Posse de arma branca	0	OIF e Ameaça de agressão com arma branca	Não	Proatividade policial	2	3
19	159/16.5PBCLD.C1	2016	28/02/2016	TRC	M	20	Portuguesa	Desempregado	Instável	Sim	Caldas da Rainha - Est. comercial	Distúrbios	0	OIF e Coação Verbal	Não	Por solicitação	2	2
20	234/12.5PANZR.C2	2015	11/09/2012	TRC	M	-	Etnia cigana	Empregado	Instável	Não	Nazaré - Est. comercial	Furto de arma branca e ameaça de agressão	0	Ameaça de agressão com arma branca e Coação Verbal	Não	Por solicitação	1	3
21	713/10.9GAVNO.C1	2013	16/11/2010	TRC	M	-	-	Empregado	Estável	Não	Ourém - Est. comercial	Distúrbios	0	OIF e Coação Verbal	Não	Por solicitação	2	2
22	397/08.4IAAVR.C1	2011	2010	TRC	M	-	-	-	-	-	Albergaria-A-Velha - Via pública	Furto de caixa ATM	2	Ameaça de agressão com arma de fogo	Sim	Por solicitação	1	4
23	599/14.4GAFAF.G1	2015	30/08/2014	TRG	M	-	-	Desempregado	Instável	Não	Residência particular	Desacatos familiares	0	OIF (tentativa)	Sim	Por solicitação	1	4
24	794/08.5GAFLG.G1	2012	03/08/2008	TRG	M	<50	-	Desempregado	Estável	Não	Felgueiras - Est. comercial	Agressões entre terceiros	1	OIF e Coação Verbal	Não	Por solicitação	2	2
25	1722/09.6GBBCL.G2	2012	02/12/2009	TRG	M	-	Portuguesa	Reformado	Instável	Não	Barcelos - Residência particular	-	0	OIF (disparos com arma de fogo)	Sim	Por solicitação	3	<10

Fonte: DGSJ. Elaboração própria.

Tabela 16. Descrição dos factos provados e respetiva condenação.

Situação	Descrição dos factos provados e respetiva condenação
1	<p>O arguido seguia, como passageiro, no interior de uma viatura que não obedeceu à ordem de paragem dada pelos agentes da PSP durante uma ação de fiscalização. Momentos mais tarde, o veículo despista-se e os suspeitos (2) colocam-se em fuga apeada, sendo intercetado e detido o condutor. O arguido, ao aperceber-se que o outro suspeito estava a ser algemado, arremessou pedras da calçada em direção aos polícias, as quais caíram a escassos metros dos mesmos. Um dos agentes efetuou disparos para o ar, tendo o arguido cessado com o seu comportamento, o que permitiu a detenção. <u>Condenação</u>: provimento parcial do recurso interposto pelo arguido, condenando o arguido pela prática de um crime de RCSF e fixando a pena em 6 meses de prisão, substituída por 180 dias de multa, à razão diária de €5,00, o que perfaz a multa de €900,00 (TRL, 2019a).</p>
2	<p>Na presença de diversas pessoas, o arguido puxou insistentemente pelo braço da sua progenitora, enquanto afirmava: “dá-me as putas das chaves de casa”. Nesta sequência, deslocou-se para o local uma patrulha da PSP que ordenou ao arguido que libertasse a sua mãe, ordem que este acatou. Como existia a informação que o arguido trazia consigo uma faca (arma branca), os agentes ordenaram-lhe para se encostar à parede a fim de ser revistado, ordem que este não acatou, mesmo após várias insistências. A dado momento, dirigiu-se em passo acelerado na direção dos agentes, os quais, para se protegerem, devido à forte compleição física do arguido, lhe desfeririam duas bastonadas, tendo o arguido afirmado: “já olharam bem para mim? Podem bater à vontade, eu já comi o que tinha a comer durante 11 anos. Podem ter a certeza de que nos vamos encontrar um dia, posso ir lá para dentro, mas um dia vamos encontrar-nos”. Questionado sobre se tinha alguma arma em seu poder, afirmou “não sei, querem vir cá ver? Venham que não vão conseguir”. Foram acionados reforços que acabaram por imobilizar e algemar o arguido, após lhe ter sido dada voz de detenção. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de</p>

	ofensa à integridade física qualificada, pela prática de um crime de perseguição e pela prática de um crime de RCSF, o que, efetuado o cúmulo das penas, resulta na pena única conjunta de 3 anos de prisão (TRL, 2019b).
<b>3</b>	<p>O arguido encontrava-se junto à porta norte do casino Estoril e ao visualizar um táxi entrou no mesmo, juntamente com um amigo que o acompanhava. Nessa ocasião, o motorista solicitou aos dois indivíduos que saíssem do veículo explicando que não podia apanhar passageiros naquele local. Como o arguido se recusou a sair, o referido motorista solicitou auxílio aos efetivos da PSP, que se encontravam no local. Nessa ocasião, dois elementos dirigiram-se para o veículo e um agente pediu ao arguido que saísse do interior do veículo o que aquele fez, embora contrariado. Como o arguido se encontrava exaltado, foi-lhe solicitada identificação, ao que o arguido respondeu: “sou advogado e não tenho de me identificar perante ninguém, vocês é que se têm de identificar perante mim”. O amigo que o acompanhava forneceu a identificação do mesmo e os agentes disseram ao arguido para se ir embora. De seguida, quando se ia embora, o arguido dirigiu-se ao agente e disse-lhe: “vai mas é para o caralho, que eu a ti mando-te três lambadas no focinho, que não sei o que te faço”. Em ato contínuo, o agente deu voz de detenção ao arguido e ordenou-lhe que entrasse na viatura policial, ao que o arguido respondeu: “entro mas é o caralho”, tendo continuado a andar em direção contrária à dos agentes. Perante tal recusa, o arguido foi agarrado pelos agentes, mostrando-se agressivo ao esbracejar para impedir a algemagem, tendo sido encostado à viatura policial, algemado, colocado no interior da viatura policial e levado para a esquadra da PSP. No interior da esquadra o arguido, dirigindo-se aos mesmos agentes da PSP proferiu as seguintes expressões: “tenho dois tios ministros, tás fodido, vais parar ao Barreiro. Vou-vos foder a todos”, “vou-vos meter a todos na rua”, “um a um, mano a mano, mato-vos a todos”. Devido ao estado de exaltação e agressividade do arguido e para evitar que o mesmo agredisse os agentes foi imobilizado no solo. <u>Condenação</u>: provimento parcial do recurso interposto pelo arguido, revogando a sentença recorrida no que se reporta à condenação relativa ao crime de ameaça, mas mantendo a condenação pela prática de um crime de RCSF, o que altera a medida da pena</p>

	aplicada para 8 meses de prisão, que se substitui por 240 dias de multa, à razão diária de €7,00, perfazendo a quantia de €1.680,00 (TRL, 2016).
<b>4</b>	O arguido, juntamente com outros 2 suspeitos, furtava uma residência quando foi surpreendido pelo proprietário, encetando fuga com os objetos furtados. Momentos depois, foram os 3 suspeitos intercetados por agentes da PSP, pelo que o arguido empunhou uma navalha com a qual tentou agredir um agente. O arguido foi de imediato manietado e foi-lhe dada voz de detenção. <u>Condenação</u> : recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de furto qualificado e pela prática de um crime de RCSF, o que, efetuado o cúmulo das penas, resulta na pena de 5 anos de prisão (TRL, 2014).
<b>5</b>	A arguida tinha um processo a decorrer na CPCJ relativo ao seu filho menor e foi convocada a tal espaço para aí a sensibilizarem no sentido de dar estrito cumprimento à ordem judicial emanada. A arguida dirigiu-se às instalações da CPCJ, onde lhe foi explicitado o conteúdo da ordem judicial, ficando aquela progressivamente mais nervosa com o curso da diligência e a não permitir qualquer tipo de diálogo, seja com a técnica da CPCJ seja com os militares da GNR que, entretanto, foram chamados ao interior das instalações. Tal exaltação subiu muito de tom quando ao local chegou também a irmã (arguida da situação 6). Face ao estado emocional que se vivia, os militares decidiram tentar encaminhar as arguidas e o pai de ambas que, entretanto, havia chegado, para o exterior das instalações. As arguidas proferiram: "o que estais a fazer aqui, seus filhos da puta". Em ato contínuo, a arguida lançou-se sobre as costas de um dos militares, agarrou-o na zona do pescoço, puxou-o e inadvertidamente acedeu novamente à sala da CPCJ. Face ao ocorrido, foi dada voz de detenção à arguida, que começou a tentar fugir do local, pelo que o militar se colocou à estrada da sala. As arguidas começaram a empurrá-lo contra a ombreira da porta, mas logrou-se a concretização da respetiva detenção. <u>Condenação</u> : recurso interposto pela arguida não provido, sendo que, com a sua conduta, preencheu, no que seria um concurso efetivo, os elementos objetivos do crime de RCSF e do crime de injúria agravado, tendo atuado em estado de inimputabilidade. Deste modo, a arguida foi declarada inimputável perigosa, sendo aplicada a medida

	de segurança de internamento em estabelecimento psiquiátrico, por período não superior a 1 ano e 6 meses, cuja execução se suspende pelo mesmo período (TRP, 2016).
<b>6</b>	<p>A arguida deslocou-se às instalações da CPCJ em defesa da irmã (arguida da situação 5), tendo-se insurgido contra a presença dos militares da GNR no local, proferindo, aos gritos, a seguinte expressão para a sua irmã: "Ai de algum filho da puta que te tire o meu sobrinho". Os militares tentaram apaziguar os ânimos, encaminhando as arguidas e o pai de ambas para o exterior das instalações da CPCJ. A arguida, não querendo sair do local, começou a dar mostras de querer agredir fisicamente um dos militares, avançando sobre o mesmo, agarrou-o pela farda de serviço e puxou-o com violência. No mesmo hiato temporal, as arguidas diziam: "o que estais a fazer aqui, seus filhos da puta". A arguida tentou lançar-se, novamente, sobre o militar para o agredir, o que não conseguiu, acabando por se desequilibrar e cair ao solo, já no interior da mesma sala onde se introduzira a irmã. Foi dada voz de detenção e a arguida começou a tentar sair das instalações, pelo que outro o militar obstruiu a saída e as arguidas começaram a empurrá-lo contra a ombreira da porta. A arguida ainda logrou preferir as seguintes palavras: "nós vamos para a SIC, TVI, para onde for preciso, a F... gosta é destes mexericos, onde é que já se viu um GNR deter uma mulher com duas crianças, prepara-te para a indemnização que me vais dar, vais ficar sem nada. O meu marido vai tratar de ti, ele esteve na tropa especial e fez uma missão lá fora, tu vais ver o que te vai fazer, não queria estar no teu lugar". Posteriormente, foi efetuada a detenção. <u>Condenação</u>: recurso interposto pela arguida não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de injúria agravado, na pena de 120 dias de multa à taxa diária de €5,50, o que perfaz a quantia total de € 660,00 e pela prática de um crime de RCSF, na pena de 1 ano de prisão, substituindo essa pena por 180 dias de multa, à taxa diária de €5,50, o que perfaz um total de € 990,00 (TRP, 2016).</p>
<b>7</b>	<p>Os militares da GNR deslocaram-se à residência do arguido e este último, ao ver os militares, dirigiu-se a um militar e disse-lhe, em viva voz: "o que é? Eu moro aqui? Não tenho nada que falar contigo?", e dirigindo-se, ao mesmo tempo à sua esposa, perguntou-lhe em tom agressivo: "chamaste</p>

	<p>a Guarda para quê?”. Logo de seguida, o arguido levantou os braços com o intuito de bater no seu filho, mas foi impedido pelos militares que o agarraram e lhe ordenaram para que se mantivesse quieto. Porém, o arguido não acatou tal ordem e empurrou os militares. Tentou virar-se contra a esposa, mas foi impedido pelos militares, tendo sido dada ordem de detenção ao arguido, ao que este resistiu, esbracejando, mas os militares lograram a detenção. O arguido foi algemado e, quando os militares se preparavam para o conduzir ao posto, dirigiu-se à ofendida e ao seu filho e, em tom grave e sério, disse-lhes que iam pagar por tudo o que lhe tinham feito e que “isto não fica assim”, disse-lhes ainda que, quando chegasse a casa “iam ver como era” e que os matava a todos. O arguido ainda se dirigiu aos militares que o seguravam e disse-lhes que haviam de “pagar caro” pois ele fazia o que queria em sua casa. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido parcialmente provido, mantendo a condenação pela prática de dois crimes de ameaça qualificados, na pena única de 140 dias de multa, à taxa diária de €6,00, o que perfaz o total de €840,00, e alterando a condenação pela prática de um crime de RCSF, a qual agora se substitui por 180 dias de multa, à taxa de €6,00 por dia, o que perfaz a quantia global de €1.080,00 (TRP, 2013).</p>
<b>8</b>	<p>Os agentes da PSP foram chamados a intervir num café, em virtude do arguido se encontrar no local a provocar desacatos, tendo-se envolvido em agressões com um cliente. No momento em que os agentes chegaram ao local e abordaram o arguido, instando-o a abandonar o estabelecimento comercial, este disse-lhes “o que é que vocês querem, filhos da puta?”. Os agentes tentaram conduzir o arguido ao exterior, mas este, com vista a impedir a ação policial, empurrou-os e desferiu-lhes murros, tendo atingido os agentes no peito. Face ao exposto, os agentes deram voz de detenção ao arguido. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido parcialmente provido, mantendo, no entanto, a condenação pela prática de um crime de RCSF, na pena de 6 meses de prisão, que se substitui por 180 dias de multa, à taxa diária de €4,00, o que perfaz o montante global de €720,00 (TRP, 2008).</p>
<b>9</b>	<p>O arguido encontrava-se na sua residência a confeccionar uma refeição, tendo provocado muito fumo que se espalhou pelo interior do prédio. Os vizinhos telefonaram para o 112 convencidos que estava a deflagrar um</p>



	<p>incêndio no apartamento. Ao aperceber-se da presença das suas vizinhas na escada do prédio, o arguido abriu a porta de entrada do seu apartamento, empunhando um utensílio de cozinha e disse: “corto-te o pescoço e meto-te numa caixa” e “andas sempre a meter-te na minha vida”. Quando os militares da GNR se aproximavam do apartamento do arguido, com o intuito de proteger as pessoas que ali se encontravam e respetivos bens, o arguido disse-lhes: “passem-se ao caralho, vão-se embora daqui” e “vão-se embora daqui seus filhos da puta, querem-me estragar a vida mas eu vou-vos foder”, tendo, em ato contínuo, entrado em casa e fechado a porta com força. Os militares bateram à porta do arguido que a abriu e de imediato colocou as suas mãos no peito de um dos militares, empurrou-o e tentou, novamente, fechar a porta. Os militares agarraram o arguido e deram-lhe voz de detenção, ao que este esperneou, dificultando a algemagem, que teve que ser concretizada com a imobilização do arguido sobre o solo. O arguido bateu com a sua cabeça contra o chão por várias vezes enquanto dizia: “eu vou-vos matar, eu vou matar os responsáveis por isto”. O arguido agiu sempre com a intenção de impedir a intervenção dos militares da GNR, que pretendiam averiguar se existia um incêndio no interior da sua casa, e de facultar o acesso aos bombeiros, bem como a impedir a sua detenção. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de RCSF, de dois crimes de injúria agravada e de um crime de ameaça agravada, o que, efetuado o cúmulo das penas, resulta na pena única de 2 anos e 1 mês de prisão (TRE, 2020).</p>
10	<p>O arguido conduzia um veículo com uma taxa de álcool no sangue de, pelo menos, 0,39 g/l e não se encontrava habilitado com carta de condução. Entrou numa artéria que proíbe a paragem e o estacionamento, bem como a circulação de trânsito a veículos a motor, onde muitas pessoas caminhavam pela estrada e os cafés, bares e estabelecimentos de diversão noturna se encontravam em funcionamento. O chefe da PSP que se encontrava no local apercebeu-se do comportamento do arguido e deu-lhe ordem de paragem, ao que o arguido não acatou, prosseguindo a marcha pela referida artéria. Um agente que se encontrava no exercício de funções de policiamento na mencionada artéria foi alertado, via rádio, pelo Chefe, para o comportamento</p>

	<p>do arguido, sendo-lhe transmitido que devia interceder o condutor e fazer parar a marcha da viatura. Na sequência, o agente colocou-se no meio da via e efetuou sinal de paragem ao arguido. Não obstante, o arguido prosseguiu a marcha na direção do agente, aumentando a velocidade, tendo este batido duas vezes com a mão no capot da viatura e projetado o corpo sobre o capot, evitando assim o abalroamento, caindo em seguida ao solo. O arguido prosseguiu a marcha, em direção ao aglomerado de pessoas, tendo causado vários feridos. O agente efetuou dois disparos para o ar e o arguido parou a viatura, encetando, em seguida, fuga apeada. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido parcialmente provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, de um crime de condução perigosa de veículo rodoviário, de um crime de RCSF, de catorze crimes de ofensa à integridade física qualificada, de um crime de dano qualificado, o que, efetuado o cúmulo das penas, que resultava na pena única de 6 anos e 6 meses de prisão e 2 anos de proibição de conduzir veículos com motor e, após o provimento parcial do recurso, se fixa na pena única em 6 anos de prisão (TRE, 2019).</p>
11	<p>O arguido conduzia um velocípede sem motor e apresentava uma taxa de álcool no sangue de 2,70 g/l. Nessa circunstância, os militares da GNR encontravam-se no local e, ao verificarem que o arguido conduzia sem as mãos no guiador, deram-lhe ordem para parar, ao que o mesmo lhes disse: “vão mas é para o caralho seus filhos da puta, agora eu não posso andar de bicicleta sem as mãos no guiador?” e “vão-se embora cabrões do caralho, não me chateiem mas é”, e continuou o seu caminho, ao que foi impedido por um militar que lhe disse que se não mudasse de atitude seria detido. Em ato contínuo, o arguido atingiu o militar com dois murros no peito e disse-lhe: “para seu cabrão, larga-me senão eu mato-te, tu não sabes com quem te estás a meter”. Foi comunicado ao arguido que se encontrava detido, o qual, para obviar à sua detenção, procurou libertar-se do militar, desferindo-lhe empurrões enquanto dizia: “seus filhos da puta, é melhor largarem-me não sabem com quem se estão a meter, eu estou-vos a avisar, vocês vão-se foder”. O arguido apenas parou depois de se encontrar algemado. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo MP provido, revogando a decisão absolutória</p>

	anteriormente definida e condenando o arguido pela prática de um crime doloso de condução de veículo em estado de embriaguez e de dois crimes de injúria, na forma agravada, na pena única de 150 dias de multa principal à taxa de €6,00 por dia, a que acresce em acumulação material a pena de 180 dias de multa de substituição, à razão de €6,00 diários, pela autoria de um crime de RCSF, perfazendo o valor global de €1.980,00 (TRE, 2017).
<b>12</b>	Um indivíduo conduzia o veículo ligeiro de mercadorias, transportando as suas irmãs (uma delas a arguida), sem que fosse titular de carta de condução que o habilitasse para o efeito. Uma vez que o arguido não obedeceu aos sinais de paragem da patrulha da GNR, tendo encetado fuga, esta solicitou apoio. Entretanto o arguido imobilizou o veículo num terreno agrícola e os ocupantes tentaram abandonar o local de forma apeada. Os militares abordaram o condutor e foi-lhe dada voz de detenção. As irmãs agarraram o condutor, impossibilitando a detenção, enquanto diziam que ninguém o levava. Nesta altura acorreram ao local os reforços e o arguido foi algemado, tendo as suspeitas agarrado num dos militares para que este não conseguisse levar o suspeito para a viatura da GNR. A arguida, dirigindo-se para um militar, disse: “És mesmo tu J.... Larga o meu irmão que os meus advogados vão foder-te. Eu vou já ligar para eles, é melhor largares ele”. Foi dada voz de detenção à arguida. <u>Condenação</u> : recurso interposto pela arguida não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de RCSF, na pena de 1 ano e 6 meses de prisão, suspensa na sua execução por igual período de tempo (TRE, 2016b).
<b>13</b>	Quando estava a ser realizada a audiência de discussão e julgamento no âmbito de um processo, o arguido aproximou-se da porta de entrada da sala de audiências com uma criança ao colo e outra pela mão e espreitou para o interior daquela. Os agentes da PSP que se encontravam no local, perante a conduta do arguido, advertiram-no de que não podia adotar aquele comportamento, pois com o mesmo perturbava a realização da sobredita audiência de julgamento. Passados breves minutos, o arguido voltou, novamente, a aproximar-se sala e a espreitar para o interior da mesma. Foi, novamente, advertido por um agente ao que respondeu, com um tom de voz alto e alterado: “quem é o juiz para dizer que eu não posso estar aqui? Ele

	<p>que se levante e que me venha cá dizer isso”. De seguida, outro agente comunicou ao arguido que, devido às suas condutas, teria de abandonar o edifício, tendo o mesmo respondido: “quem és tu para me impedires pá, se fores homem, vem-me cá tirar!”. O agente ao constatar que o arguido não iria abandonar voluntariamente o local, dirigiu-se ao mesmo com o intuito de o encaminhar para o exterior, momento em que o arguido cerrou os punhos e tentou desferi-los no corpo do agente, o que não logrou conseguir em virtude do agente se ter conseguido desviar. De seguida, o referido agente comunicou ao arguido que se encontrava detido, sendo que, quando o tentava algemar, o arguido, esbracejando e usando a força física, tentou obstar à consumação da algemagem, que só foi conseguida pela intervenção dos restantes agentes que se encontravam no local. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de perturbação de órgão constitucional e pela prática de um crime de RCSF, o que, efetuado o cúmulo das penas, resulta na pena única de 2 anos e 6 meses de prisão, suspensos pelo mesmo período (TRE, 2016c).</p>
<b>14</b>	<p>O arguido conduzia um veículo e os militares da GNR tinham conhecimento que o mesmo não se encontrava habilitado para o exercício da condução. Por esse motivo, os militares colocaram-se em local visível da faixa de rodagem e deram ordem de paragem ao arguido, que, ao visualizar os militares, acelerou. Os militares, através de linguagem gestual e de sinal sonoro, deram, novamente, ordem de paragem o arguido. Desta feita, o arguido, com um movimento brusco, invadiu a via onde os militares se encontravam posicionados, destinada aos veículos que seguiam no sentido oposto, direcionando o veículo aos militares, obrigando-os a sair da faixa de rodagem de modo a evitar serem atropelados. Ao passar pelos militares, o arguido dirigiu-se a estes gritando “bófiás do caralho”, colocando o braço esquerdo de fora do vidro, com o dedo médio esticado e os restantes dedos recolhidos na direção da palma da mão e encetou fuga. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido parcialmente provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, de um crime de RCSF, de dois crimes de injúria agravada e de um crime de condução</p>

	perigosa de veículo rodoviário, alterando a pena única de 5 anos e 6 meses de prisão efetiva para 3 anos de prisão (TRE, 2016a).
<b>15</b>	Os agentes da PSP deslocaram-se ao local no âmbito de uma ocorrência policial e, em ato contínuo, o arguido disse para um dos agentes, por várias vezes, em voz alta e com foros de seriedade: “você vai ver quem é o filho do Janeiro, tenha cuidado, tenha cuidado”, enquanto brandia os braços e as mãos junto à face do agente e afirmava que estava numa via pública e que podia dizer-lhe aquilo que quisesse. Na sequência de tal conduta, o agente disse-lhe que se encontrava detido e tentou manietar o mesmo com o propósito de o conduzir à esquadra. Contudo, o arguido, com o intuito de obstar à sua detenção, agarrou o agente pelos braços e desferiu-lhe vários socos na perna esquerda, tentando retirar-lhe a arma de fogo ao puxar o punho da mesma, enquanto dizia “eu mato-te”. O arguido apenas cessou tal conduta, com a intervenção do outro agente, que auxiliou na imobilização do arguido e na sua posterior condução à esquadra. <u>Condenação</u> : recurso interposto pelo arguido parcialmente provido, mantendo, no entanto, a condenação pela prática de um crime de RCSF, na pena de 1 ano e 3 meses de prisão, suspensa na sua execução por igual período (TRE, 2015).
<b>16</b>	Na sequência de uma abordagem efetuada por um militar da GNR a propósito de uma infração ao CE, um suspeito (absolvido) dirigiu-se-lhe dizendo: "vai-te foder, não te dou documentos nenhuns" e, seguidamente: "estou-me a cagar para vocês, não lhes dou documentos nenhuns". Depois, o suspeito saiu do interior do veículo, desferiu dois murros no vidro para-brisas do veículo que conduzia, agarrando de seguida a farda do militar pelo peito, sendo imediatamente agarrado por outro militar, que efetuou manobras para o algemar. Ao aperceber-se que o militar se preparava para algemar o irmão, o arguido agarrou-lhe o pescoço ao mesmo tempo que dizia: "larga o meu irmão, seu filho da puta", logrando, com tal conduta, paralisar a ação do militar. <u>Condenação</u> : recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática, em autoria material, de um crime de injúria agravada, na pena de 100 dias de multa à taxa diária de €6,00, perfazendo o total de €600,00 e de um crime de RCSF, na pena de 2 anos e 6 meses de prisão, suspensa por igual período (TRE, 2014).

17	<p>O arguido encontrava-se no interior do veículo automóvel, estacionado na faixa de rodagem, em plena curva. Os militares da GNR intercetaram-no e solicitaram-lhe os documentos pessoais e do veículo, no entanto o arguido não os entregou e, aproveitou o facto de o militar ter ido ver os selos, para iniciar a marcha do veículo, abandonando o local. Os militares introduziram-se no carro patrulha, ligaram os avisadores luminosos especiais do carro e, utilizando o megafone, ordenaram ao arguido que parasse o veículo que conduzia. O arguido não obedeceu à ordem e acelerou a marcha, tendo cometido inúmeras infrações ao CE. Os militares insistiram na ordem de paragem, por várias vezes, durante toda a fuga, mas o arguido não obedeceu. Os militares lograram ultrapassar o veículo conduzido pelo arguido, no entanto este inverteu o sentido de marcha e, durante essa manobra, o militar saiu do carro patrulha e dirigiu-se para a frente do veículo do arguido, onde lhe ordenou que parasse a marcha do veículo, tendo este desobedecido e prosseguido. O militar introduziu-se parcialmente no interior do veículo, através da janela do condutor que se encontrava aberta, mas o arguido acelerou, pelo que o guarda abandonou o veículo, saltando para a estrada. Adiante, o arguido entrou num pinhal, tendo parado o seu veículo. De imediato, o outro militar saiu do carro, correu atrás do veículo e ordenou ao arguido que saísse do veículo, no entanto, este mais uma vez não obedeceu. O militar puxou o arguido pelo braço esquerdo, no entanto o arguido reagiu agressivamente e desferiu-lhe um murro, proferindo a seguinte expressão: “eu mato-te”. Os militares lograram concretizar a detenção do arguido. Já algemado, o arguido dirigiu-se aos militares e proferiu as seguintes expressões: “seus filhos da puta, eu mato-vos.”. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido e pelo MP não provido, mantendo a condenação pela prática de dois crimes de injúria agravada, de dois crimes de ameaça agravada, um crime de desobediência, dois crimes de OIF qualificada, um crime de condução perigosa de veículo rodoviário, um crime de RCSF e um crime de denúncia caluniosa, o que, efetuado o cúmulo das penas, resulta na pena de 450 dias de multa, à razão diária de €6,00 perfazendo o montante global de €2.700,00, na pena de 2 anos de prisão, suspensa pelo mesmo</p>
----	--

	período e a pena acessória de 1 ano e 3 meses de proibição de conduzir veículos com motor (TRC, 2019).
<b>18</b>	<p>O arguido encontrava-se na via pública a empunhar uma navalha e, por esse motivo, foi abordado por um agente da PSP. O arguido não permitiu a aproximação do agente, empunhando a navalha em direção daquele, que foi, então, pedir reforços à esquadra da PSP das imediações. Voltou com mais dois agentes e, novamente, abordaram o arguido, que, entretanto, se deslocara para junto da praça de táxis. Nessa ocasião, como o arguido continuava a empunhar a navalha, um outro agente deu-lhe ordem para que largasse a navalha e se virasse para a parede, a fim de ser sujeito a revista, tendo o arguido obedecido e atirado a navalha para o chão. Quando o agente se preparava para efetuar a revista, o arguido desferiu-lhe murros e palmadas na face e no pescoço. O agente recorreu ao uso de gás (legalmente distribuído), tendo o arguido cessado o seu comportamento, pelo que foi imobilizado pelos agentes. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de RCSF, na pena de 2 anos de prisão efetiva (TRC, 2018).</p>
<b>19</b>	<p>Na sequência de desentendimentos ocorridos com o arguido, foram chamados os agentes da PSP. O arguido já tinha abandonado o café, mas voltou, pelo que uma agente se dirigiu ao exterior do café e abordou o arguido, questionando-o sobre o que queria do estabelecimento, ao que este respondeu que queria falar com o seu pai, tendo sido informado que o seu pai já não se encontrava no local. O arguido abandonou o local novamente, voltando logo de seguida. A agente deslocou-se ao exterior do estabelecimento e dirigiu-se ao arguido, solicitando que fosse embora. Nessa ocasião, o arguido encostou a cara dele à da agente e esta última advertiu-o para cessar com o seu comportamento, o que o arguido ignorou e, de seguida, cuspiu na direção da sua cara. A agente usou força para que o arguido se afastasse de si e aquele não acatou tal ordem. O arguido dirigiu-se aos agentes proferindo as seguintes palavras: “seus filhas da puta, vou-vos matar, sois uns merdas, vocês vão ver, vou-vos matar”. A agente voltou a insistir para que o arguido abandonasse o local, respondendo este: “seus filhos da puta, quando vos encontrar à civil vou-vos matar, pois tenho amigos ciganos que</p>

	<p>vos vão fazer a folha, tenho uma arma e era para a trazer, ainda bem que não a tenho aqui, se não matava-vos, podem ter a certeza que quando sair daqui vou fazer merda, vão ter trabalho toda a noite, vou foder a minha madrasta”.</p> <p><u>Condenação</u>: recurso interposto pelo MP provido, alterando a condenação pela prática de dois crimes de RCSF para a condenação pela prática de um crime de RCSF, na pena de 7 meses de prisão, suspensa na sua execução, pelo período de um ano (TRC, 2016).</p>
<b>20</b>	<p>O agente da PSP deslocou-se ao local da ocorrência por haver notícia de aí se encontrar um indivíduo com uma faca de grandes dimensões a ameaçar os funcionários e clientes do estabelecimento. Chegado ao local, o agente falou com um funcionário do estabelecimento, que o informou que o arguido entrou na parte interior do balcão e retirou uma faca que ali se encontrava, fazendo-a sua contra a vontade do legítimo proprietário, tendo ameaçado os funcionários e clientes e, posteriormente, abandonou o local em direção a outro estabelecimento. O agente deslocou-se ao referido estabelecimento, onde se encontrava o arguido a tomar um café, que havia exigido ao proprietário, mediante a ameaça com a faca que tinha na sua posse. Junto ao arguido e em cima do balcão encontrava-se a faca de cozinha e, reconhecendo o arguido a propriedade da faca, foi-lhe dada ordem de detenção pelo agente, ao que o arguido reagiu, dirigindo ao mesmo a expressão: “Polícias de merda! Não valem nada! Venham cá que eu mato-vos”, ao mesmo tempo que colocava a mão esquerda junto da faca. Foi pedido reforço policial pelo agente, chegando ao local dois agentes que auxiliaram na detenção do arguido. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática, em autoria material, de um crime de RCSF, na pena de 4 meses de prisão, substituída por 120 dias de multa, à taxa diária de €5,00, num total de €600,00 (TRC, 2015).</p>
<b>21</b>	<p>O arguido encontrava-se no interior de um café, denotando sinais de estado de embriaguez e recusando abandonar o estabelecimento. Foi pedida a comparência de militares da GNR, que se deslocaram ao local. Nesse contexto, dirigiram-se ao arguido e logo que este foi abordado, dirigiu aos agentes as seguintes expressões: “o que é que estes cabrões estão aqui a</p>



	<p>fazer?” e “quem é que os chamou para aqui?”. Perante tais palavras os militares solicitaram ao arguido que os acompanhasse ao exterior do estabelecimento, ao que aquele acedeu, embora demonstrando relutância. Entretanto, os militares disseram ao arguido que este tinha que se identificar o que, apesar de algumas insistências, aquele se foi recusando a fazer, acabando por ser advertido de que se não se identificasse seria detido. Como o arguido não se identificou, foi detido para o aludido efeito, tendo sido necessário usar da força física para esse efeito, desde logo para o imobilizar. Na sequência da detenção o arguido arranhou a face de um militares. Ao mesmo tempo, o arguido dirigia a ambos as expressões: “já enterrei vários, posso enterrar mais dois” e “quando vos apanhar com outra farda vou fodê-los a tiro”. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática, em autoria material, de um crime de RCSF, na pena de 12 meses de prisão, suspensa na sua execução por 12 meses (TRC, 2013).</p>
22	<p>Após terem sido chamados ao local em virtude de informação de tentativa de furto de caixa ATM, os militares da GNR surpreenderam 3 suspeitos, tendo os mesmos encetado fuga apeada. Por sua vez, um dos militares seguiu no encalço do arguido, o qual estava munido de uma arma de fogo, não conseguindo evitar que o mesmo fugisse pelos terrenos de cultivo e mato ali existentes. A dada altura da perseguição, quando o militar se encontrava próximo do arguido, chegou a agarrá-lo, por breves instantes, pelo pescoço e pelo peito, momento em que o arguido lhe apontou a arma de fogo à cabeça. Após alguns segundos, o arguido desferiu um empurrão no corpo do militar e colocou-se em fuga. O militar ainda efetuou vários disparos para o ar, para servir de intimidação, contudo, o arguido logrou fugir. <u>Condenação</u>: recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática, em co-autoria, de um crime de furto de uso de veículo, na forma consumada, pela prática, em co-autoria, de um crime de furto qualificado, sob a forma tentada, e pela prática, em autoria material, na forma consumada, de um crime de RCSF, dando origem, em cúmulo jurídico, à pena única de 4 anos de prisão (TRC, 2011).</p>

23	<p>Os militares da GNR deslocaram-se à residência do arguido, em virtude de se encontrarem a decorrer desacatos familiares. Uma vez aí chegados, e após o arguido ter aberto a porta da residência, dirigiu-se aos militares, proferindo as seguintes expressões: “ide embora cabrões que não vos devo nada, aqui não se passa nada”, “já vos disse passai-vos ao caralho antes que me passe, não entrais aqui sem um mandato, já disse, até os ciganos se riem de vós”. Após os militares terem obtido autorização do irmão do arguido para entrarem na residência, o arguido abriu a porta da entrada e, munido de um martelo em ferro, dirigiu o mesmo na direção de um militar, só não o atingindo em virtude de o mesmo ter logrado desviar-se. Foi-lhe dada voz de detenção e, enquanto o militar o tentava manietar e algemar, o arguido, de imediato, ao mesmo tempo que proferia a expressão “daqui ninguém me leva, seus filhos da puta”, desferiu vários pontapés nas canelas do mesmo. <u>Condenação:</u> recurso interposto pelo arguido não provido, mantendo a condenação pela prática de quatro crimes de injúria agravada, que, realizado o cúmulo jurídico, resulta na pena única de 250 dias de multa, à taxa diária, de €6,00, o que perfaz o montante de €1.500,00, e pela prática de um crime de RCSF, na pena de 5 meses de prisão, substituída pela pena de 150 dias de multa, à taxa diária de €6,00, o que perfaz o montante global de €900,00 (TRG, 2015).</p>
24	<p>Quando os militares da GNR falavam com o ofendido, que os havia chamado ao local, surge um indivíduo, cuja identidade não foi apurada, que agarrou o ofendido e lhe desferiu vários murros na face, provocando a sua queda, tendo continuado a desferir-lhe pontapés na cara e pelo corpo. No momento em que um militar segurou o indivíduo, para que este parasse com as agressões, o arguido agarrou o militar por trás, prendendo-o e disse-lhe: “aqui não agarra ninguém. Você não vai fazer nada, se não a conversa é outra”. Conforme o militar se tentava libertar, é empurrado pelo arguido que lhe diz: “já lhe disse que você não agarra ninguém nem vai fazer nada”. O outro militar foi ao auxílio do militar e do ofendido, mas também foi empurrado pelo arguido e depois cercado pelos restantes populares que ali se encontravam, impedindo-o de lograr a sua ação. Apesar de toda a confusão gerada, os militares retiraram o ofendido do local. <u>Condenação:</u> recurso</p>

	interposto pelo arguido parcialmente provido, mantendo a condenação pela prática de um crime de RCSF, mas reduzindo a pena de multa de substituição para 200 dias, à taxa diária de €5,00, num total de €1.000,00 (TRG, 2012b).
<b>25</b>	<p>Os militares da GNR deslocaram-se à residência do arguido a pedido do filho, no seguimento de comunicações a dar conta que o arguido se encontrava fechado no interior da residência. Chegados ao local, onde já se encontrava o filho do arguido, este, acompanhado dos aludidos militares, dirigiu-se à janela do rés-do-chão da residência e chamou pelo pai, não obtendo qualquer resposta. Temendo que o seu progenitor estivesse com problemas de saúde, uma vez que sofre de demência com alterações de percepção, pensamento e comportamento, o filho partiu o vidro da janela para se introduzir no interior da residência. Em ato contínuo, ao aperceber-se do sucedido, o arguido, munido de uma arma de fogo (espingarda caçadeira), efetuou um disparo no interior da residência. Os militares e o filho do arguido afastaram-se da residência, solicitando reforços (6 militares). Não obstante um dos militares ter tentado convencer o arguido a sair da residência e entregar a arma de fogo, tais tentativas resultaram infrutíferas, motivo pelo qual os militares se deslocaram à porta de entrada da residência e, com intuito de a arrombarem e aí se introduzirem, desferiram-lhe uma pancada, logrando apenas partir os vidros. Perante isto, o arguido municiou a arma e os militares afastaram-se de imediato da porta da residência. Em ato contínuo, o arguido efetuou um disparo do interior para o exterior da residência, atingindo o alumínio da porta e o gradeamento de vedação da propriedade. Foi solicitada a intervenção do Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR, que procederam ao arrombamento da porta de entrada, onde se introduziram. Já no interior, quando um militar se encontrava próximo da porta do quarto do arguido, e enquanto os restantes militares levavam a cabo arrombamento da mesma, o arguido efetuou um disparo que atingiu o militar. Os militares gritaram: “GNR, saia de imediato”, enquanto iam arrombando as portas do interior residência. Preparando-se o arguido para municiar novamente a arma, o militar, de imediato, avançou sobre o mesmo, logrando imobilizá-lo.</p> <p><u>Condenação:</u> recurso interposto pelo MP parcialmente provido, acrescentando à condenação pela prática de um crime homicídio simples, na</p>

	forma tentada, e de um crime de detenção de arma proibida, a cumprir em estabelecimento de tratamento ou segurança, pelo período de tempo correspondente à duração da pena, a condenação pela prática de um crime de RCSF, perfazem a pena única de 4 anos e 9 meses de prisão (TRG, 2012a).
--	--

## **Apêndice J – Quadro sinóptico para apoio à atuação policial**

### **Quadro Sinóptico para Apoio à Atuação Policial** **Crime de RCSF**

Não obstante o facto de os resultados obtidos com a presente dissertação permitirem conclusões relevantes, optamos por elaborar um quadro sinóptico direcionado para a atividade operacional, i.e., para satisfazer as necessidades dos polícias que, segundo Brito (2017) são mais suscetíveis de ser vítimas do crime de RCSF. Por outras palavras, procuramos sintetizar as principais conclusões relevantes, mormente direcionadas para os níveis meso e micro, enquanto expressões das interações diretas que se estabelecem entre os polícias e os cidadãos.

#### **Características (predominantes) dos suspeitos:**

- Sexo: masculino (86%);
- Idade: entre os 20 e os 39 anos (62,6%);
- Nível de escolaridade: 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (59,2%);
- Situação profissional: empregados (52,3%) e desempregados (33,5%);
- Profissões: operário da construção civil, motorista de táxi, repositor de produtos em prateleiras, operador de caixa, empregado de balcão, vendedores ambulantes, em mercados e em lojas, carpinteiro, pintor de construções, ladrilhador, canalizador, cozinheiro, cabeleireiro e empregados de mesa ou de bar;
- Residência: maioritariamente coincidente com a área da DP onde pratica o crime;
- Nacionalidade: portuguesa (64,2%) e oriundos dos PALOP (24,3%).

#### **Características (predominantes) das ocorrências:**

- Meses: março (10%) e maio (9,5%);
- Dias da semana: sexta-feira (13,7%), sábado (18,3%) e domingo (17,8%);
- Turno de serviço: 16h00-00h00 (47,7%);

- Local de ocorrência: via pública (66,3%);
- MO: OIF (41,6%), ameaça de agressão com recurso a objetos (27,6%) e ameaça através da coação verbal (26,7%).

#### Comportamentos que antecedem o crime:

- Principalmente distúrbios e agressões em residência particular (entre familiares e vizinhos), em estabelecimentos comerciais e na via pública;
- Desobediência à ordem legítima de paragem;
- Na sequência de infrações ao CE e em ocorrências de violência doméstica.

#### São fatores determinantes para a execução da decisão judicial condenatória:

- A prática de comportamentos revestidos de violência, incluindo OIF e/ou ameaça grave;
- O conhecimento, por parte do arguido, de que esses comportamentos são dirigidos a polícias (autoridade pública);
- A consciência de que os comportamentos praticados são proibidos e punidos por lei penal.

#### Outros crimes associados (criminalidade conexa):

- Crimes de injúria agravada e ameaça agravada;
- Crimes de condução sem habilitação legal, condução perigosa de veículo rodoviário e de desobediência.

#### Outras características:

- Não é possível generalizar associações entre a ocorrência do crime de RCSF e quadros sociais disruptivos, fortemente urbanizados, anónimos e socialmente desfavorecidos;
- A ilicitude contra a autoridade pública não é um fenómeno urbano por excelência, alargando-se a outros contextos com características populacionais e territoriais não exclusivamente urbanas;
- A maior densidade populacional não é um fator determinante para a observância de maior prevalência criminal;
- Territórios com maior presença de população estrangeira estão mais propensos a registar ocorrências de RCSF;
- Territórios expostos a uma maior influência exterior, nomeadamente relacionados com a presença de fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, são mais suscetíveis a

condutas mais irregulares e conflituantes, nomeadamente com representantes da autoridade pública;

- O ilícito contra a autoridade pública está relacionado com outras condutas penalmente sancionadas, permitindo afirmar que se desenvolve em atmosferas sociais de alguma desregulação social;
- Um *stock* criminal elevado pode não significar uma prevalência criminal elevada;
- Os suspeitos, muitas vezes, provêm de contextos familiares instáveis e estruturalmente desequilibrados.

## **ANEXOS**

**Anexo A** – Modelo ecológico concêntrico de Urie Bronfenbrenner

**Anexo B** – Autorização para acesso a dados



## Anexo A – Modelo ecológico concêntrico de Urie Bronfenbrenner

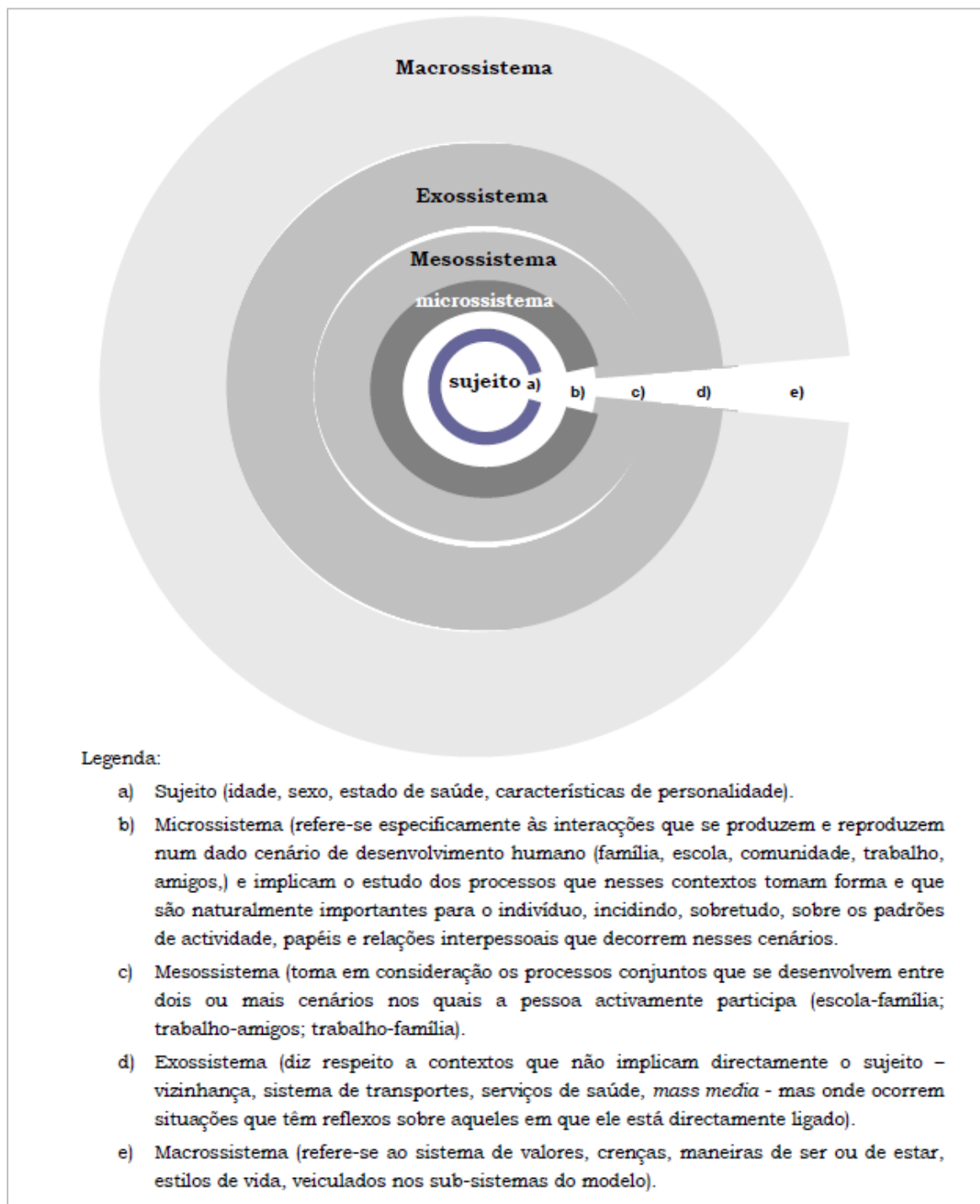


Figura 32. Modelo ecológico concêntrico de Urie Bronfenbrenner. Fonte: Machado (2007, p.178).

## Anexo B – Autorização para acesso a dados

### POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de  
Recursos Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:  
Sua Comunicação:  
Nossa Referência: 54/SECDE/2020  
Classificador: 080.01.10  
Processo: SECDE201900001ASP  
Data: 2020-02-06

*Autenticado*  
*10.02.2020*  
*[assinatura]*

Abílio Pinto Vieira  
*Superintendente - Escola*

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Catarina Cardoso Monteiro irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema " Crise de autoridade? Condutas que geram situações de resistência e coação sobre funcionário", do qual é orientador o Sr. Prof. Doutor Paulo Machado.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a obtenção dos dados respeitantes ao Crime de Resistência e Coação sobre Funcionário, ocorridos a nível nacional, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, do Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional (SEI), conforme anexo.
4. A necessidade da recolha de dados relativos a ocorrências criminais e não criminais, o pedido de autorização de acesso ao SEI, bem como a aplicação da entrevista prende-se com o facto de vir a constituir um estudo essencial à elaboração da dissertação, sustentando o trabalho de investigação realizado.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Catarina Monteiro se compromete a respeitar a confidencialidade e o anonimato dos dados obtidos, bem como a não usar os mesmos fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão  
Superintendente



R. 1.ª de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt  
iscpsi@pssp.pt

147458  
Página 1/1